

2º CICLO DE ESTUDOS

MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

A aprendizagem da Geografia e a influência na prática do turismo entre os estudantes do Básico e Secundário

Matilde Maria Reis da Silva

M

2024



Matilde Maria Reis da Silva

A aprendizagem da Geografia e a influência na prática do turismo entre os estudantes do Básico e Secundário

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pelo Professor Doutor José Ramiro Marques de Queiros Gomes Pimenta orientado em Estágio pelo Professor Carlos Dinis Leal Mendonça e supervisionado em Estágio pelo Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Matilde Maria Reis da Silva

A aprendizagem da Geografia e a influência na prática do turismo entre os estudantes do Básico e Secundário

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pelo Professor Doutor José Ramiro Marques de Queiros Gomes Pimenta orientado em Estágio pelo Professor Carlos Dinis Leal Mendonça e supervisionado em Estágio pelo Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

À alma subestimada que habita em mim.

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	6
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Gráficos.....	10
Índice de Mapas	11
Índice de Tabelas.....	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução.....	14
1.Objetivos	15
2.Metodologia	15
3.Enquadramento Conceptual	16
3.1. A aprendizagem da Geografia em Portugal.....	16
3.1.1. Evolução.....	16
3.1.2. Caracterização atual	23
3.2. A prática do turismo em Portugal	28
3.2.1. Evolução.....	28
3.2.2. Caracterização atual	38
4.Metodologia.....	46
4.1. O contexto	46
4.1.1. Caracterização do concelho, da freguesia e da escola	46
4.1.2. Caracterização das turmas.....	50
4.2. A recolha da informação	51
4.2.1. Os grupos inquiridos	52
5.Resultados	58
5.1. Análise	58
5.2. Síntese	78
Considerações finais.....	83
Referências Bibliográficas	86
Fontes estatísticas.....	86

Fontes documentais.....	88
Bibliografia crítica.....	89
Webgrafia.....	93
Legislação	95
Anexos.....	96
Anexo 1 – Tabelas INE	97
Anexo 2 - Formulário do questionário (frontispício).....	99
Anexo 3 – Respostas dos questionários – GRUPO I	100
Anexo 4 – Respostas dos questionários – GRUPO II	106
Anexo 5– Respostas dos questionários – GRUPO III	112

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) como ferramenta de reescrita textual para realização de partes do presente relatório.

Porto, 15 julho de 2024

Matilde Maria Reis da Silva

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha gratidão ao meu orientador Professor José Ramiro Pimenta, cuja paciência e conselhos me ajudaram a superar as minhas dúvidas, os meus anseios e os meus medos. Agradeço a sua extraordinária capacidade de organização e profissionalismo que mantiveram este relatório num caminho mais leve e guiado.

Ao meu orientador cooperante, Professor Carlos Dinis Mendonça, ao seu compromisso, dedicação e incentivo que foram essenciais para enfrentar os desafios com determinação e transformar esses mesmos desafios em oportunidades de crescimento. Estou imensamente grata por ter tido a chance de aprender sob a sua orientação e por ter sido guiada por alguém tão excecionalmente compassivo e resiliente, que mesmo com desafios pessoais, nunca desistiu. O impacto positivo da sua orientação não será esquecido.

Ao Rui, a âncora que me segurou firme durante os momentos mais difíceis. À tua capacidade de me fazer acreditar em mim mesma, mesmo quando eu duvidava, foi crucial para que eu pudesse sempre ver a luz ao fundo do túnel. A tua presença constante, o teu apoio diário, a tua paciência admiradora e o teu amor genuíno são o alicerce sobre o qual não apenas concluí este relatório e mestrado, como também me ajudou a crescer pessoalmente e a compreender que não consigo controlar tudo o que está além do meu alcance. Esta caminhada, que começou e acabou contigo ao meu lado, não seria possível se não estivesses presente.

Ao meu núcleo de estágio, Filipa e Filipe, por tornarem esta experiência mais enriquecedora, mais divertida e menos pesada e pelo vosso apoio.

À Eduarda, por querer estar sempre presente em todas as etapas importantes da minha vida.

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste relatório, sejam familiares, colegas ou apenas conhecidos.

“A gratidão é um fruto de grande cultura; não se encontra entre gente vulgar.”

Samuel Johnson

Resumo

Este estudo investigou a influência da aprendizagem de Geografia nas práticas turísticas entre estudantes do ensino básico e secundário, na Escola Básica e Secundária de Canelas, em Vila Nova de Gaia.

O enquadramento conceptual abordou a evolução da disciplina de Geografia no currículo educativo português e a evolução da prática do turismo e a sua importância no contexto socioeconómico e cultural do país.

A metodologia combinou abordagens qualitativas e quantitativas, incluindo uma análise estatística, o que incluiu a comparação entre os diferentes grupos de estudantes. A amostra consistiu numa turma do ensino básico com a disciplina de Geografia como obrigatória e duas turmas do secundário, uma com a disciplina como obrigatória e outra com carácter opcional.

Os resultados indicaram que a aprendizagem da Geografia exerce influência nas escolhas de destinos turísticos dos alunos (e das suas famílias). Os estudantes expostos à disciplina demonstraram maior consciencialização sobre a importância da educação geográfica nas suas decisões e práticas turísticas.

Nas considerações finais identificaram-se limitações no decorrer desta investigação. Nas amostras recolhidas, a limitação passou pelo seu tamanho desigual entre grupos, afetando a representatividade dos resultados, entre outros fatores. Recomenda-se ampliar a amostra e aprofundar a análise das múltiplas variáveis mencionadas. Este estudo enfatiza a importância da aprendizagem da Geografia na formação de cidadãos informados e responsáveis no contexto do turismo e questões globais, oferecendo uma base para estudos póstumos sobre como é que o conhecimento geográfico molda as perceções e as escolhas dos estudantes relativamente às práticas turísticas.

Palavras-chave: [Turismo, Geografia, Ensino]

Abstract

This study researched the influence of the Geography teachings in tourism practices between basic and secondary school students, in the Basic and Secondary school of Canelas, in Vila Nova de Gaia.

The conceptual framework approached the evolution of the Geography subject within the Portuguese educational curriculum and the evolution of tourism practices, emphasizing their socioeconomic and cultural importance of the country.

The methodology combined qualitative and quantitative approaches, including statistical analysis that involved comparing different groups of students. The sample included one basic school class where the Geography subject was mandatory, and two secondary school classes—one with mandatory Geography and another with an optional Geography.

The results indicated that the learning of the Geography subject influences students (and their families) choices of tourist destinations. Students exposed to the discipline demonstrated greater awareness of the importance of geographic education in their tourism decisions and practices.

In the final considerations, limitations were identified during this investigation. In the collected samples, the limitation stemmed from their unequal size among groups, affecting the representativeness of the results, among other factors. It is recommended to expand the sample size and deepen the analysis of the multiple variables mentioned. This study emphasizes the importance of Geography teachings in shaping informed and responsible citizens in the context of tourism and global issues, providing a foundation for future research on how geographic knowledge shapes students perceptions and choices regarding tourism practices.

Key-words: [Tourism, Geography, Education]

Índice de Gráficos

GRÁFICOS 1 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 3 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	59
GRÁFICOS 2 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 4 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	60
GRÁFICOS 3 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 5 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	61
GRÁFICO 4 - TURISMO NO ESTRANGEIRO: PAÍSES VISITADOS (GRUPO I) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	62
GRÁFICO 5 - TURISMO NO ESTRANGEIRO: PAÍSES VISITADOS (GRUPO II) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	62
GRÁFICO 6 - TURISMO NO ESTRANGEIRO: PAÍSES VISITADOS (GRUPO III) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	63
GRÁFICOS 7 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 6 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	64
GRÁFICOS 8 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 7 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	65
GRÁFICOS 9 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 8 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	67
GRÁFICOS 10 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 9 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	68
GRÁFICO 11 - 'DESTINOS DE SONHO' (GRUPO I) ELABORAÇÃO PRÓPRIA	69
GRÁFICO 12 - 'DESTINOS DE SONHO' (GRUPO II) ELABORAÇÃO PRÓPRIA	70
GRÁFICOS 13 - 'DESTINOS DE SONHO' (GRUPO III) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	70
GRÁFICOS 14 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 11 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	71
GRÁFICOS 15 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 12 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	72
GRÁFICOS 16 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 13 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	73
GRÁFICOS 17 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO RELATIVAS À PERGUNTA 14 NOS RESPETIVOS GRUPOS.	74
GRÁFICO 18 - GRANDES PREOCUPAÇÕES GLOBAIS (GRUPO I) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	75
GRÁFICOS 19 - GRANDES PREOCUPAÇÕES GLOBAIS (GRUPO II) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	75
GRÁFICOS 20 - GRANDES PREOCUPAÇÕES GLOBAIS (GRUPO III) ELABORAÇÃO PRÓPRIA.....	76

Índice de Mapas

MAPA 1 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CANELAS	46
MAPA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO GRUPO I POR FREGUESIA EM PORTUGAL CONTINENTAL EM 2024.	54
MAPA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO GRUPO III POR FREGUESIA E PORTUGAL CONTINENTAL EM 2024...	57

Índice de Tabelas

TABELA 1 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CANELAS EM 2023.....	47
TABELA 2 - FORMAÇÃO ACADÉMICA DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO 2021-2022	48
TABELA 3 - HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PAIS DO GRUPO II.	55
TABELA 4 - HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DOS PAIS DO GRUPO III.	56

Lista de abreviaturas e siglas

AE.....	APRENDIZAGENS ESSENCIAIS
AEC	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CANELAS
AMP.....	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
ASE.....	AÇÃO SOCIAL ESCOLAR
CEE	COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA
CP	COMBOIOS DE PORTUGAL
EB1.....	ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Jl.....	JARDIM DE INFÂNCIA
MCG	METAS CURRICULARES DE GEOGRAFIA
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PASEO	PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA
PENT	PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO
PES	PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA
TAP	TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES
TIC	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SPN.....	SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL
SPP.....	SOCIEDADE PROPAGANDA DE PORTUGAL
UEFA.....	UNIÃO DAS FEDERAÇÕES EUROPEIAS DE FUTEBOL
WTTC.....	WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL

Introdução

Na cultura contemporânea, a Geografia surge como uma bússola num mundo cada vez mais interligado e complexo. O ensino da Geografia vai além da simples memorização de fronteiras ou características físicas da Terra; proporciona uma lente crítica para analisar e compreender guerras, conflitos armados, mudanças climáticas e dinâmicas socioeconómicas que moldam o nosso mundo e a compreensão das interações entre os seres humanos e o meio ambiente. Ao explorar estes conceitos, os jovens não só ampliam a sua visão de mundo, como também cultivam habilidades essenciais para uma cidadania informada e responsável. A próxima geração é moldada por estes ensinamentos geográficos, destinada a ser a força motriz por trás das decisões políticas e sociais do futuro, influenciando diretamente a comunidade em que vivem.

Neste contexto, surge a necessidade de investigar mais aprofundadamente como é que o ensino da Geografia influencia as escolhas e práticas dos jovens, especialmente no que diz respeito ao turismo. Compreender como é que estes conhecimentos geográficos são aplicados nas decisões turísticas não só enriquece a nossa compreensão dos hábitos de viagem dos jovens, como também ilumina o efeito desta disciplina na formação de escolhas conscientes e sustentáveis.

Assim, este estudo propõe explorar a importância da aprendizagem da Geografia na formação dos jovens enquanto agentes de mudança, investigando como é que eles incorporam e aplicam esses conhecimentos no contexto do turismo. Este trabalho não enriquece apenas a literatura académica sobre a aprendizagem da Geografia, mas também ilustra como é que os jovens concretizam esses conhecimentos nas suas decisões e práticas turísticas.

1. Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral investigar como é que a aprendizagem da Geografia afeta a atitude dos estudantes em relação às suas práticas de turismo, incluindo o interesse e a motivação para explorar destinos geográficos.

Como objetivo específico, propõe-se uma análise comparativa entre estudantes do ensino básico e ensino secundário, considerando uma turma do básico em que a Geografia é uma disciplina obrigatória, uma turma de secundário na qual os alunos não escolheram Geografia como disciplina opcional e uma turma de secundário na qual os alunos escolheram Geografia como disciplina opcional. Especificamente, este objetivo ajuda na identificação de possíveis disparidades na influência da disciplina de Geografia na prática do turismo entre os dois níveis de ensino, proporcionando uma análise mais concisa das interações entre a educação geográfica e as escolhas turísticas dos estudantes em diferentes fases do seu percurso escolar, assim como as perceções dos estudantes sobre a importância da educação geográfica na tomada de decisões turísticas.

2. Metodologia

No presente relatório, a metodologia aplicada passará por uma abordagem ampla que se inicia pela caracterização do contexto, explorando elementos essenciais como a descrição e caracterização do concelho e freguesia, indicadores censitários e a caracterização da escola onde se realizou a prática de ensino supervisionada.

De seguida procede-se à implementação de um questionário, com vista à recolha de informação entre os estudantes das duas turmas, uma do Ensino Básico e uma do Ensino Secundário; segue-se uma análise quantitativa e qualitativa da informação recolhida. A abordagem em questão, em diferentes níveis de ensino, visa captar nuances específicas de cada amostra, destacar a importância de duas amostras representativas e a sua relevância para uma análise de padrões com indicadores analíticos e exploração de correlações, de modo a interpretar os resultados de maneira significativa e relevante para o estudo.

3. Enquadramento Conceptual

O enquadramento conceptual remete para duas dimensões incontornáveis para a compreensão deste relatório de estágio: a aprendizagem da Geografia e a prática de turismo em Portugal.

No subcapítulo ‘Aprendizagem da Geografia em Portugal’, será abordado a sua evolução e o seu contexto atual, destacando a importância deste componente curricular no sistema educativo português.

No subcapítulo ‘Prática de turismo em Portugal’, será abordado a sua evolução e o seu contexto atual, destacando a importância do turismo no contexto socioeconómico e cultural em Portugal.

Este enquadramento conceptual irá conceder uma base sólida para o estudo, associando a aprendizagem da Geografia e a prática do turismo como elementos intrinsecamente ligados ao cenário educativo, sociocultural e económico do país.

3.1.A aprendizagem da Geografia em Portugal

3.1.1. Evolução

As incógnitas do mundo em que vivemos abarcam conexões invisíveis entre a sociedade, o espaço e a natureza. A aprendizagem da ciência denominada “Geografia” é a bíblia soberana que nos capacita para compreender as dinâmicas multidisciplinares entre o Homem e o Ambiente, que abre portas para um espírito crítico e holístico sobre o passado, o presente e o futuro do meio onde vivemos. A disciplina de Geografia, assim como todas as outras, percorreu um caminho de evolução, de transformações e conservações ao longo do tempo.

Iniciaremos a história da aprendizagem da Geografia em Portugal no início do século XIX, logo depois da Revolução Liberal, onde se observava uma grande preocupação cívica, como refere Jorge Ramos do Ó (2009):

“...reclamar não apenas a urgência do combate à ignorância, filha do analfabetismo, como também a necessidade de se promover a criação de escolas úteis, que haveriam

de formar homens hábeis nos seus empregos, especialistas capazes de multiplicar os recursos do tesouro e de toda a nação.” (p. 15)

Com a institucionalização de diversas disciplinas escolares, a disciplina de Geografia, sublinhando essa preocupação, nasce com a reforma da instrução primária, tendo o nome de “Breves Noções de História, Geografia e Constituição” e é envolvida com o ensino da História desde cedo no sistema educativo, sendo nomeada com o plano de instrução secundária de “Geografia, Cronologia e História” a partir do dia 17 de novembro de 1836, com a fundação dos liceus decretado pelo liberal Passos Manuel¹, inspirando-se no modelo educativo dos liceus franceses do início do mesmo século, executando os primeiros currículos estabelecidos nas disciplinas escolares². No entanto, devido a motivos políticos, administrativos e, especialmente, económicos, os resultados esperados conforme o documento não foram alcançados imediatamente. Em 1844, com o decreto de Costa Cabral que originou à reforma geral do ensino, a geografia ainda é associada à história, mas atribuindo-se a vertente de geografia comercial³.

A abordagem didática com influências iluministas era retratada como uma geografia generalista, socrática e descritiva, os materiais didáticos eram limitados e uma metodologia de ensino baseada na memorização⁴. No final da primeira metade do século XIX dá-se ao início inibido do ensino centrado no estudo do país, mais conhecido como *positivismo corográfico*⁵.

Autores como Adrien Balbi, com as obras denominadas “*Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*” e “*Variétés Politico-Statistiques sur La Monarchie Portugaise*” ambas de 1822; Casado Giraldes e a sua obra com o nome de “*Compêndio de Geografia-Histórica Antiga e Moderna, e Cronologia, para uso da Mocidade Portuguesa*” e Frei José de Sacra Família com o manual “*Lições elementares de Geographia e Chronologia (...)*” de 1830 (usado até 1860 nas escolas portuguesas⁶) foram extremamente importantes para a primeira metade do século XIX.

1850-1900

Na segunda metade do século XIX, o ensino da Geografia começou a ser valorizado curricularmente devido à sua relevância ideológica, autonomizando-se da disciplina de História no ensino industrial e comercial (reforma curricular de 1888)⁷ e mais tarde na instrução primária e secundária. Com a expansão da instrução primária, a aprendizagem da Geografia é alinhada com as aspirações políticas e sociais da época, onde é iniciado logo em 1850, um novo ciclo denominado a *Regeneração* nacionalista, contribuindo para os interesses imperiais e expansionistas coloniais, sendo usada igualmente para divulgar e apoiar as transformações de Portugal⁸. É determinado o estudo de Portugal e das suas colónias na reforma curricular de 1860 alterando os conteúdos curriculares.

A abordagem didática nacionalista priorizou os conhecimentos básicos sobre o território português, o conhecimento geográfico era apresentado de maneira a promover sentimentos de identidade nacional. As Corografias escolares com diversas informações numéricas e ainda muito limitado a nível visual e a nível cartográfico, já se faziam aparecer algumas imagens a preto e branco, gravuras e alguns gráficos⁹.

Inúmeras corografias e compêndios foram produzidos, publicações de diversos autores apreciados desse período, como João Felix Pereira (1850), Padre José de Sousa Amado (1861), Abade GAULTIER (traduzido em 1872¹⁰), Gerardo Pery (1875), entre eles estão de igual forma respeitados especialistas em território, como Emiliano Augusto Bettencourt e Bernardino Barros Gomes. Além disso, destacaram-se oficiais como José Nicolau Raposo e Carlos de Melo, o médico e político João de Lacerda, e personalidades com interesses no ensino e além, como Cândido de Figueiredo e Manuel António Ferreira-Deusdado¹¹, assim como da publicação de algumas folhas da Carta Corográfica do Reino (que já poderiam ter sido usadas para o ensino oitocentista), foram peças fundamentais para a evolução da Geografia em Portugal e do seu ensino¹².

1900-1940

Sucedeu-se a um período de declínio do ensino de Geografia com a reforma curricular de 22 de dezembro de 1894/1895 que desconsiderou a importância da Geografia até ao final dos anos 40 do século seguinte¹³. A caracterização da aprendizagem da geografia em Portugal durante o período de 1900 a 1940 é influenciada por vários contextos históricos, políticos e sociais. Durante esse período, Portugal passou por mudanças significativas, como a transição da monarquia para a República em 1910 (1910-1926) e a instabilidade política subsequente. É institucionalizado o ensino universitário de Geografia em Portugal neste início de século¹⁴.

Os responsáveis pela educação a partir de 1910, outorgaram uma maior valorização da língua portuguesa e da História como disciplinas ideológicas, subestimando a Geografia¹⁵, levando ainda mais à sua desvalorização ideológica e curricular (sendo excluída das disciplinas das 4ª e 5ª classes do liceu que se “adjudica grande estima”¹⁶ e novamente unida à História em 1896 e até lecionada em disciplinas como a Ciências da Natureza e Ciências Geográfico-Naturais a partir dos anos 30).

Pedagogicamente, a aprendizagem da Geografia começou a sentir algumas regras quanto ao seu rigor científico e devido ao aumento do conhecimento universitário, a obrigação de um único livro pela reforma curricular de 1894, em cada disciplina e em cada nível, de acordo com a prévia seleção governamental auxiliou na posterior exigência. Os usos de Compêndios continuam a ser determinantes na definição dos conteúdos escolares, principalmente no ensino secundário, autores destes como José Nicolau Raposo Botelho, Vicente de Almeida d’Eça, Mário de Vasconcelos e Sá, António Matoso foram os escolhidos entre os subseqüentes anos em diferentes níveis de ensino da Geografia até ao golpe de Estado de 1926¹⁷. Fortalece-se o uso de conceitos, imagens e mapas no discurso geográfico escolar (muito devido, como mencionado, ao conhecimento universitário dos autores utilizados para o ensino, principalmente com os manuais escolares de Mário de Vasconcelos e Sá). Citando o Decreto nº 27085, de 14 de outubro de 1936, Sérgio Claudino (2000) comenta que “no Portugal da ditadura crescentemente consolidada, a Geografia serve para memorizar factos, não para os discutir”¹⁸. E tanto nas universidades quanto nos programas do ensino secundário e

primário, há um realce numa abordagem naturalista, maior nos aspetos físicos em detrimento dos aspetos humanos. O nível de ensino primário continua a adotar a tendência nacionalista e não tanto uma preocupação com o rigor, legada do século anterior¹⁹.

Dá-se ênfase principalmente a autores como José Nicolau Raposo Botelho e a Mário de Vasconcelos e Sá que valorizaram a importância da Geografia em Portugal nesse período.

1940-1973

Os grandes conflitos mundiais ocorrem num meio onde a uma disciplina de Geografia está cada vez mais distante da sua época e de questões problemáticas. No entanto, mesmo assim, a Segunda Guerra Mundial não deixa de se refletir no ensino secundário do Estado Novo, especialmente na disciplina de Geografia²⁰. Sucedendo a ideias e movimentos anticolonialistas, o império colonial é fortemente abalado, levando ao reerguimento da importância da Geografia sendo isolada novamente da disciplina de História com a reforma e Estatuto Liceal de 1947 para defender o seu papel²¹. Na década de 1960, o surgimento da guerra colonial destaca ainda mais a contribuição da Geografia para a identificação do império. E em 1968 na reforma do Ciclo Preparatório, a disciplina Ciências Geográficas-Naturais é substituída pela disciplina de História e Geografia de Portugal e restaura-se o direito de produção e escolha dos compêndios do Ciclo Preparatório. As escolas de Geografia estabelecidas por Amorim Girão, na Universidade de Coimbra, e por Orlando Ribeiro, na Universidade de Lisboa, consolidam-se. Em ambas, é evidente a influência marcante da escola regional francesa e aos poucos principia uma pequena relação institucional entre o ensino universitário e o ensino secundário, onde Orlando Ribeiro e Amorim Girão elaboram programas e manuais e constroem o ensino de Geografia²²

Os autores dos manuais de Geografia começaram a reforçar a importância da utilização da cartografia e com o maior uso das cores²³. O predomínio da descrição de aspetos físicos como fatores como o solo e o clima ainda permanecia, desvalorizando os restantes fatores igualmente importantes como os fatores políticos e económicos para

a caracterização de países e continentes. É referido levemente a população e problemas de desenvolvimento²⁴.

A agricultura, o desenvolvimento da TAP e o turismo são assuntos que começam a ganhar força a partir dos anos 70 e que tentam esconder os problemas que Portugal enfrentava nesse tempo. Predomina uma neutralidade de discurso relativamente ao mundo fora de Portugal, sublinhado apenas a nível internacional, o contexto pós-Guerra desunido entre os Estados Unidos e União Soviética e respetivos aliados e focando numa abordagem manipuladora nacionalista²⁵.

Os autores essenciais deste período são, na sua generalidade, professores metodólogos de Geografia: Orlando Ribeiro, Amorim Girão, Silva Teles, Amílcar Augusto Patrício, Eduardo Marinha Alves de Moura, Américo Silvino Palma, Júlio Leal de Loureiro, Evaristo Guedes Vieira, sendo ainda na atualidade, autores decisivos para a evolução do ensino da Geografia, como Orlando Ribeiro²⁶. Como menciona a Associação Portuguesa de Geógrafos “...foi, simultaneamente, o principal responsável pela profunda renovação da Geografia em Portugal que ocorreu a partir da década de 1940 e uma figura destacada da ciência e da cultura portuguesas do século XX”²⁷.

1974-2000

Do ano de 1974 até aos anos 2000, a aprendizagem da Geografia em Portugal mudou e evoluiu muito significativamente. Sentiram-se mudanças não só a nível político, social e histórico, mas também nas leis educativas que moldaram o sistema de ensino, devido à democratização e descentralização do poder. Portugal perde o império ultramarino e a Geografia trouxe na sua sombra um compromisso com o regime anterior, sendo contestada logo à Revolução dos Cravos, todavia, era necessário a reidentificação dos portugueses com o diferente Portugal com crise de identidade²⁸. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), promulgada em 1986, foi uma legislação decisiva que definiu as linhas gerais do sistema educativo português. Essa lei promoveu a autonomia das escolas, a participação democrática, a importância do desenvolvimento integral dos alunos, o princípio da universalidade do acesso à educação e da inclusão, bem como a garantia de gratuidade para o ensino obrigatório²⁹. Durante a década de 1990, houve esforços para melhorar a qualidade e eficácia do sistema educativo. A Lei de Bases do

Sistema Educativo foi revista em 1997 (Lei n.º 115/97) introduzindo alterações e ajustes às políticas educativas³⁰.

O discurso possibilista e ruralista, centrado na interpretação de paisagens ignorando os principais desafios políticos, económicos, sociais e a todas as escalas do espaço mantém-se. Em 1986 depois da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, já se começa a valorizar no ensino de Geografia um país cada vez mais urbano e modernizado, indo ao encontro da identificação ideológica europeísta³¹. Os manuais continuam a ser o recurso didático proeminente, a memorização das informações (principalmente dos países da Comunidade Europeia e das suas capitais), multiplicações de gráficos e mapas com informações da Comunidade e observando-se a introdução de algumas visitas de estudo³². A novidade dos primeiros anos dá lugar à normalidade da presença da União Europeia no quotidiano, enquanto a renovação metodológica dos anos 90 enfrenta desafios. A crise económica dessa década contribui para um certo desencanto. Ao longo desse período, a União Europeia confronta-se com a incapacidade de rivalizar com o crescimento económico dos Estados Unidos da América, atribuindo-se isso, em parte, a um sistema educativo europeu percebido como excessivamente teórico e inadequado para os desafios do mercado de trabalho. Porém até aos anos 2000, o uso de tecnologia, introdução de métodos de ensino interativos e participativos, assim como a inclusão de perspetivas multiculturais, transformaram a forma como a Geografia era ensinada.

Em 1987 com a criação da Associação de Professores de Geografia e a Associação Portuguesa de Geógrafos, com o surgimento dos cursos de formação inicial de docentes de geografia gerou especialistas da área desanimados com o percurso pedagógico-didático não renovado. Começa-se a observar o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes nos alunos com a dinamização de projetos europeus pelos professores de Geografia. No ensino secundário sente-se uma transposição do discurso universitário³³. Entender o passado e a evolução da educação geográfica em Portugal desempenha um papel crucial para compreender as práticas atuais, melhorar abordagens pedagógicas e destacar a necessidade de continuar a adaptar constantemente o ensino de geografia para preparar os alunos para compreenderem e

enfrentarem as rápidas mudanças tecnológicas, políticas, sociais, económicas e ambientais que o mundo constantemente atravessa.

3.1.2. Caracterização atual

2000-2010

A partir dos anos 2000 até aos dias atuais, em Portugal, a aprendizagem da disciplina de Geografia, assim como todas as outras disciplinas foram arrematadas por reorganizações significativas nos currículos escolares (ou como Sérgio Claudino (2015) indica: “As mal sucedidas reformas educativas por decreto”).

Logo no início do século XXI, dando-se ênfase ao desenvolvimento de competências gerais e específicas enunciadas no Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais, no Decreto-Lei nº de 2001, de 18 de janeiro decretou-se a reorganização curricular do ensino básico (não se define como uma reforma, mas sim uma reorganização curricular, pois a principal intenção inicial foi reestruturar a lógica do currículo do ensino básico³⁴), com base nas competências, habilidades e resolução de problemas e em saberes práticos levando à secundarização do método de ensino baseado na memorização³⁵. Assim, o currículo refere-se não apenas às disciplinas, mas também aos conhecimentos assimilados pelos alunos, à sua organização, ao seu lugar no percurso escolar e ao papel que desempenham no processo educativo³⁶ e concedendo à escola um papel central no desenvolvimento do currículo. Com estas mudanças a Geografia ressurge, de novo, do 7º ao 9º ano,³⁷ ligada à sua importância em abordar questões relacionadas ao Meio Físico e Humano, explorando diferentes escalas de análise. Seis grandes temas foram delineados no documento das orientações curriculares do 3º ciclo de Geografia, publicado pelo Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação, abrangendo áreas como "A Terra: Estudos e Representações", "Meio Natural", "População e Povoamento", "Atividades Económicas" e "Contrastes de Desenvolvimento, Ambiente e Sociedade". O processo de aprendizagem da Geografia ao longo do Ensino Básico de acordo com o pressuposto,

levaria à aquisição de competências que capacitassem os jovens a se tornarem cidadãos geograficamente competentes.

No entanto, há uma ilustre carência de detalhes específicos sobre os conteúdos relacionados a esses temas e uma falta da integração de formação para auxiliar os professores a realizarem esta reorganização de forma ordenada. Em contrapartida, são oferecidas diversas sugestões de experiências de aprendizagem e as escalas preferenciais de análise são definidas como Portugal, a Europa e o Mundo. Existiu uma clara tendência de desvalorização dos conteúdos em favor da flexibilidade e desenvolvimento de competências. Embora houvesse uma ênfase teórica ou oficial nas competências como abordagem educativa, a realidade nas salas de aula de Geografia ainda refletia métodos de ensino mais convencionais e tradicionais³⁸.

Ao admitir a falta de sucesso na implementação de um ensino baseado em competências, o governo toma a iniciativa de desenvolver as ditas “Metas de Aprendizagem”. O Projeto Metas de Aprendizagem integra-se na Estratégia Global de Desenvolvimento do Currículo Nacional, estabelecida pelo Ministério da Educação em dezembro de 2009 (no mesmo ano em que a escolaridade obrigatória passou para os 12 anos e uma das justificativas para a criação desse projeto³⁹). Esse projeto envolveu a criação de padrões de gestão curricular para cada disciplina ou área disciplinar, em cada ciclo de ensino, organizados de acordo com os anos de escolaridade, que auxiliariam os professores na operacionalização e concretização efetiva das competências no ambiente educativo⁴⁰. Nas Metas de Aprendizagem de Geografia seguem uma lógica de organização em espiral, abrangendo temas e competências específicas em grupos transversais, como a compreensão do mundo envolvente, apropriação do vocabulário geográfico e desenvolvimento de competências de comunicação. Sendo apresentadas 17 Metas finais, subdivididas em Metas intermédias para cada ano de escolaridade, levando a uma progressão de dificuldade e complexidade, que visava promover uma abordagem dinâmica que envolvesse ativamente os alunos nas aprendizagens, incorporando técnicas de expressão cartográfica, icónica, estatística e verbal, assim como o uso das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação)⁴¹.

Os livros didáticos ainda eram elaborados seguindo as Orientações Curriculares de 2001, o que tornava improvável a efetiva implementação das Metas de Aprendizagem nas escolas, levando ao governo implementar essas metas como opcionais⁴²: “...voluntárias e livremente pelos Professores no seu trabalho quotidiano”⁴³.

2010-Atualidade

Uma mudança de governo em 2011 traz um novo Ministro da Educação que adota uma abordagem oposta às diretrizes educativas anteriores, enfatizando a importância da assimilação de informações pelos alunos. Isso levou à rápida desconsideração do "Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais" como um documento de referência curricular, marcando o que foi interpretado como o encerramento do realce das competências no currículo educativo⁴⁴.

Citando o Despacho N.º 17169/2011, que levou à criação de documentos elucidativos que estabeleçam as prioridades nos conteúdos essenciais dos programas, por meio de Metas Curriculares:

“Em primeiro lugar, erigindo a categoria de «competências» como orientadora de todo o ensino, menorizou o papel do conhecimento e da transmissão de conhecimentos, que é essencial a todo o ensino. Em segundo lugar, desprezou a importância da aquisição de informação, do desenvolvimento de automatismos e da memorização.”⁴⁵

Demonstra-se assim que se voltou a dar ênfase aos “conteúdos” e em 2012, o Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho, aprova a elaboração das Metas Curriculares. E é entre 2013/2014, que são homologadas as mesmas para a História e Geografia de Portugal do 2º Ciclo⁴⁶ e Geografia do 3º ciclo⁴⁷ e aplicadas obrigatoriamente entre 2014 e 2016⁴⁸. Estas metas, com os seis temas definidos em 2001 com adaptações, divididos em domínio e subdomínios, apresentam uma lista detalhada das aprendizagens esperadas dos alunos, com uma tendência a depreciar o desenvolvimento de capacidades e atitudes por parte dos estudantes⁴⁹ e incluindo um caderno de apoio para orientar as práticas de ensino. Nas Metas Curriculares de Geografia (MCG), valorizava-se a análise de representações gráficas e cartográficas da realidade e de forma complementar, valorizava-se o trabalho de campo, de grupo, o estudo de caso e a utilização das TIC. Ao

longo do ciclo, as MCG abrangiam 4 Domínios, 25 Subdomínios, 95 Objetivos Gerais (OG) e 398 Descritores, numa média semanal de 120 minutos de tempo⁵⁰, o que foi constatado que eram excessivamente ambiciosas, revelando-se impraticáveis para uma abordagem abrangente devido às limitações de tempo e recursos, evidenciando a necessidade de uma revisão realista e adaptável para garantir a efetividade do processo educativo.

Novamente, o sistema de ensino passa por outra reestruturação do Currículo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e dos demais documentos curriculares e no ano de 2016 e 2017 são homologados três conjuntos documentos de referência interligados entre si, o primeiro denominado de “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania” no âmbito das metas estabelecidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, que segundo a Direção Geral da Educação (s.d.) menciona, têm como objetivos visar: “...a construção sólida da formação humanística dos alunos, para que assumam a sua cidadania garantindo o respeito pelos valores democráticos básicos e pelos direitos humanos, tanto a nível individual como social...”⁵¹. O segundo documento é o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (conhecido pela sigla PASEO) orientado pelo Projeto Educação 2030, OCDE, 2016; Repensar a Educação, UNESCO, 2016 e Resumo de Políticas, UNESCO, 2017 no despacho 6478/2017, de 26 de julho, sendo ele, de acordo com a própria Direção Geral de Educação (s.d.) : “...um documento de referência para a organização de todo o sistema educativo e para o trabalho das escolas, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular”⁵². Esse documento define os princípios, as áreas de competência e os valores necessários para a formação de cidadãos participativos. O PASEO orientou à definição das “Aprendizagens Essenciais” que procuram planificar, realizar e avaliar e promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas orientadas pelo mesmo (PASEO). As AE priorizam os elementos conhecimentos, capacidades, atitudes e valores para cada disciplina e ano. Atualmente, os documentos curriculares que servem de referência para a organização dos currículos, a aprendizagens dos alunos e a avaliação externa e interna são os últimos supracitados. Não obstante, de acordo com diversos professores, as Aprendizagens Essenciais

apresentam lacunas na sua produção e levam a crer terem sido formuladas apressadamente, contudo, oferecem uma solução para a questão anterior, proporcionando, ao mesmo tempo, flexibilidade ao professor na abordagem dos conteúdos.

As TIC demonstraram-se ser decisivas para o prosseguimento da aprendizagem das diversas disciplinas aquando da pandemia causada pelo “COVID-19” onde todos os alunos do país (e do mundo) permaneceram nas suas habitações confinados durante um largo período de tempo, o que não só demonstrou a importância das TIC, como revelaram a desigualdade de acesso aos recursos digitais e a necessidade urgente de desenvolver estratégias eficazes para garantir a inclusão e a participação de todos os alunos, independentemente das suas circunstâncias socioeconómicas. Os docentes aprenderam a utilizar plataformas online para o uso online e para disponibilizar materiais didáticos, enriquecendo o conteúdo (geográfico) e proporcionando experiências de aprendizagem mais dinâmicas. Na disciplina de Geografia, o processo de adaptação às aulas digitais online durante o período de confinamento foi eficientemente gerido, beneficiando-se significativamente das TIC com ferramentas online, softwares educativos e recursos digitais que ajudam na observação de análises espaciais, mapas interativos e visualização de dados geográficos, o que demonstrou que o uso das TIC é fundamental na dinamização do ensino-aprendizagem de Geografia. Contudo, no cenário atual destaca-se a importância de uma abordagem equilibrada, onde a tecnologia cada vez mais evoluída, como com a chegada da Inteligência Artificial, complementa as práticas pedagógicas tradicionais, garantindo uma educação geográfica abrangente, segura e atualizada.

Em Portugal, projetos como o Programa *ERASMUS+* gerido por diversos órgãos a diferentes escalas, inserido nas escolas aderentes, costuma estar intimamente ligados à disciplina de Geografia, o que apresenta uma mais-valia para a disciplina, onde consiste num programa de parceria e mobilidade na educação e formação, oferecendo aos professores e alunos a oportunidade de participar em intercâmbios e projetos colaborativos transnacionais, enriquecendo o conhecimento geográfico e a sua perspetiva por meio da troca de experiências e conhecimentos. Outro programa

igualmente ligado frequentemente à disciplina de Geografia é o programa Eco Escolas, uma iniciativa desenvolvida pela ONG (Organização Não Governamental) *Fundação para a Educação Ambiental* que promove a educação e consciência ambiental e práticas sustentáveis nas escolas inscritas no projeto com a participação ativa dos alunos, contribuindo para uma abordagem holística da disciplina da Geografia.

Nesse modo, compreende-se a importância da disciplina de Geografia no currículo educativo português que aborda temas sensíveis e controversos como questões globais, sociais, políticas e ambientais, tais como a globalização, migração e sustentabilidade no processo de ensino-aprendizagem. Este tipo de temas promove aos alunos o pensamento crítico e uma mentalidade mais aberta para conhecimentos interdisciplinares e compreensão dos desafios contemporâneos.

3.2.A prática do turismo em Portugal

3.2.1. Evolução

É amplamente reconhecido que o turismo representa um dos principais setores estratégicos para o desenvolvimento económico e social em escala global atualmente. Todavia, de acordo com diversos autores, entre eles Licínio Cunha, reconhecem que o turismo antes da década de 60 do século passado era desvalorizado como motor de desenvolvimento⁵³.

A história da prática do turismo em Portugal é profundamente enraizada nos séculos passados, transcende o limiar do século XX, que é por onde vamos começar este enquadramento. Dada a complexidade do tema, a diversidade de áreas que o abrangem, a vasta bibliografia e as múltiplas fontes disponíveis seria irrealista esperar que neste enquadramento pudesse apresentar uma história completa da prática do turismo em Portugal. No entanto, não deve ser deixado de lado que todas as facetas da história de Portugal, desde os primórdios da sua formação como nação, até aos desafios enfrentados ao longo dos séculos com diversas batalhas e descobertas para além do mar e da Europa, desempenharam papéis essenciais no desenvolvimento contínuo do país

em todas as suas vertentes. Cada evento histórico, seja ele de conquista ou de adversidade, contribuiu para moldar a identidade, cultura e sociedade portuguesa, influenciando diretamente o curso da história do país. Essa complexa teia de acontecimentos históricos é intrinsecamente entrelaçada com o crescimento (mesmo que anteriormente ao século XX não seja tão significativo) e a evolução do turismo em Portugal e da sua prática. Ao longo do curso da história, uma ampla tipologia turística foi exercida em Portugal, abrangendo desde o turismo cultural e o histórico até o turismo balnear e o turismo de natureza. No entanto, no contexto desta análise, será dada ênfase aos tipos de turismo que desempenharam um papel mais proeminente no impulso do desenvolvimento do país como destino turístico reconhecido internacionalmente.

Muitas civilizações que povoaram Portugal e a Península Ibérica como os Celtas, Gregos, ou Romanos, deixaram um legado duradouro que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do país. Entre as muitas infraestruturas legadas por essas civilizações, destacam-se diversos espaços de lazer como os banhos (as termas) e as arenas. Estas infraestruturas podem ser encaradas como os elementos primordiais que deram origem ao turismo em Portugal⁵⁴, assim como há uma corrente de pensamento entre alguns autores⁵⁵ que sugere que os alicerces do turismo em Portugal podem remontar aos tempos dos Descobrimentos.

1840-1900

O ano de 1840 é escolhido para começar a evolução do turismo em Portugal, por ser o ano da fundação da primeira agência de viagens em Portugal a abrir escritórios de atendimento ao público⁵⁶, “Viagens Abreu”, fundada por Bernardo Luís Vieira de Abreu, inicialmente foi uma referência pela organização de viagens do fluxo de emigrantes provenientes do norte de Portugal e da Galiza, que se dirigiam principalmente para o Brasil. Esses fluxos migratórios tiveram um impacto significativo na demografia e na economia de Portugal e criou laços culturais e turísticos duradouros entre Portugal e os países de destino dos emigrantes⁵⁷.

Desde cedo, a Agência Abreu destacou-se como uma empresa de serviços proeminente,

demonstrando uma grande dedicação em diversas outras áreas de atuação. Inicialmente, as suas atividades incluíam a gerência de passaportes e de vistos para emigrantes, juntamente com a venda de bilhetes de comboio para Lisboa e de navio para a América do Sul. Com o passar dos anos, a empresa expandiu os seus destinos para incluir África, América do Norte e Europa, ampliando assim a sua oferta de serviços para uma gama mais diversificada de destinos globais, sendo uma das pioneiras no turismo organizado em Portugal, ajudando a estruturar e a promover viagens turísticas.

O turismo propriamente dito e a nível interno, nessa época, pertencia às elites, à burguesia, e não era considerado turismo, mas sim usado o termo “villegiatura”, que consiste numa deslocação, tipicamente realizada durante os meses de Verão, feita pelas elites urbanas, inicialmente em direção às termas e ao campo⁵⁸. As termas e as quintas, nos subúrbios das áreas urbanas, eram locais típicos para o lazer. Posteriormente, ocorre uma mudança e esses locais são substituídos por áreas a beira-mar, junto do litoral⁵⁹.

É partir da segunda metade do século XIX, que a prática balnear, junto ao mar, se afirmou em Portugal como onda pelo Liberalismo e a sua burguesia, um pouco tardio, comparado com o resto da Europa, no entanto, trouxeram uma mudança nos padrões sociais, o que refletia os seus valores e aspirações dessa classe emergente. A prática balnear tinha duas perspetivas: a primeira é baseada em ideias higienistas, que surgiram da medicina no século XIX e continuaram até o século XX. Essas ideias enfatizavam a importância da higiene e da saúde, o que levou ao reconhecimento das praias como locais de benefícios terapêuticos; a segunda perspetiva é inspirada pelo movimento romântico. Para os românticos, o mar representava uma espécie de paraísos naturais perdidos, de pureza e de infinitude, onde os seres humanos se podiam conectar com a natureza de forma profunda e revitalizadora, proporcionando uma experiência estética e emocionalmente significativa⁶⁰. José Leite de Vasconcelos (1936) que:

“Por isso devemos admitir que a utilização regular de banhos de mar, com acomodação especial em praias, e subordinados a conselho médico, ou à experiência e gosto individuais, como agora se faz, não começaria além do sec. XIX...” e ainda “Depois que tal utilização entrou em moda, e se verificou que muita gente em verdade necessita de

se valer, e com proveito se vale, de um bem que a Natureza prodigaliza benevola, a frequentação de praias tornou-se delírio.” (p.562)

Como novamente José Leite de Vasconcelos admite, ainda na mesma obra supracitada: “E assim se nos depara, não exclusivo, mas aliado a outros (caminhos de ferro, etc.), mais um poderoso factor de povoamento, ou de melhoria de povoações preexistentes”⁶¹. A criação dos caminhos de ferro em Portugal, a passo lento, começando em 1856, com o caminho de ferro entre Lisboa e Carregado, levaram a um grande desenvolvimento na mobilidade da população, admitindo realizar viagens com maior distância em menos tempo. Devido aos caminhos de ferro, foi criado o “Gazeta dos caminhos de ferro de Portugal e Espanha” em 1888⁶², uma revista que tinha como objetivo partilhar diversas informações, tais como as viagens e as suas notas, o que foi um dos acontecimentos que levou ao desenvolvimento do turismo em Portugal ao longo dos anos⁶³. Como menciona CORREIA (2009), o Gazeta continha informações de: “... «Viagens», que promete informação útil e o mais completa possível sobre a «maneira mais commodata e económica de as realizar no paiz e no estrangeiro”⁶⁴

1900-1940

Nestas quatro décadas seguintes descritas, verificou-se o desenvolvimento a passos lentos do turismo em Portugal, o turismo religioso desenvolveu-se e a prática balnear aumentava cada vez mais a sua importância, sendo cada vez mais os adeptos. No entanto, a elite em locais como Cascais, Estoril, Figueira da Foz, Espinho e Póvoa de Varzim, começaram a reconhecer nesses locais essa prática, como também pelo crescimento e melhoria de estabelecimentos hoteleiros, das salas de jogos e dos casinos⁶⁵. A melhoria de infraestruturas como a rede viária e cada vez mais linhas dos caminhos de ferro ajudavam no desenvolvimento do país e consequentemente na oportunidade de realizar viagens com fins turísticos.

No dia 28 de fevereiro de 1906 é fundada a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), com cariz privado e sem apoios, que teve um papel importante na conceção, organização e divulgação das primeiras atividades turísticas em Portugal apesar das limitações materiais e da prevalência do "turismo de elite" na época⁶⁶. Esta instituição

contava com um pensamento modernista para a época, onde realçava o desenvolvimento que o turismo proporcionava como uma questão patriótica e desenvolveria o país a nível social e economicamente⁶⁷. Como Licínio Cunha refere: “A criação da Sociedade Propaganda de Portugal é uma das iniciativas mais admiráveis do princípio do século XX e aquela que mais influenciou o despertar do turismo em Portugal”⁶⁸. Com a implantação da República em 1910, em meio a um período de instabilidade política, Portugal não deixou de querer apostar no turismo, e em 1911 conseguiu atrair a realização do IV Congresso Internacional do Turismo em Lisboa, atraíu 1500 participantes, consolidando o reconhecimento internacional das iniciativas do país no campo do turismo. Durante o congresso realizado, no Ministério do Fomento foi estabelecido o Conselho do Turismo, vinculado a uma Repartição de Turismo, em conformidade com a estratégia adotada pela SPP, marcando assim o nascimento do primeiro organismo oficial de turismo em Portugal⁶⁹. Editada a Revista de Turismo, juntamente com materiais promocionais, como folhetos e o Guia do Viajante de Portugal e as suas colónias foram realizadas iniciativas de sensibilização de Portugal como destino turístico, direcionadas a jornalistas internacionais, incentivando-os a visitar o país e a escrever sobre ele nos seus respetivos locais de origem. O aumento do turismo internacional foi arrebatado pela Primeira Guerra Mundial, no entanto, Portugal não deixou de se desenvolver. Em 1917 com o milagre de Fátima, o acontecimento atraiu a atenção mundial para o lugar de Cova de Iria, reforçou a identidade católica de Portugal e consolidou a sua reputação como um dos principais destinos religiosos, não só a nível nacional, como a nível mundial. Um outro projeto turístico a nível mundial realizado foi no Estoril, a Costa do Sol, planeado para ser um polo de atração, devido à proximidade ao mar e pelas termas localizadas no local⁷⁰. No centro foram criados o casino e o parque do Estoril e de “...excelentes hotéis...”⁷¹. Como a própria Visit Portugal menciona: “A partir de 1930, o Estoril tornou-se um dos principais expoentes do turismo em Portugal”⁷² O turismo ainda era muito ligado para as elites e considerado turismo de luxo.

No entanto, em 1926, com a entrada da ditadura militar, da sua censura e de novas diretrizes, aconteceram diversas alterações e uma delas foi a dependência da Repartição

do Turismo do Ministério do Interior e em 1928 passando-se a chamar “Repartição de Jogos e Turismo”⁷³ apertando as regras para a entrada de estrangeiros em Portugal que influenciou o desenvolvimento do turismo⁷⁴. O Conselho Nacional de Turismo foi criado em 1929 com funções de promover Portugal a nível internacional, no entanto, não revelou ter capacidades para esse efeito e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) encarrega-se em 1940 deste⁷⁵. O SPN foi capaz de moldar a imagem de Portugal no exterior de acordo com os interesses do regime e o turismo era considerado uma ferramenta importante para fortalecer a identidade nacional e promover o orgulho patriótico entre os portugueses. O SPN então utilizou recursos para criar campanhas publicitárias, eventos culturais e iniciativas que destacavam as belezas naturais, históricas e culturais de Portugal, incentivando os portugueses a explorar o seu próprio país como turistas destacando não só a nível nacional como também a nível internacional aspetos positivos de Portugal e minimizando as questões negativas⁷⁶.

No entanto, as sucessivas alterações na estrutura oficial do turismo, acompanhadas por experiências que se mostraram pouco eficazes e, por vezes, prejudiciais, resultaram na perda de ímpeto e na incapacidade de estabelecer as condições fundamentais necessárias para o avanço do setor turístico e o desenvolvimento do turismo em Portugal estagnou. Durante esses anos, a contabilização do número de turistas que visitavam o país não era uma prática comum. Em vez disso, esses dados eram geralmente incluídos no total das entradas de estrangeiros⁷⁷. Foi somente no final dos anos 40 que o Instituto Nacional de Estatística (INE) (criado em 1935) começou a registar e tratar dados relacionados ao número de estrangeiros que entravam no país. Isso marcou o início de uma abordagem mais sistemática para a coleta de informações sobre o turismo em Portugal.

1940-1980

Nos quarenta anos seguintes muitas foram as mudanças e que impactaram Portugal e o Turismo, e é a partir da década de 60 que o Turismo começa a ser reconhecido em Portugal com um papel fundamental para o desenvolvimento do país a nível económico. A II Guerra Mundial interrompeu o crescimento do fluxo de turistas, de modo global, no

entanto, foi a partir do fim deste acontecimento que se verificou a primeira fase de grande expansão do Turismo a nível global como a nível nacional e o conceito de turismo de massas⁷⁸. As condições de vida começaram a melhorar gradualmente, com o aumento dos rendimentos familiares e o direito ao pagamento de férias. A Revolução dos Cravos em 1974 resultou na outra grande mudança em todos os níveis em Portugal que abalou a prática do Turismo.

A ação mais visível e de grande sucesso do SPN apostado ao nível do turismo nesse início de século foi a rede nacional de Pousadas de Portugal, a primeira das quais inaugurada em Elvas no ano de 1942⁷⁹. No ano de 1944, é integrada a cultura e a comunicação social para publicitar o país e surge o Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular (SPI).

A nível das infraestruturas, com a melhoria da rede viária, com as concessões dos caminhos de ferro concentradas na Comboios de Portugal (CP)⁸⁰, chegou a vez do transporte aéreo e inaugura-se em Portugal, no ano de 1942, o primeiro aeroporto internacional da Portela em Lisboa, três anos foi criada a primeira companhia aérea portuguesa denominada de Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e no final do mesmo ano, o aeroporto de Pedras Rubras no Porto. Esta melhoria das infraestruturas melhorou a conexão e a acessibilidade entre as principais cidades e destinos turísticos, tornando-se mais fácil para a prática do turismo. O número de pessoas que viajavam de avião aumentou com a tarifa de classe turística que diversas companhias aéreas começaram a implementar a partir de 1952⁸¹. Não obstante, não podemos deixar de mencionar as barreiras policiais contra a entrada de estrangeiros na época do regime ditatorial, como mencionado anteriormente que impediam um maior desenvolvimento do turismo, sendo só mais tarde, no ano de 1963, suavizado, devido muito a problemas económicos com gastos militares⁸². Com essa abertura, a entrada de turistas internacionais começou a crescer cada vez mais, sendo 1 milhão de entradas em 1964 e a trazer cada vez mais receitas⁸³. A cidade de Lisboa e a ilha da Madeira eram os locais que acolhia mais turistas. Com esta tal importância para a economia do país, em consequência, no ano de 1965, o turismo é incluído como alta prioridade para investimento, no Plano Intercalar do Fomento 1965-1967. Foi igualmente considerado no III Plano do Fomento

1968-1973, o “motor do desenvolvimento económico nacional”⁸⁴. Acompanhando esse crescimento, surgiu o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira para fornecer formação profissional adequada e responder ao aumento de unidades hoteleiras. Do ano de 1950 ao ano de 1973, houve um crescimento exponencial de turistas estrangeiros recebidos em Portugal, o que indica um crescimento explosivo significativo neste período⁸⁵. Os países mais próximos geograficamente de Portugal, bem como aqueles com os quais o país mantém fortes laços afetivos e comerciais, são os que mais visitavam Portugal e fazem-no principalmente pela rede terrestre⁸⁶. Já é possível de observar o fenómeno da sazonalidade, com preferência pelos meses mais quentes, também muito ligado aos meses de férias escolares e a um dos tipos de turismo mais proeminente em Portugal: O turismo balnear⁸⁷. O Algarve começou a tornar-se um destino escolhido para esta prática.

Novamente incluído no Plano do Fomento, o IV teve a particularidade de ter sido suspenso e a sua lei revogada devido à Revolução de 25 de abril de 1974⁸⁸. Com este acontecimento, todo o país sofreu alterações profundas e irreversíveis, marcando o início de um período de transição política, social e económica o setor turístico nos dois anos seguintes sentiu uma diminuição radical, e a chegada de pessoas fora do país mais eminente nesta fase foram dos retornados da ex-colónias que acabaram por ficar alojados nos hotéis a mando do estado. Apenas três anos depois o número de visitantes estrangeiros voltou a subir, considerado aos valores antes do Movimento das Forças Armadas. Não só o número de visitantes estrangeiros aumentou como também o turismo interno, principalmente nas classes económicas de menor capacidade, com a prática turística de caravanismo⁸⁹. Esta ocorrência também poderá estar ligada a um Plano de Transição (1974-1985) onde é mencionado que “o turismo deveria de possibilitar aos portugueses, em especial às classes mais desfavorecidas, a utilização de equipamentos turísticos”⁹⁰, no entanto, este plano não foi publicado, mas algumas das suas medidas foram seguidas.

1980-2000

A partir dos anos 80 até aos anos 2000, a nível mundial, diversos acontecimentos ocorreram e que levaram a uma combinação de fatores económicos, geopolíticos, sociais e tecnológicos que afetaram profundamente o turismo, como por exemplo, o início da globalização, o aparecimento da internet, a queda da União Soviética, a crise dos anos 90, mas não só. Estas mudanças moldaram o comportamento e motivações dos turistas e do mercado turístico europeu durante esse período⁹¹. No início de 1980 emergiu uma preocupação crescente com a promoção de um turismo de alta qualidade em Portugal. Nessa década, foram implementados diversos sistemas de apoio financeiro ao investimento turístico, enquanto 13 regiões de turismo foram estabelecidas entre 1979 e 1986. Anteriormente centrada no triângulo Lisboa-Algarve-Madeira, a promoção turística começou a abraçar outros destinos de interesse, tanto para o turismo interno quanto para o externo. Em 1985, Portugal alcançou um marco significativo ao receber mais de 10 milhões de visitantes estrangeiros⁹². A entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 fortaleceu ainda mais a posição de Portugal como um destino turístico de prestígio e experiência dentro da Europa⁹³. Nesse mesmo ano, celebrou-se o Jubileu do Turismo Português e foi promulgado o Plano Nacional de Turismo 1986-1992. O plano surgiu em resposta a desafios como a diminuição das receitas turísticas, a queda no número de estadia média dos turistas e deficiências nas infraestruturas e na oferta turística, que estavam fora da tendência de procura da época e da mesma oferta turística noutros países da Europa, competindo assim com Portugal. Essa estratégia delineou uma abordagem centrada na qualidade e diversificação da oferta turística, na ampliação para novos mercados e áreas territoriais e na valorização dos recursos naturais, culturais e humanos do país, o que se acabou por verificar uma execução do plano e dos objetivos de forma quase integral⁹⁴. Para Portugal, a década de 90 representou um período de destaque na projeção internacional. No ano de 1990, foi celebrado o Ano Europeu do Turismo pela CEE, com o objetivo de promover o conhecimento das culturas e modos de vida dos cidadãos dos Estados Membros, incentivando viagens sem fronteiras dentro da comunidade e posicionando a Europa como um destino turístico prioritário. O governo definiu em 1992 uma nova estratégia

do turismo denominada a Estratégia de Desenvolvimento para os anos 90 e no ano de 1994 o Programa de Ações Estruturantes (1994-1996), ambos os programas privilegiavam a qualidade à quantidade, no entanto, ambos levaram a resultados medíocres mesmo com o elevado investimento financeiro que contou com um Quadro de Apoio Financeiro ao Investimento no Setor do Turismo, um Fundo de Investimentos Turísticos e um Sistema de Incentivos Regionais. No mesmo ano, Lisboa é considerada a Capital Europeia da Cultura e em 1995 surgiu a Confederação do Turismo Português, unindo todas as associações empresariais da atividade turística do país. O Programa de Intervenções Estruturantes no Turismo foi criado em 1997 e o Linhas Orientadoras para a política de Turismo em Portugal em 1998⁹⁵. O país participou em várias exposições, sendo a anfitriã da Expo 98, em Lisboa, dedicada aos Oceanos. Esta exposição, juntamente com outros eventos culturais e exposições europeias em que Portugal esteve presente, impulsionaram a visibilidade e o reconhecimento de Portugal como destino turístico. Durante esse período, houve uma renovação significativa do parque hoteleiro e um aumento da oferta de turismo em Espaço Rural, além da expansão da rede de pousadas, contribuindo para a preservação do património arquitetónico. Por todo o território nacional, foram realizadas diversas ações de animação e promoção do turismo cultural, destacando-se iniciativas como o Plano de Recuperação das Aldeias Históricas e o Programa de Incremento Cultural⁹⁶.

Nestes 20 anos analisados, os consumidores turísticos mudaram o tipo de comportamento e motivações a nível europeu, como mencionado anteriormente e se pode ver com a procura de outros tipos de turismo na década de 90 em Portugal e no que a partir do Plano Nacional do Turismo em 1986 defende⁹⁷. Assim sendo, as férias passaram a incorporar uma variedade de atividades culturais e desportivas, visando enriquecer pessoalmente e ampliar os conhecimentos dos praticantes. Houve um aumento da importância atribuída ao bem-estar pessoal, às atividades físicas e ao contato com a natureza. Pela primeira vez, questões como a poluição e o uso de substâncias tóxicas foram reconhecidas como graves ameaças à humanidade, levando a uma consciencialização e à sensibilidade ambiental também observado pela crescente ênfase ao individualismo. As abordagens para o desenvolvimento turístico começaram

a adotar novos paradigmas, como a sustentabilidade, a qualidade e a diferenciação, substituindo perspetivas predominantemente económicas e financeiras vistas em períodos anteriores⁹⁸. Em Portugal, para além destes tipos de turismo, o turismo religioso, o turismo Balnear, mantêm-se.

3.2.2. Caracterização atual

2000-2015

A nível global, alguns eventos significativos como os ataques terroristas, os conflitos políticos (tornando a prática de viajar algo considerado inseguro); as catástrofes naturais e o aumento dos preços do petróleo e a crise financeira de 2008 provocaram alguma instabilidade no setor turístico no início do século XXI⁹⁹. Para além desses acontecimentos o setor turístico conseguiu promover-se e a cidade do Porto foi a Capital Europeia da Cultura em 2001 e foi realizada a UEFA Euro 2004. A Europa foi o continente que continuamente deteve o maior fluxo turístico de todos os continentes. Aliás, “os principais destinos concorrentes de Portugal são os países da bacia mediterrânica, como Espanha, Turquia, Grécia, Croácia, Egipto, Marrocos e Tunísia”¹⁰⁰. Para responder à pressão competitiva desses países, foram aprovados vários planos para fomentar a política turística. O Plano Nacional de Desenvolvimento e Social 2000/2006 focou-se essencialmente na sustentabilidade, na competitividade empresarial, na promoção e na inovação¹⁰¹. Em 2001, o "Plano de Consolidação do Turismo" procurou promover a diversidade regional e direcionar a promoção turística¹⁰². Em 2003, o Plano de Desenvolvimento do Setor do Turismo visou aumentar a competitividade do país e dos principais destinos turísticos. No entanto, esses planos não foram concretizados, pois os governos que os aprovaram tiveram mandatos curtos e foram substituídos¹⁰³. Já em 2007, o PENT (Plano Estratégico Nacional de Turismo) foi aprovado pelo Ministério da Economia e da Inovação consistindo em 3 objetivos estratégicos que visavam “o aumento da contribuição para o Produto Interno Bruto nacional, “o aumento da contribuição para o emprego qualificado” e a “dinamização do turismo interno”¹⁰⁴. Contava ainda com 5 eixos estratégicos descritos de forma sintetizada¹⁰⁵:

I eixo - "Território, Destinos e Produtos": o foco estava na criação de novos produtos turísticos e em destinos atrativos em várias regiões como os pólos do Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto. São identificados 10 produtos estratégicos, como “sol e mar, city/short breaks, golfe, touring, turismo de negócios, resorts, turismo residencial, saúde e bem-estar, gastronomia e vinhos, turismo de natureza e turismo náutico.”

II eixo - "Marcas e Mercados": visa o fortalecimento da marca "Portugal Turismo" e a exploração de novos mercados, através de iniciativas culturais de qualidade e estratégias de internacionalização de marcas.

III eixo - "Qualificação de Recursos Humanos": concentra-se na formação, investimento, modernização e qualificação dos profissionais e destinos turísticos por meio à certificação.

IV eixo - "Distribuição e Comercialização": destacam-se iniciativas como a divulgação de destinos através de portais online.

V eixo - "Inovação e Conhecimento": enfatiza o papel da tecnologia e do conhecimento, da inovação e da investigação no avanço do setor e na gestão do território.

Descrevem-se os seguintes eixos do PENT para realçar que este demonstra um esforço em atrair diferentes perfis de turistas e oferecer experiências diversificadas em explorar diferentes regiões e produtos turísticos inovadores para além dos tradicionais em Portugal, ampliando o potencial do setor turístico português. Contudo, em Portugal, a crise financeira foi tal que o país teve de se socorrer a um acordo denominado “Memorando de Entendimento” ou popularmente o “plano da Troika” de 2011 a 2014 que visava o equilíbrio das contas públicas com um empréstimo ao estado. O PENT teve de ser revisto em 2013, reduzindo os objetivos e alterando prioridades, no entanto, sem realizar mudanças a nível de estratégias definidas (8 programas e 40 projetos). Não só por esse motivo, como devido a alterações estruturais do turismo: o

mercado, de forma global, que foi resiliente mudando a sua estrutura e a forma de viajar e recuperou em força. Portugal não foi diferente, mesmo com problemas internos, o turismo teve “um extraordinário sucesso no período de 2011 a 2016”. “[E]ste crescimento foi alimentado simultaneamente, pela emergência de novos emissores e, ao mesmo tempo, por novos destinos turísticos em todos os continentes: contra os 39 destinos com mais de 1 milhão de turistas da época anterior, passou-se agora para 105”¹⁰⁶. Deveu-se também essencialmente à liberalização e à desregulamentação dos transportes aéreos, especialmente com a consolidação das companhias aéreas de baixo custo¹⁰⁷, o que levou ao aumento da capacidade de transporte para novos destinos e destinos tradicionais, reduzindo os custos das viagens e permitindo que mais pessoas, especialmente os jovens, pudessem viajar. Novos destinos, como em Portugal, o exemplo dos Açores, puderam se desenvolver turisticamente graças a essas companhias.

De acordo com as Estatísticas do Turismo do ano de 2000 do INE os destinos preferenciais em Portugal foram a Região do Algarve (43,1%) e a Região de Lisboa e do Vale do Tejo (23,2%) e a Região Autónoma da Madeira (14,7%)¹⁰⁸. Dez anos depois, estes valores não sofreram grandes alterações. De acordo com o quadro, sobre a proporção de hóspedes estrangeiros, por localização geográfica em Portugal, de 2002 a 2010 em percentagem e anual do INE, o que podemos observar é que a região do Algarve, a Região Autónoma da Madeira e a Região de Lisboa e Vale do Tejo destacaram-se consistentemente como os principais destinos para turistas estrangeiros¹⁰⁹. Ainda de acordo com as Estatísticas do Turismo do ano de 2000 do INE¹¹⁰, os principais mercados emissores, responsáveis por 76,5 do total de dormidas de estrangeiros não residentes foram o Reino Unido (21,2%), a Alemanha (14,8%), a Espanha (5,5%), os Países baixos (5,4%), a França (3.0%), os Estados Unidos da América (2.5%) e a Itália (2.4%). O tipo de alojamento mais utilizado eram os hotéis com uma percentagem de 49,6%. Comparativamente, com o documento das Estatísticas do Turismo do ano de 2010 do INE, o grupo dos cinco principais mercados emissores com maior número de dormidas permanece igual e o tipo de alojamento mais utilizado igualmente.

2015 - Atualidade

O desenvolvimento do turismo e da sua dinâmica em Portugal nos primeiros 5 anos analisados de seguida foi exponencial, o que transformou significativamente o setor do turismo e a economia no território português, afirmando o país como um destino turístico de eleição a nível mundial. No entanto, a pandemia do vírus coronavírus “SARS-COV-2”, em março de 2020, levou à interrupção desse crescimento, não só a nível nacional, como a nível mundial, levando a um decréscimo drástico no número de visitantes e receitas e a um ambiente de incerteza e medo. Posteriormente, com uma leve recuperação a nível económico e social, contudo com algumas sequelas. No início de 2022, disputou-se um conflito entre a Ucrânia e a Rússia que trouxe consigo alguns problemas, principalmente a inflação e o aumento da perceção de insegurança para a Europa, não sendo impeditivo do reimpulso do setor turístico.

Desde 2013 que as viagens e turismo equilibravam o saldo da balança comercial e até 2019 foram anos de crescimento, principalmente a partir de 2017, onde Portugal foi reconhecido pelo *World Travel Awards* o “Melhor Destino Turístico do Mundo” por 3 anos consecutivos (2017, 2018 e 2019) e o “Melhor Destino Turístico Europeu” por 4 anos consecutivos (2017, 2018, 2019, 2020). As receitas turísticas, ou seja, a taxa de crescimento do item de crédito, da balança comercial de pagamentos portuguesa nesse período (2015-2019) foi superior ao crescimento do PIB¹¹¹. As receitas turísticas em 2019 representavam 8,5% do PIB português e o turismo era o setor mais exportador da economia¹¹². No ano de 2015, foi proposto para 2017, uma nova estratégia que está em vigor até 2027, onde a estratégia consiste em:

“[A]firmar Portugal como destino sustentável, com um território coeso, inovador e competitivo, que valoriza o trabalho e o talento. Um país inclusivo, aberto e tecnológico que se posiciona como hub especializado para o turismo.”¹¹³

Os cinco eixos estratégicos consistem em valorizar o território, impulsionar a economia, potenciar o conhecimento, gerar conectividade e projetar Portugal¹¹⁴. Com uma procura turística cada vez mais elevada observou-se um aumento da capacidade de alojamento, da oferta turística, das infraestruturas, da diversificação de animações turísticas e do

aumento da sua qualidade, sendo notado pelo Relatório de Competitividade no Turismo de 2019 do Fórum Económico Mundial atingindo o 1.º lugar mundial na componente de infraestruturas turísticas (que avalia a qualidade da oferta turística) e o 12.º lugar no ranking de competitividade mundial, no ranking de competitividade do turismo¹¹⁵. Nos primeiros dois meses de 2020, Portugal atingiu 27 milhões de turistas¹¹⁶, um valor incrivelmente promissor de um ano repleto de crescimento. Todavia, o bom foi cortado pela raiz, com a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o surto do vírus COVID-19 evoluiu para uma pandemia mundial, levando a que toda a população fosse obrigada a ficar em casa. De acordo com um texto realizado pela plataforma TravelBI, pertencente ao Turismo de Portugal (2022) afirma-se que:

“A pandemia de Covid-19 teve um enorme impacto na atividade turística, com uma redução da procura 11 vezes superior à provocada pela crise financeira de 2008/9, pois afetou dois dos elementos fundamentais para a dinâmica da atividade – a liberdade de circulação das pessoas e a confiança do consumidor.” (p.2)

Para além do impacto económico, a pandemia de Covid-19 estabeleceu rigorosas restrições de viagem, confinamentos e quarentenas obrigatórias, o que acabou de forma integral por paralisar a capacidade das pessoas de viajar. Os aeroportos foram encerrados, as fronteiras foram vedadas e os voos e as reservas em unidades de alojamentos foram automaticamente anulados, interrompendo de forma integral o setor do turismo. Sendo o setor, um dos mais dependentes da deslocação de pessoas, não poderia ter sido pior. Para além da liberdade de circulação das pessoas, como menciona a frase supracitada, a pandemia destruiu completamente a confiança do consumidor. O medo de contrair e proliferar o desconhecido vírus, a pouca informação relacionada com ele, a desinformação e propagação do medo, associando-se à fragilidade de condições sanitárias e contrariedades das políticas de viagem de cada destino, os turistas simplesmente preferiram ficar em casa (assim como o lema mundial proclamava: “*stay at home, stay safe*”).

Mesmo passando o momento crítico da pandemia, onde foram aliviadas algumas restrições devido à criação e distribuição de vacinas que aliviam os sintomas e os efeitos secundários do vírus, a recuperação foi feita a passos lentos devido à cautela e medo

em viajar. No final de 2021 já se notava alguma recuperação, no entanto, ainda abaixo dos valores pré-pandemia, citado pelo INE (2022) :

“...estima-se que o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha atingido 9,6 milhões, correspondendo a um crescimento de 48,4% face ao ano anterior (-61,0% face a 2019).” (p.5)

O ataque militar da Rússia à Ucrânia e consequente invasão territorial em fevereiro de 2022 teve certos impactos como económicos, políticos e sociais a níveis europeus e mundiais. O aumento da inflação devido ao aumento do preço da energia e dos alimentos (uma vez que estes países são um dos maiores produtores e exportadores desses bens), um aumento da volatilidade dos mercados financeiros e tensões políticas entre países, levam a algum clima de instabilidade e insegurança. A nível turístico, a Rússia e Ucrânia não apresentam representatividade nos mercados emissores no setor em Portugal¹¹⁷, em razão disso, nesse parâmetro, o turismo em Portugal não foi afetado. A partir desse acontecimento, outros se sucederam: o aumento de ataques terroristas também foi começado a ser percebido, assim como, o aumento do conflito israelo-palestino de 2023 que poderá trazer alguns receios de insegurança, fazendo com que o turista se retraia ou seja muito seletivo quando pensa no destino de viagem, procurando se afastar dos países com proximidade geográfica e procurar por destinos europeus mais retirados e considerados seguros e com estabilidade, como Portugal.

O secretário de Estado do Turismo mencionou no início de 2024 que o ano de 2023 foi o melhor ano turístico de sempre no país, com mais de 30 milhões de hóspedes, 77 milhões de dormidas e receitas de cerca de 25 mil milhões de euros: "Foi de facto um ano muito positivo para o turismo do país, e também para Portugal no seu todo, um ano recorde no turismo, o melhor ano da história de sempre do turismo em Portugal"¹¹⁸.

O que se pode observar ao longo da entrada no século XXI é que os tipos de turismo mais procurados tiveram uma grande relação com o passado, como também com os programas e projetos adotados (e algumas tentativas de adoção) ao longo do tempo para diversificar e aumentar a oferta turística por diversas regiões do país, para além das 3 regiões mais efluentes e ir ao encontro das tendências do mercado. Assim, os tipos

de turismo onde subsiste mais procura no século XXI em Portugal são: o Turismo Balnear (ou Sol e Praia) nas praias portuguesas, principalmente na Região do Algarve; o Turismo Religioso em Fátima; o Turismo Cultural e Histórico, no Porto e Lisboa, assim como, por serem os dois grandes polos urbanos de Portugal Continental, o Turismo de Negócios; o Turismo de Natureza e Aventura, como nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores; o Turismo Desportivo principalmente pelo Golfe distribuído pelo Litoral de forma mais frequente, o Surf e outros desportos em eventos desportivos como em torneios e competições ; o Enoturismo cada vez mais devido à fama da qualidade da produção de vinho no Douro e Alentejo e finalizando com o turismo gastronómico por todo o país¹¹⁹.

Portugal foi considerado pela *World Travel Awards* novamente como o “Melhor Destino Turístico Europeu” em 2022 e 2023. Recebeu distinções nos *World Golf Awards* como “Melhor Destino de Golfe” da Europa e do Mundo, iniciativas como o programa *REVIVE* e a campanha “*#CantSkipHope*” venceram prémios pela inovação e eficácia. A rede de escolas do Turismo de Portugal também foi premiada por excelência na formação. Portugal lidera no turismo sustentável e inclusivo com iniciativas como *All for All* e o selo *Safe Travels* do *World Travel & Tourism Council* (WTTC)¹²⁰.

Assim como foi salientado a importância da evolução tecnológica no ensino, no setor do turismo não é diferente. A acessibilidade crescente das TIC a qualquer classe social, bem como o crescente acumular de funções e capacidades que cada vez mais acometem, exercendo uma grande influência no comportamento dos consumidores, no aumento a largo espectro do público-alvo e na oferta/procura turística e que leva a uma competição de preços cada vez mais difícil de igualar ou combater.

A facilidade de encontrar as informações sobre os destinos em poucos segundos, um tradutor de línguas à distância de umas teclas num dispositivo móvel, o pagamento sem dinheiro físico de bens e serviços pelas carteiras digitais, a criação de plataformas online para comparar preços dos alojamentos, de transportes e de atividades mais baratas para qualquer parte do mundo, a não intervenção de uma operadora turística ou agências de viagens, são inúmeros os exemplos e que dão liberdade ao consumidor de criar o seu próprio “pacote” turístico altamente personalizado e sem depender de datas pré-

definidas, viajando quando e como quiserem¹²¹. As TIC trouxeram com elas as redes sociais, que são uma eficiente e poderosa ferramenta de marketing, onde qualquer pessoa tem a oportunidade de criar conteúdo e partilhar a sua experiência num destino turístico (seja ela boa ou má), alcançando um grande público de forma rápida e eficaz e assim influenciar outras pessoas, aumentando a visibilidade do destino turístico. Quando partilham as suas próprias fotos, vídeos e histórias nas redes sociais, não apenas inspiram outros potenciais visitantes, mas também validam (ou não) a atratividade do destino de uma maneira convincente. E o que se vê atualmente é uma grande colaboração e investimento dos destinos turísticos nos influenciadores (os *influencers*) digitais, para promover o destino, o que os ajuda a estudar as preferências e tendências do mercado e a receber um feedback imediato das estratégias, direcionando-as e maximizando-as.

Concluimos este enquadramento sobre a prática do turismo em Portugal, compreendendo que o conhecimento deste, da sua evolução e da sua relevância no contexto português, é essencial. Atualmente, o turismo em Portugal não só promove o desenvolvimento económico e social, como também tenta valorizar o legado cultural, natural e histórico do país, interligando a sustentabilidade, a preservação do património e a inovação no setor turístico.

4. Metodologia

4.1.O contexto

4.1.1. Caracterização do concelho, da freguesia e da escola

A Prática de Ensino Supervisionada (PES) foi realizada na Escola Básica e Secundária de Canelas, localizada na freguesia de Canelas, no concelho de Vila Nova de Gaia, no distrito do Porto (cf. Mapa 1).



Mapa 1 - Mapa da localização geográfica da Escola Básica e Secundária de Canelas

Fonte: Google Earth (elaboração própria).

O concelho mais populoso da região Norte e o segundo de Portugal, Vila Nova de Gaia, pertencente à AMP (Área Metropolitana do Porto) possui 15 freguesias e uma área 168,46 km com 304.149 habitantes em 2021 e uma densidade populacional de 1.805 habitantes por km² ¹²².

A freguesia de Canelas, a nível geográfico, encontra-se no centro de Vila Nova de Gaia, com 6,901 km de área e 13918 habitantes¹²³. A sua densidade populacional é 2016,8 hab./km. Beneficiada por vias de acesso eficientes como a A1, A44 e A29.

Conta com uma história de uma importância cultural assinalável, com a presença de figuras como Eça de Queirós, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco e César de Morais que viveram na freguesia. Apresenta igualmente uma importância relevante de recursos agrícolas e áreas verdes, como a serra de Negrelos, que representa uma área natural preservada, amplamente reconhecida como vital para o meio ambiente de Vila Nova de Gaia.

O Agrupamento de Escolas de Canelas (AEC) abrange diversos estabelecimentos de ensino público distribuídos por cinco freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia, como é possível de observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Canelas em 2023

Nível de Ensino	Nome da Escola	Localização (Freguesia/as)
Jardim de Infância e 1º ciclo	JI/EB1 do Curro	Canelas
	JI/EB1 da Lagarteira	
	JI/EB1 de Megide	
	JI de Ribes	
	JI/EB1 do Monte	Gulpilhares e Valadares
	EB1 de Laborim de Baixo	Mafamude e Vilar do Paraíso
	EB1/JI de Brandariz	Perosinho e Serzedo
	EB1/JI do Alquebre	
	JI de Loureiro 1	
	EB/1 de Loureiro 2	
	EB1/JI da Serpente	Vilar de Andorinho
2º e 3º ciclo	Escola Básica e Secundária de Canelas (Sede)	Canelas
Secundário		

Fonte: Elaboração própria de acordo com as informações do projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Canelas 2023-27.

https://agrcanelas.edu.pt/wp-content/uploads/2023/05/PEA_2023.pdf

O Agrupamento dedica-se ao alcance de um objetivo em comum: a construção de uma Escola apta, humanizada, cívica, interventiva, atrativa, educadora e singular – um estabelecimento de ensino com uma identidade e um rosto.

Neste agrupamento, os alunos têm a possibilidade de participar em uma grande diversidade de clubes e projetos com uma grande importância na comunidade que abrange uma quantidade generosa de perfis de alunos.

Como em todos os agrupamentos, é apontado pontos fortes e pontos fracos. Na análise SWOT realizada para o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Canelas 2023-2027¹²⁴, confirma-se ao contactar pessoalmente com a realidade da escola-sede, que um dos pontos fracos mais proeminentes da escola é a instável ligação à rede de internet para seguir com o planeamento previsto da aula. Um ponto forte constatado é o desenvolvimento de projetos Erasmus+ e eTwinning que promovem a conexão do Agrupamento com outras comunidades educativas, proporcionando experiências educativas e profissionais vantajosas e significativas para professores e alunos.

De acordo com a Tabela 2, elaborada a partir do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Canelas atual, as qualificações dos pais e encarregados de educação da escola no ano letivo 2021-2022 são o ensino básico, correspondente 34% (a soma dos 3º ciclos desse ensino), onde logo em seguida, com 33%, o ensino secundário.

Tabela 2 - Formação académica dos Encarregados de Educação no ano letivo 2021-2022

Nível	Valor	%
Básico (1º ciclo)	15	4%
Básico (2º ciclo)	39	11%
Básico (3º ciclo)	63	19%
Secundário	113	33%
Licenciatura	63	19%
Mestrado	15	4%
Bacharelato	8	2%
Doutoramento	1	0%
Pós-graduação	6	2%
Outra	16	5%
Formação Desconhecida	1	0%
	340	

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Canelas 2023-27 (amostra de 340 inquiridos).

Segundo Azhar. et al. (2014), as evidências demonstram que as condições socioeconómicas, assim como a educação dos pais, têm uma forte relação nas notas dos exames, performance e sucesso académico dos estudantes, sendo ainda esta hipótese reforçada pelo autor citando Ceballo, Mcloyd e Toyokawa, (2004), apontando que “a educação dos pais tem efeitos no desempenho académico dos alunos”¹²⁵.

Neste sentido, geralmente, Encarregados de Educação com habilitações académicas mais elevadas, valorizam a educação e tendem a transmitir essa valorização ao educando. Assim como, tendem a ter expectativas mais altas relativamente ao desempenho académico do educando e um envolvimento maior na sua vida académica.

Desse modo, dois dos objetivos do agrupamento será promover o envolvimento das Associações de Pais e dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos, que uma das ações a desempenhar será prosseguir com o processo de internacionalização do agrupamento através de projetos Erasmus+ e eTwinning, visando a inclusão ativa de Pais e Encarregados de Educação. Esta ação irá fomentar o envolvimento na vida escolar dos estudantes e, consequentemente, despertar o interesse da comunidade escolar para impulsionar a prática do turismo e elevar o seu nível cultural.

De forma a enquadrar a comparar a formação académica dos encarregados de educação no agrupamento, é realizado uma breve descrição do contexto do concelho e freguesia, referente às habilitações académicas. Segundo o quadro, sobre a proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos 2021 (cf. Anexo 1), é possível de observar uma variação significativa nas taxas de conclusão do 3º ciclo do ensino básico, em diferentes áreas geográficas em Portugal¹²⁶. O Norte tem uma menor proporção, como a Área Metropolitana do Porto, Vila Nova de Gaia, e Canelas que estão inseridas em áreas urbanas apresentam proporções superiores à média nacional. Na freguesia de Canelas apresenta uma alta proporção de 64,23%. Neste caso, a diferença entre homens (64,08%) e mulheres (64,37%) é mínima, com uma proporção no género feminino. Além disso, a superior percentagem de homens com o ensino básico completo em quase

todas as áreas geográficas analisadas, pode refletir abandono escolar do género feminino numa determinada geração.

Comparando com o quadro sobre a proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos 2021¹²⁷ (cf. Anexo 1), os dados sobre a proporção da população com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico, na análise da proporção da população com pelo menos o ensino secundário, mostram uma vantagem clara das mulheres sobre os homens em todas as áreas geográficas analisadas.

Quando observamos o indicador da taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos de 2021 e por sexo¹²⁸ (cf. Anexo 1), este revela disparidades significativas, nas diferentes áreas geográficas, entre homens e mulheres. No concelho de Vila Nova de Gaia e na freguesia de Canelas, a taxa de desemprego é consideravelmente alta. Estes valores podem ser justificados devido à densidade populacional (1.805 habitantes por km² e 2016,8 habitantes por km² respetivamente), principalmente inseridos numa área urbana, em busca das condições de vida proporcionadas pela cidade.

4.1.2. Caracterização das turmas

No mestrado de ensino da Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional realizado no 2º ano do mestrado, cada discente realizou um estágio profissional com a duração de nove meses, sendo de 1 de setembro de 2023 até 31 de maio de 2024. Sendo o estágio abordado e referido neste relatório foi realizado na Escola Básica e Secundária de Canelas sede do Agrupamento de Escolas da Canelas, ficando associado a duas turmas, uma turma do 9º e uma turma do 8º ano.

A turma referente ao 9º ano de escolaridade é constituída por 20 alunos (9 raparigas e 11 rapazes), com idades entre os 14 e os 15 anos. É uma turma do ensino articulado de Música, diferente das restantes turmas do primeiro semestre. Revelou ter alunos com um bom comportamento, grande vontade de participar, assim como um bom sucesso escolar. Relativamente à turma do 8º ano, é constituída por 20 alunos (10 raparigas e 10

rapazes), com idades entre 13 e 14 anos. Trata-se de uma turma com um elevado número de alunos que apresentam problemas de indisciplina escolar, baixo desempenho académico, uso de linguagem inadequada, falta constante de concentração. Alguns desses alunos, estão envolvidos em processos disciplinares, tanto dentro quanto fora da sala de aula, e até mesmo em processos judiciais. No entanto, evidenciou-se uma relação positiva entre a professora estagiária e a turma, existindo um ambiente de maior empatia, com os alunos demonstrando simpatia pela professora estagiária.

4.2.A recolha da informação

Para a realização deste estudo, foi necessário proceder à recolha de dados pertinentes para compreender as práticas turísticas dos alunos e a influência das aprendizagens da disciplina de Geografia nas suas escolhas de viagem. A metodologia adotada para a obtenção desses dados envolveu duas abordagens principais: a aplicação de um questionário e a consulta direta com os diretores de turma dos grupos inquiridos. A abordagem escolhida para a recolha de dados deste estudo incluiu tanto elementos quantitativos, quanto qualitativos.

O principal instrumento de recolha de dados foi um questionário composto por 14 perguntas, delineado para obter informações detalhadas sobre as práticas turísticas dos alunos e da sua família e a influência da disciplina de Geografia nas suas escolhas de viagem. As questões do questionário foram formuladas para fornecer uma visão abrangente do perfil turístico dos alunos e da sua perspetiva sobre a influência da disciplina de geografia, incluindo perguntas fechadas para análise estatística e perguntas abertas para captar perceções mais detalhadas dos inquiridos. Os dados foram recolhidos utilizando uma ferramenta da empresa Google de questionários online, o Google Forms, sendo uma plataforma acessível e intuitiva, escolhida para garantir um alcance amplo e para facilitar a participação dos inquiridos.

Relativamente à segunda abordagem, foram realizadas três entrevistas com os três diretores de turma das três turmas para obter informações complementares e de confirmação relativamente ao número de alunos, idade, género, escalão de Ação Social

Escolar (ASE), freguesia e concelho de residência e habilitações académicas dos pais/encarregados de educação.

As entrevistas com os diretores de turma foram realizadas presencialmente, proporcionando a oportunidade de recolher informações adicionais e esclarecer quaisquer dúvidas. Os dados adicionais desta abordagem foram cruciais para validar e complementar as respostas obtidas através do questionário, proporcionando um contexto mais rico e detalhado sobre o perfil dos alunos.

Assim, como mencionado no próprio questionário, todo o processo foi conduzido com rigor ético, assegurando a confidencialidade e o anonimato dos estudantes. Os alunos e os diretores de turma foram informados sobre o objetivo do estudo e consentiram o uso dos dados recolhidos. O consentimento informado foi obtido antes da participação, e os dados foram armazenados de forma segura, garantindo a privacidade dos inquiridos.

4.2.1. Os grupos inquiridos

A componente prática do presente Relatório de Estágio deteve como amostra de estudo uma turma de 8º ano com a disciplina de Geografia como disciplina obrigatória, duas turmas do 11º ano, na qual uma do Curso de Ciências, onde a disciplina de Geografia não é lecionada e uma do Curso de Humanidades, na qual, os alunos podem escolher a Geografia como disciplina opcional. As turmas inquiridas não foram acompanhadas ao longo da prática de ensino supervisionada, garantindo uma amostra livre de enviesamento. Sendo assim, a amostra de dados foi agrupada em três grupos.

Grupo I

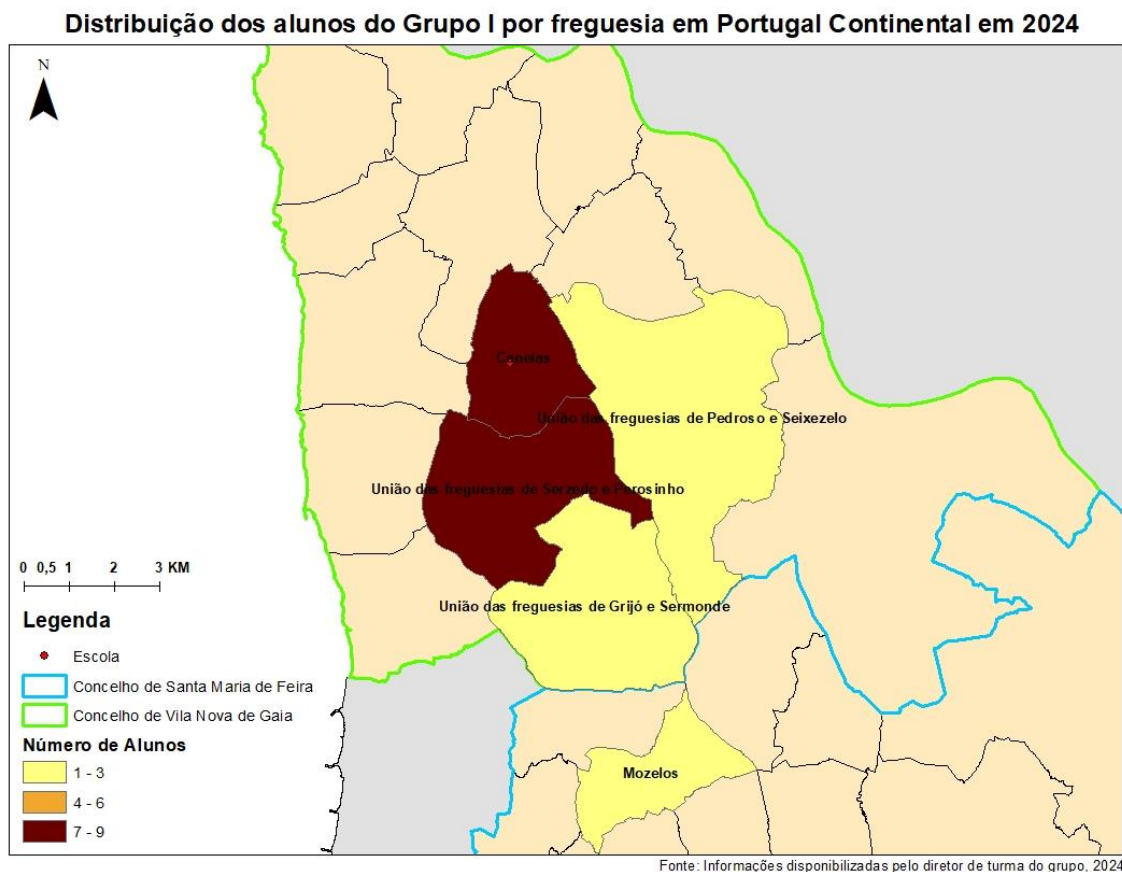
O primeiro grupo (grupo I = 8º ano) é composto por 24 alunos, 12 alunos do género masculino e 12 do género feminino. As idades dos alunos variam entre 12 e 15 anos, sendo distribuídas da seguinte forma: 11 alunos têm 12 anos, 9 alunos têm 13 anos, 3 alunos têm 14 anos e 1 aluno tem 15 anos. A média de idade dos alunos é de 12,7 anos.

As condições socioeconómicas específicas dos alunos, deste grupo em questão, não são conhecidas, no entanto, foi recolhida a informação relativa à quantidade de alunos com o escalão ASE: esta medida é um apoio ao estudo com o objetivo de compartilhar as

despesas escolares de agregados familiares com recursos socioeconómicos reduzidos, com o intuito de combater a exclusão social e o abandono escolar. Sabendo que, a atribuição do escalão depende do valor do abono de família atribuído de acordo com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e dividido em três escalões sendo o escalão A atribuído a agregados familiares com rendimentos anuais até 3 102,40€, o escalão B para agregados familiares com rendimentos anuais entre 3 102,41€ e 6 204,80€ e o escalão C para agregados familiares com rendimentos anuais entre 6 208,81€ e os 9 307,20€¹²⁹. Este tipo de informação ajuda a compreender as condições socioeconómicas dos alunos. No que se refere então ao escalão ASE deste grupo, 10 alunos pertencem ao Escalão B e 4 alunos ao Escalão A, totalizando 14 alunos abrangidos por esses escalões.

As habilitações académicas dos encarregados de educação dos alunos são diversificadas, no entanto, sabe-se apenas a informação do encarregado de educação responsável pelo discente, sendo que 2 não possuem habilitação, 2 tem formação desconhecida, 1 completou o 1º ciclo, 4 completaram o 2º ciclo, 8 completaram o 3º ciclo, 6 concluíram o ensino secundário e 1 possui licenciatura.

O grupo de alunos provém de diferentes freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia e do concelho de Santa Maria da Feira pertencente ao distrito de Aveiro. A sua distribuição é a seguinte de acordo com o Mapa 2:



Mapa 2 - Distribuição dos alunos do Grupo I por freguesia em Portugal Continental em 2024.

Elaboração própria

Grupo II

O segundo grupo (grupo II = 11º ano, Ciências) é constituído por 18 alunos, onde 9 alunos são do género masculino e 9 são do género feminino. As idades dos alunos diversificam-se, sendo distribuídas por 5 alunos com 15 anos, 12 alunos com 16 anos, e 1 aluno com 17 anos. A média de idade dos alunos é de 15,7 anos. As condições socioeconómicas gerais da turma são classificadas como classe média baixa, no que se refere ao escalão ASE, 2 alunos pertencem ao Escalão A e 2 alunos ao Escalão B, indicando que uma parte dos alunos está em situação de maior vulnerabilidade económica. As habilitações académicas dos pais são as seguintes (cf. Tabela 3):

Tabela 3 - Habilitações académicas dos pais do grupo II.

Habilitações Académicas dos pais		
Grupo II	Pai	Mãe
Sem habilitação	4	2
Formação desconhecida	-	-
1º Ciclo	-	-
2º Ciclo	2	1
3º Ciclo	3	2
Ensino Secundário	9	8
Bacharelato	-	3
Licenciatura	-	2

Os alunos são provenientes de diversas localidades do concelho de Vila Nova de Gaia. Não sendo possível saber a sua distribuição e quantidade, foi possível saber as freguesias sendo estas: Canelas, Perosinho, Serzedo, Gulpilhares.

Grupo III

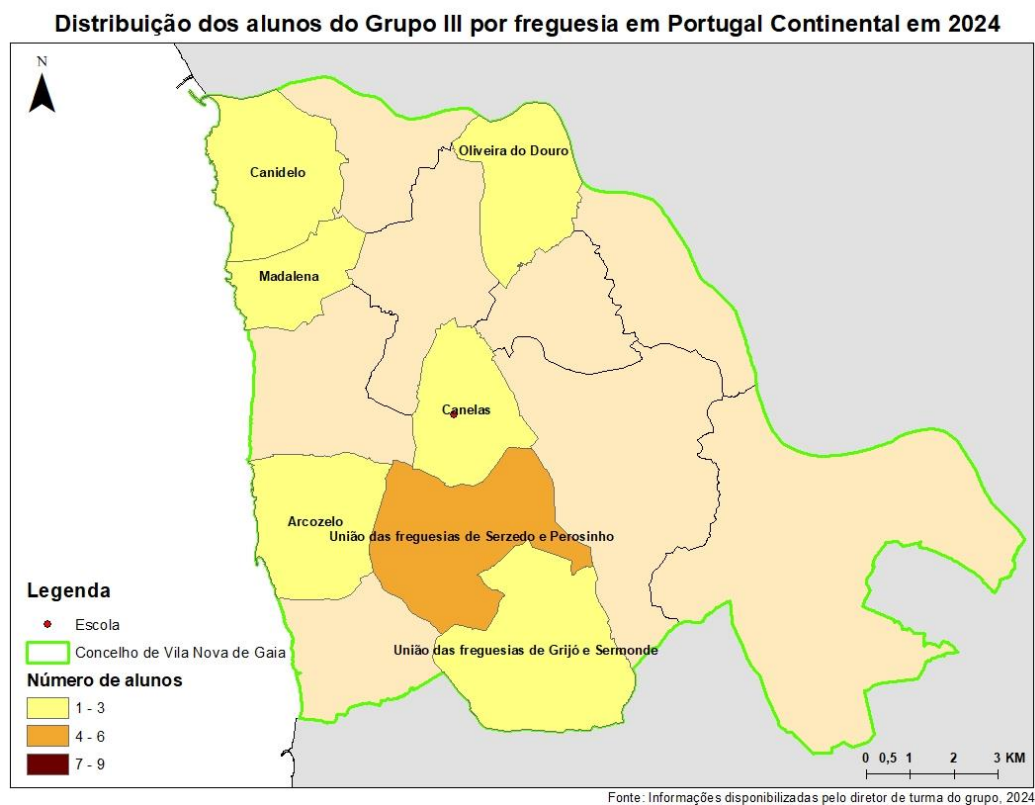
O terceiro grupo (grupo III = 11º ano, Humanidades) tem a particularidade de a recolha de informação ter sido realizada apenas a uma parte da turma que tem a disciplina de Geografia como disciplina opcional. Assim sendo, esse subgrupo da turma é composto por 10 alunos. As idades dos alunos são distribuídas da seguinte forma: 6 alunos têm 17 anos, 3 alunos têm 16 anos e 1 aluno tem 18 anos. Em termos de género, a turma é composta por 6 alunas do sexo feminino e 4 alunos do sexo masculino. No que se refere ao escalão ASE, 2 alunos pertencem ao Escalão A e 1 aluno ao Escalão C. Aquando da recolha de informação, o diretor responsável da turma, em questão, mencionou que tem conhecimento de que 5 alunos denotam ter condições adequadas, enquanto os outros 5 alunos evidenciam não ter condições socioeconómicas, mesmo não sendo abrangidos pelo escalão supracitado.

As habilitações académicas dos pais são as seguintes (cf. Tabela 4):

Tabela 4 - Habilitações académicas dos pais do grupo III.

Habilitações Académicas dos pais		
Grupo III	Pai	Mãe
Sem habilitação	1	-
Formação desconhecida	3	-
1º Ciclo	1	1
2º Ciclo	-	-
3º Ciclo	5	4
Ensino Secundário	-	2
Bacharelato	-	1
Licenciatura	-	2

Os alunos residem em diferentes freguesias dentro do concelho de Vila Nova de Gaia onde se pode observar pelo Mapa 3:



Mapa 3 - Distribuição dos alunos do Grupo III por freguesia e Portugal Continental em 2024.
Elaboração própria

5. Resultados

Neste capítulo, apresentaremos duas categorias principais de resultados: a análise relativa à prática do turismo e a avaliação da influência da disciplina de Geografia nas práticas concretas do turismo dos grupos inquiridos, visualizando de que forma o conhecimento geográfico adquirido pelos estudantes pode moldar as atitudes e escolhas em relação à prática do turismo. Posteriormente, numa síntese irão ser reunidas ambas as perspetivas, com o objetivo de evidenciar conclusões, com base na análise efetuada.

5.1. Análise

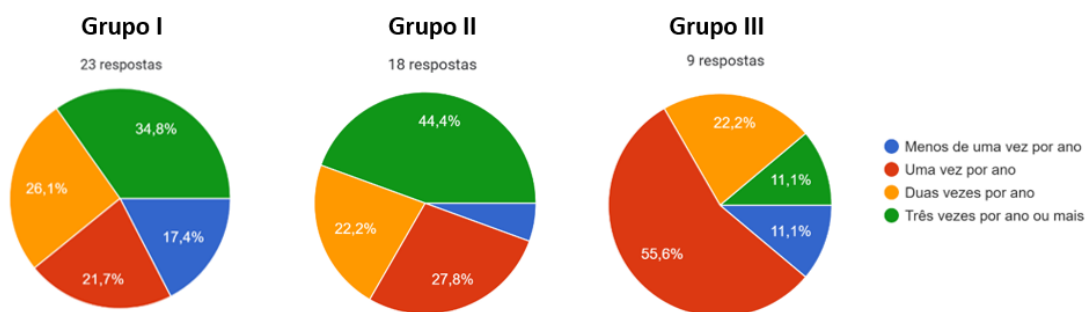
A resposta efetuada ao questionário realizado envolveu vários pontos chave para a compreensão e realização deste relatório, incluindo a frequência das viagens, os destinos mais eleitos, os tipos de turismo praticados e os fatores que influenciam as escolhas de viagem dos alunos e das suas famílias. Além disso, procurou-se observar como é que as aprendizagens na disciplina de Geografia impactaram as decisões de viagem dos alunos, bem como identificar possíveis preocupações em questões globais na seleção dos destinos. A análise das respostas dos questionários é orientada para posteriormente permitir uma análise comparativa, identificar padrões, tendências e correlações nas práticas turísticas dos alunos e na influência das aprendizagens de Geografia. A análise será realizada pergunta a pergunta, incluindo a comparação dos 3 grupos envolvidos.

A análise da primeira e da segunda pergunta (Anexos 3,4,5) não será realizada, uma vez que, apenas foi realizada para identificar e confirmar o ano escolar e o género dos grupos inquiridos com os dados fornecidos pelos diretores de turma. Existiu uma particularidade na pergunta dois, onde no grupo II (Anexo 4) existiu um elemento que respondeu que o seu género é “outro”.

Pergunta 3 (Frequência anual de viagens)

Na terceira pergunta, é ilustrado a frequência anual de viagens realizadas, a resposta é fechada e de escolha múltipla, dividido em quatro categorias: "Menos de uma vez por ano," "Uma vez por ano", "Duas vezes por ano" e "Três vezes por ano ou mais."

3. Quantas vezes viajas por ano?



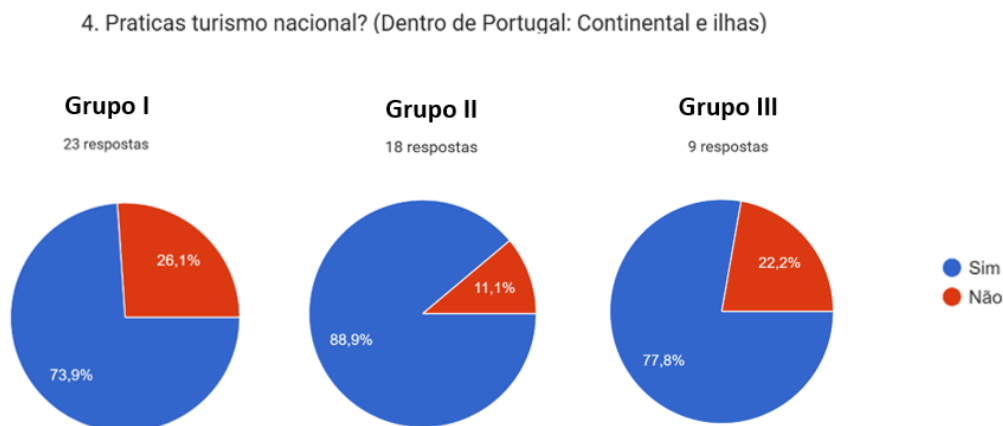
Gráficos 1 - Respostas do questionário relativas à pergunta 3 nos respetivos grupos.

Ao observar o Gráficos 1, o grupo I, as percentagens apresentam-se bem distribuídas, no entanto, na maior percentagem, de 34.8% do grupo inquiridos viaja três vezes por ano ou mais, 26.1% realiza 2 viagens por ano, 21.7% viaja uma vez por ano e 17.4% realiza menos de uma viagem por ano. No grupo II, a percentagem que contém maior representatividade é a categoria "Três vezes por ano ou mais" com 44.4%, a categoria que se segue é "Uma vez por ano" com 27.8%, e de seguida com 22.2%, a categoria "Duas vezes por ano", apenas 5.6% do grupo viaja menos de uma vez por ano.

No grupo III, contrariamente aos dois grupos anteriores, 55.6% viaja uma vez por ano, e 22.2% realiza duas viagens por ano. As duas categorias com menos representatividade são os que realizam mais de três viagens por ano e os que realizam menos de uma viagem por ano, com 11.1% cada.

Pergunta 4 (Turismo em território nacional)

Na pergunta quatro é questionado se é realizado turismo a nível nacional, considerando Portugal Continental e as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. A resposta é fechada e binária, sendo a opção de resposta “Sim” e “Não” (cf. Gráficos 2).



Gráficos 2 - Respostas do questionário relativas à pergunta 4 nos respetivos grupos.

No grupo I, 73.9% dos inquiridos afirmam em realizar turismo nacional, enquanto 26.1%, não realiza turismo nacional. No grupo II, cerca de 88.9% afirmaram que sim e 11.1% não realizam turismo nacional. No grupo III, apenas 22.2% responderam que não realizam turismo nacional, em contrapartida, 77.8% realiza.

Pergunta 5 (Viagens fora de Portugal)

É considerado na quinta pergunta se os inquiridos já teriam realizado alguma viagem para fora de Portugal, com a mesma estrutura da pergunta anterior, a resposta é fechada e binária com as opções “Sim” e “Não”.



Gráficos 3 - Respostas do questionário relativas à pergunta 5 nos respetivos grupos.

De acordo com o Gráficos 3, o grupo I, 78.3% dos inquiridos afirma que já viajou para fora do território português, já 21,7% não. Surpreendentemente, no grupo II apenas 5.6% não viajou para fora de Portugal, com 94.4% com uma resposta positiva. No grupo III, é apresentado também uma grande percentagem de inquiridos que já realizaram viagens para fora de Portugal com 88.9% de percentagem e apenas 11.1% responderam que não.

A pergunta foi dividida numa subpergunta, a 5.1, onde é questionado com resposta aberta de texto curto, quais foram os países que já visitaram, caso a resposta à pergunta principal fosse positiva (Anexos 3,4,5).

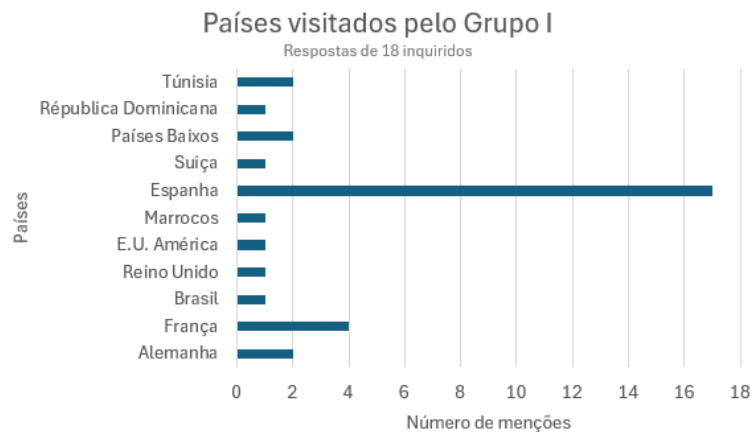


Gráfico 4 - Turismo no estrangeiro: Países visitados (Grupo I)

Elaboração própria



Gráfico 5 - Turismo no estrangeiro: Países visitados (Grupo II)

Elaboração própria



Gráfico 6 - Turismo no estrangeiro: Países visitados (Grupo III)

Elaboração própria

De acordo com as informações dos três gráficos supracitados, o que é possível de observar é que a Espanha é o país mais mencionado como visitado e o segundo país mais mencionado é a França.

No grupo I (cf. Gráfico 4) estão incluídos cerca de onze países, no grupo II (cf. Gráfico 5) estão compreendidos dezanove países e doze países no grupo III (cf. Gráfico 6). O continente com maior proporção de respostas é a Europa. Os países pertencentes ao Reino Unido mencionados foram agrupados.

Pergunta 6 (Viagens fora de Europa)

Para complementar a pergunta anterior, na sexta pergunta, é questionado se os inquiridos já realizaram viagens para fora da Europa, a resposta é fechada e binária com as opções “Sim” e “Não”.



Gráficos 7 - Respostas do questionário relativas à pergunta 6 nos respetivos grupos.

Em todos os grupos inquiridos (cf. Gráficos 7) a resposta com maior preponderância é o “Não”, sendo 82.6% no grupo I, 66.7% no grupo II e 77.8% no grupo III.

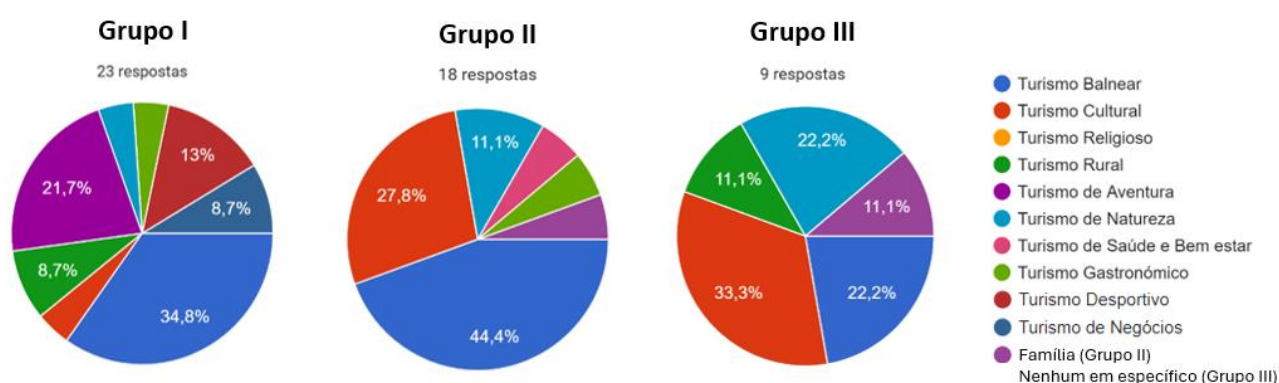
Pergunta 7 (Tipo de turismo praticado)

Na pergunta número sete, o tipo de pergunta já é diferenciado, tendo como obrigatório uma resposta fechada de escolha múltipla. Nesta pergunta é averiguado o tipo de turismo que o inquirido e a família (uma vez que são menores e não realizam viagens com rendimentos próprios, nem com a sua única vontade, principalmente no grupo I) mais praticam. Continham à sua disposição cerca de dez escolhas de tipos de turismo, ainda com a opção de adicionar uma outra que achassem apropriado. Sabendo que as escolhas passavam por:

- Turismo Balnear;
- Turismo Cultural;
- Turismo Religioso;
- Turismo Rural;

- Turismo de Aventura;
- Turismo de Natureza;
- Turismo de Saúde e Bem-estar;
- Turismo Gastronómico;
- Turismo Desportivo;
- Turismo de Negócios.

7. Qual é o tipo de turismo que tu e a tua família mais frequentemente praticam?



Gráficos 8 - Respostas do questionário relativas à pergunta 7 nos respetivos grupos.

A nível geral (cf. Gráficos 8), no grupo I existe maior variedade no número de escolhas do tipo de turismo, com oito tipos de turismo selecionados e valores mais proporcionais no grupo III.

No grupo I e no grupo II a escolha com maior percentagem é o Turismo Balnear, comumente conhecido como Turismo de Sol e Mar, 34.8% no grupo I e 44.4% no grupo II, respetivamente.

No grupo I, o segundo e o terceiro lugar estão acometidos o Turismo de Aventura (21.7%) e o Turismo Desportivo (13% [alguns alunos praticam andebol]). Já no grupo II o segundo e o terceiro lugar pertencem ao Turismo Cultural (27.8%) e Turismo de Natureza (11.1%), respetivamente.

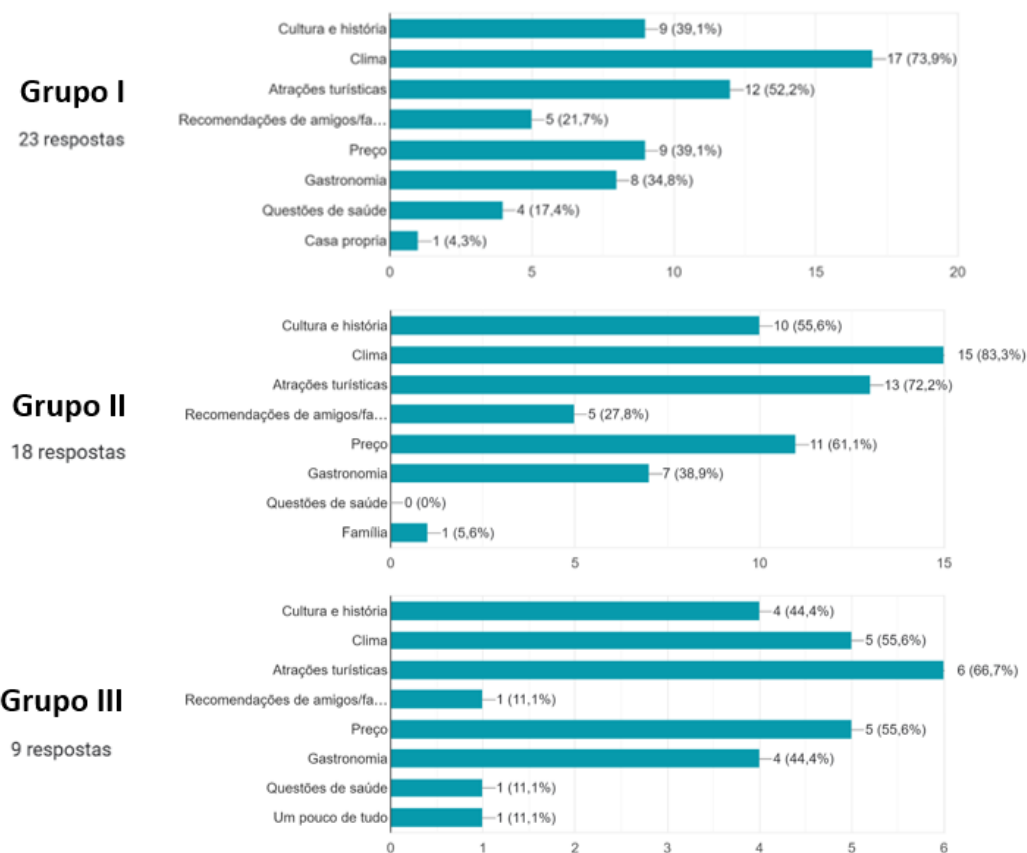
Neste mesmo grupo foi adicionado uma outra opção onde foi mencionada a “Família” no tipo de turismo realizado. Contrariamente aos primeiros dois grupos, no grupo III, o tipo de turismo mais praticado pelos inquiridos e pela sua família é o turismo cultural com 33.3% de dominância no gráfico. De seguida, com a mesma percentagem, observam-se o Turismo de Natureza e o Turismo Balnear (22.2%).

Pergunta 8 (Influências na escolha do destino de viagem)

Para prosseguir com o mesmo fio condutor da pergunta anterior, na oitava pergunta é questionado o que influencia a escolha do inquirido e da sua família no destino de viagem. A pergunta é fechada com escolha múltipla, onde é possível escolher mais que uma e adicionar uma outra opção, caso se aplicasse. Nas escolhas pré-definidas estão as seguintes:

- Cultura e história;
- Clima;
- Atrações turísticas;
- Recomendações de amigos/família;
- Preço;
- Gastronomia;
- Questões de saúde.

8. O que mais influencia a tua escolha (e da tua família) de destino de viagem? (Marca todas as que se aplicam)



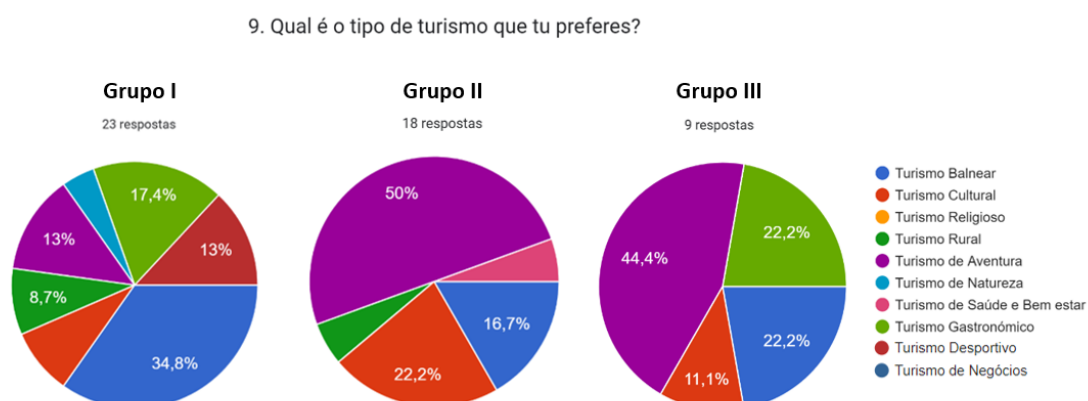
Gráficos 9 - Respostas do questionário relativas à pergunta 8 nos respetivos grupos.

Em todas as repostas dos três grupos todas as opções foram selecionadas (cf. Gráficos 9), exceto no grupo II, onde as questões de saúde não apresentaram resultados (e com menor representação nos outros dois grupos). Foram adicionadas uma nova opção em todos os grupos, no entanto, não apresentam representatividade nos resultados. No grupo I e II, as escolhas com maior percentagem foram novamente as mesmas: a escolha Clima coincide com a pergunta sete, com a maior percentagem no grupo I (73.9%) e II (83.3%). Ambos os grupos também partilham a segunda escolha mais mencionada: as Atrações Turísticas com 52.2% de menções no grupo I e 72.2% no grupo II.

Já no grupo III a escolha com maior menção por parte dos inquiridos é o inverso; em primeiro lugar as Atrações Turísticas (66.7%) e o Clima e o Preço partilhando a mesma percentagem com 55.6%.

Pergunta 9 (Tipo de turismo mais preferido pelo inquirido)

Distintamente da pergunta sete, onde é questionado o tipo de turismo que mais frequentemente a família e o inquirido praticam, a pergunta nove foi planeada para compreender as preferências individuais do inquirido. A resposta é igualmente fechada com escolha múltipla, onde também é possível adicionar uma outra opção, no entanto, nesta pergunta em específico, em nenhum grupo foi adicionada uma nova opção de tipo de turismo. Os tipos de turismo pré-definidos para a escolha são os mesmos dez, presentes que a pergunta sete (cf. Gráficos 10).



Gráficos 10 - Respostas do questionário relativas à pergunta 9 nos respetivos grupos.

No grupo I existiu novamente uma maior variedade no número de escolhas do tipo de turismo, com sete tipos de turismo selecionados e no grupo III, as percentagens apresentam uma distribuição uniforme nas dez opções de resposta, comparativamente aos restantes grupos. No grupo II e grupo III, a preferência do tipo de turismo com maior percentagem foi o Turismo de Aventura com 50% e 44.4% respetivamente. Enquanto no grupo I, o Turismo Balnear foi o preferido por 34.8% dos inquiridos. O turismo gastronómico apresentou alguma expressão no grupo I (17.4%) como também no grupo III (22.2%), competindo com o turismo balnear (22.2%). O turismo cultural apresenta-se

em segundo lugar nas preferências do grupo II (22.2%). De forma geral, em todos os grupos, o ranking de preferências dos inquiridos centrou-se no Turismo Balnear, Turismo de Aventura e Turismo Cultural.

Pergunta 10 (Um 'Destino de sonho')

Na pergunta dez é questionado com resposta aberta de texto curto, quais são os destinos de viagem dos sonhos dos elementos dos grupos (Anexos 3,4,5). Para uma melhor análise dos resultados da pergunta, foram compiladas as respostas por países, uma vez que alguns dos inquiridos apenas especificaram cidades.

Coincidentemente o continente europeu, foi o continente com maior número de menções dos países que os inquiridos já visitaram em todos os grupos, mas neste caso, acontece relativo aos destinos de sonho mencionado pelos inquiridos.

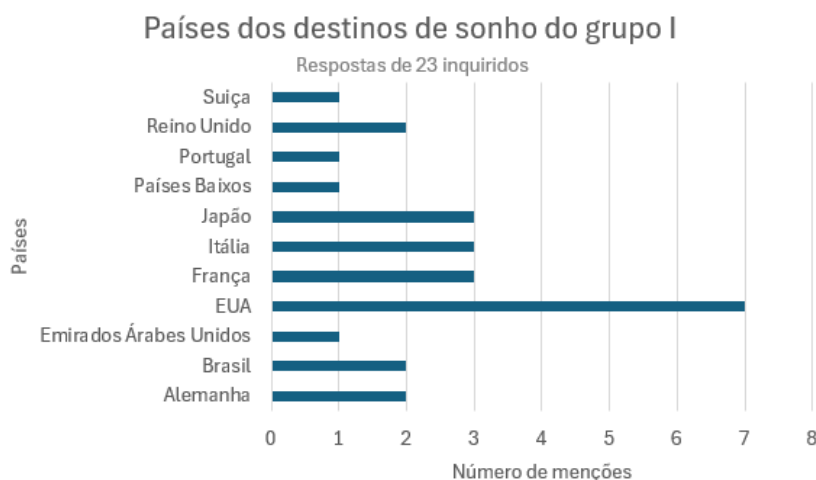


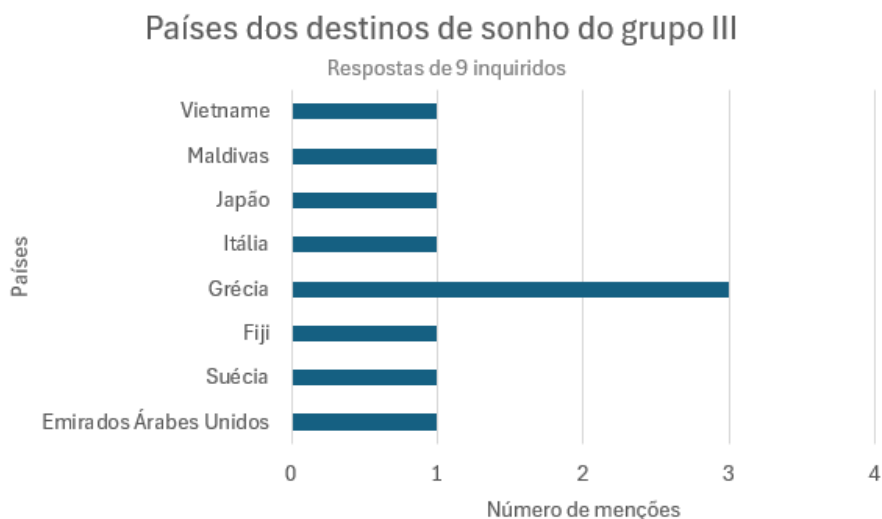
Gráfico 11 - 'Destinos de sonho' (Grupo I)

Elaboração própria



Gráfico 12 - 'Destinos de sonho' (Grupo II)

Elaboração própria



Gráficos 13 - 'Destinos de sonho' (Grupo III)

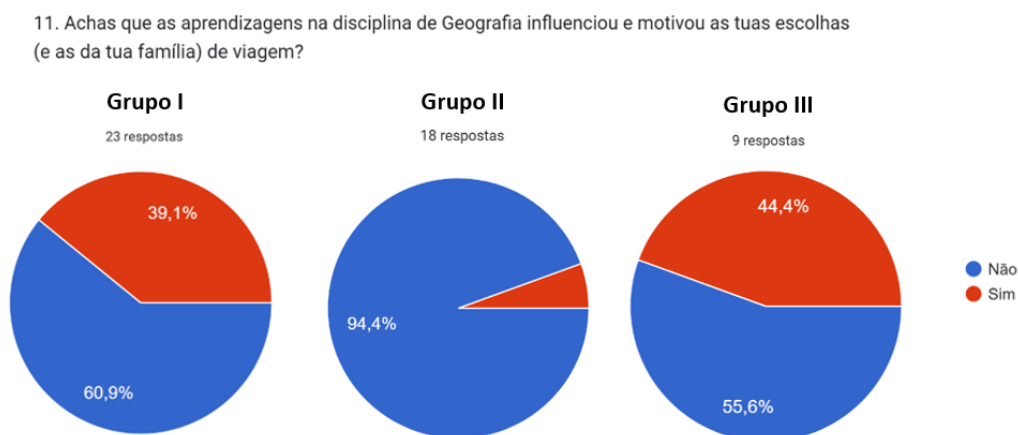
Elaboração própria

O continente africano não obteve menções. A Ásia foi a segunda mais mencionada no grupo II (cf. Gráfico 12) e grupo III (cf. Gráfico 13), já no grupo I (cf. Gráfico 11), o continente americano. Nesse mesmo grupo, os Estados Unidos da América obtiveram uma grande quantidade de menções, contando com destinos específicos como Miami e Nova Iorque. Relativamente ao grupo II, os Estados Unidos da América também

obtiveram com uma grande quantidade de menções, no entanto, apresenta-se em terceiro lugar, competindo com o Reino Unido e a Mongólia, respetivamente. No Reino Unido, conta com destinos como Escócia, a cidade de Liverpool e Inglaterra como um todo. No grupo III o destino de eleição é a Grécia.

Pergunta 11 (A disciplina de Geografia e influência nas escolhas de destinos turísticos)

A pergunta onze inquirir aos participantes do questionário se consideram que as aprendizagens que adquiriram na disciplina de Geografia influencia e motiva as suas escolhas (e as da sua família) de viagem. A resposta é fechada e binária com as opções “Sim” e “Não”.



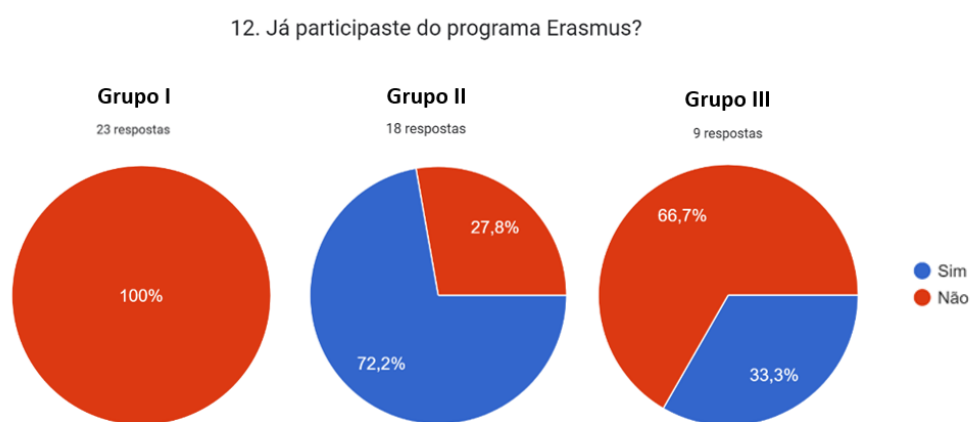
Gráficos 14 - Respostas do questionário relativas à pergunta 11 nos respetivos grupos.

Observando o Gráficos 13, o grupo II — grupo que não tem a disciplina de Geografia no presente ano letivo— apresenta maior convicção de que as aprendizagens na disciplina de Geografia não influenciam, nem motivam as suas escolhas de viagem e as da sua família, com 94.4% de resposta negativa à pergunta analisada.

Já nos grupos I e II, as repostas são mais aproximadas e com alguma homogeneidade, 60.9% dos inquiridos responderam que não e 39.1% responderam afirmativamente. No grupo III, 44.4% do grupo respondeu que efetivamente as aprendizagens na disciplina de Geografia influenciara e motivaram as suas escolhas e da sua família.

Pergunta 12 (Programas de mobilidade)

Com o objetivo de compreender o envolvimento dos inquiridos em atividades e projetos que promovam a mobilidade para fins de aprendizagem, do desenvolvimento pessoal e educativo, reforço de capacidades, conhecimento de diferentes contextos culturais, económicos e sociais e uma participação ativa na sociedade foi incluída uma pergunta questionando a participação dos inquiridos no programa ERASMUS+, projeto na qual a escola está inserida. A resposta contém a mesma configuração da pergunta anterior, fechada e binária com as opções “Sim” e “Não”.



Gráficos 15 - Respostas do questionário relativas à pergunta 12 nos respetivos grupos.

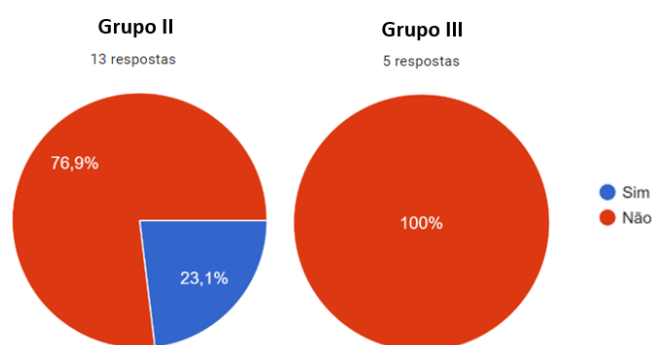
Consoante o Gráficos 15, no grupo I, a resposta foi negativa a 100%. O grupo II, apresenta uma percentagem elevada de inquiridos com participação no programa ERASMUS+, com uma aderência de 72.2%. Todavia, no grupo III a aderência no programa não foi tão significativa com 66.7% de inquiridos que responderam negativamente, sendo apenas 33.3% dos inquiridos com histórico de participação.

Pergunta 13 (A disciplina da Geografia e a sua influência na participação nos programas de mobilidade)

Sendo uma pergunta diretamente ligada com a pergunta anterior, a pergunta treze é aplicável, se a resposta à pergunta anterior seja positiva, ou seja, se a disciplina de Geografia influenciou a decisão de participação no programa em questão. Resposta é fechada e binária, com as opções “Sim” e “Não”.

Nesta pergunta os resultados poderão apresentar viés, uma vez que, alguns inquiridos que responderam negativamente à pergunta anterior, submeteram uma resposta a esta pergunta, depravando assim o verdadeiro resultado.

13. Se sim, a disciplina de Geografia influenciou a tua decisão?



Gráficos 16 - Respostas do questionário relativas à pergunta 13 nos respetivos grupos.

No grupo I, este fator é aplicado já que nenhum participante fez parte do programa Erasmus, contudo, de 23 inquiridos, 13 responderam à pergunta. A análise neste grupo em questão não será dessa forma, realizada (cf. Gráficos 16).

No grupo III o mesmo se observa, onde apenas 3 inquiridos responderam afirmativamente à pergunta doze, com a submissão de 5 respostas, no entanto, como as respostas são todas negativas (100%), a análise poderá ser executada uma vez que, o resultado não altera as percentagens. Sendo assim, todos os inquiridos, no grupo III, negam a influência da disciplina de Geografia na decisão de participar no programa de mobilidade supracitado.

No grupo II, o número de respostas condiz com o número de inquiridos que afirmaram

a participação no programa, na qual 76.9% negaram a influência da disciplina na decisão de participação.

Pergunta 14 (As grandes questões globais e os interesses turísticos)

A última pergunta deste questionário é realizada de modo a verificar (que efetivamente são conteúdos programáticos transmitidos na disciplina de Geografia) se questões globais, como por exemplo, conflitos armados e problemas ambientais, são alvo de preocupação na tomada de decisão do destino de viagem. Novamente, a pergunta é fechada e binária com as opções “Sim” e “Não”. Na mesma pergunta, é adicionada uma subpergunta, a 14.1 (Anexos 3,4,5) que apenas será preenchida se a resposta à pergunta principal seja positiva, que questiona quais são efetivamente as preocupações dos inquiridos. A resposta é aberta com texto, de modo a dar a oportunidade de expressar a opinião destes e esta subpergunta não tem carácter obrigatório.



Gráficos 17 - Respostas do questionário relativas à pergunta 14 nos respetivos grupos.

Em conformidade com o Gráficos 17, no grupo I com 56.5% e no grupo III com 55.6%, admitiram que não têm preocupações com questões globais na tomada de decisão do destino de viagem, em oposição, o grupo II, que contém uma maior percentagem de inquiridos com preocupações na tomada de decisão do destino de viagem (61.1%).

Analisando assim a subpergunta 14.1, onde os participantes descrevem quais são as preocupações tidas em conta na tomada de decisão, foi realizado um tratamento dos resultados, divididos em categorias, para uma melhor visualização das respostas (cf. Gráfico 18, 19, 20).

DISTRIBUIÇÃO DAS PREOCUPAÇÕES

GRUPO I

9 respostas

■ Problemas ambientais ■ Conflitos e segurança

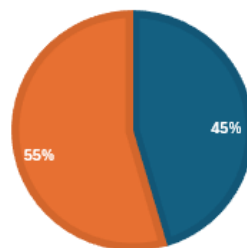


Gráfico 18 - Grândes preocupações globais (Grupo I)

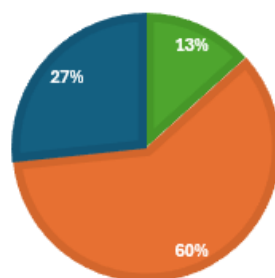
Elaboração própria

DISTRIBUIÇÃO DAS PREOCUPAÇÕES

GRUPO II

11 respostas

■ Desastres Naturais ■ Conflitos e segurança ■ Problemas ambientais



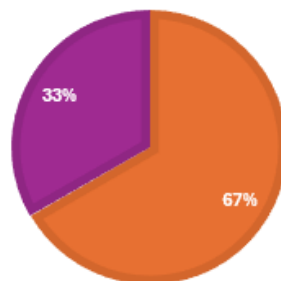
Gráficos 19 - Grândes preocupações globais (Grupo II)

Elaboração própria

DISTRIBUIÇÃO DAS PREOCUPAÇÕES GRUPO III

3 respostas

■ Conflitos e segurança ■ Conflitos políticos



Gráficos 20 - Grandes preocupações globais (Grupo III)

Elaboração própria

Apenas um elemento do grupo III (cf. Anexo 5) não respondeu à subpergunta e uma resposta do grupo I (cf. Anexo 3) foi considerada nula. De acordo com as respostas submetidas, estas foram tratadas e agrupadas em quatro categorias sendo estas: “Problemas ambientais”, “Conflitos e segurança”, “Desastres Naturais” e “Conflitos políticos”.

Na categoria “Problemas ambientais” foram compiladas respostas relativas à poluição e preocupações na gestão de resíduos. Na categoria “Conflitos e segurança” estão incluídas respostas como guerras, conflitos armados e baixos níveis de segurança do destino de viagem. Relativamente à categoria “Desastres Naturais” foram reunidas respostas que demonstram diretamente essa preocupação: Tsunamis, Terramotos e Catástrofes naturais. Por último, a categoria “Conflitos políticos” foi adicionada contendo apenas uma referência com a mesma designação da categoria. De modo geral, os inquiridos concordaram com os exemplos transmitidos na pergunta.

A categoria “Conflitos e segurança” foi a categoria com maior percentagem em todos os grupos envolvidos, sendo assim a maior preocupação dos inquiridos com questões globais na tomada de decisão do destino de viagem.

No grupo III, a categoria “Conflitos políticos” foi apresentada, não sendo mencionada em mais nenhum grupo e contendo um terço das preocupações desse mesmo grupo.

O grupo II apresentou três categorias e a categoria “Desastres naturais” foi igualmente a representada apenas neste grupo, já os problemas ambientais acometeram o segundo lugar de maior preocupação no grupo I.

5.2.Síntese

Frequentemente subestimada pelo senso comum, a Geografia, como supracitado, é vista apenas como o estudo de mapas e características físicas da Terra. Contudo, é muito mais que isso. Prova disso, é a compreensão das interações entre os seres humanos e o meio ambiente, influenciando decisões económicas, sociais e políticas. A Geografia permite analisar recursos e fenómenos naturais, mas também a compreensão das dinâmicas socioeconómicas e culturais, que moldam os contextos sociais. Sem dúvida, esta ciência desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de políticas públicas, no planeamento urbano, na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável, contribuindo para um futuro mais equitativo, equilibrado e sustentável. A relação entre o Turismo e a Geografia é vital para entender as características geográficas dos destinos, para a compreensão dos fenómenos históricos e geopolíticos, das mudanças climáticas, da gestão de recursos naturais e da preservação da diversidade cultural. No contexto do turismo, esse conhecimento geográfico orienta a escolha de destinos turísticos, favorecendo decisões informadas e conscientes, da mesma forma que pode cultivar o conhecimento dos visitantes, permitindo que nutram interesse por variados destinos e, conseqüentemente, fomentar as práticas de turismo. Daí se espera que se formem cidadãos informados e comprometidos com práticas turísticas e éticas mais sustentáveis. Neste sentido, a Geografia não só enriquece as experiências turísticas, mas também promove um turismo mais responsável e benéfico para todos os envolvidos (Natureza e Ser Humano).

Conforme os objetivos deste estudo, o objetivo principal visa compreender como é que a influência da aprendizagem da Geografia nos estudantes (cidadãos em desenvolvimento e formação) influencia as suas práticas de turismo. Neste sentido, como referido na metodologia deste relatório, foram aplicados questionários a três grupos de estudantes: grupo I (estudantes do Ensino Básico, com Geografia como disciplina obrigatória); grupo II (estudantes do Ensino Secundário, sem a disciplina de Geografia) e grupo III (estudantes do Ensino Secundário, que escolheram Geografia como disciplina opcional).

Através da análise estatística dos resultados obtidos, podemos verificar que através das respostas à pergunta 11 (Achas que a aprendizagem na disciplina de Geografia influenciou e motivou as tuas escolhas (e as da tua família) de viagem?) (cf. Gráficos 14), apenas 5,6% dos estudantes do Grupo II consideram que a disciplina tenha influência, contrariamente aos grupos I com 39,1% e, III com 44,4%. Esta disparidade, em termos de resultados, poderá demonstrar efetivamente que os alunos que têm contacto diário com conhecimentos do foro geográfico são mais conscientes sobre a importância da educação geográfica nas escolhas de destinos de viagem. Essa observação sublinha a importância da educação geográfica na formação de uma perspetiva informada e reflexiva sobre as escolhas de viagem, não apenas para os estudantes, mas também para as famílias destes.

Sugerem igualmente que, para a maioria dos estudantes, as aprendizagens da disciplina de Geografia não são diretamente o principal fator que influencia e motiva as suas escolhas de viagem. No entanto, a sua exposição não deixa de ter influência indireta e inconsciente. O conhecimento geral do mundo e das experiências dos estudantes, desempenham um papel mais significativo nas escolhas turísticas. Assim, a Geografia enquanto disciplina contribui para essa formação, no entanto, é o conhecimento global e a curiosidade intelectual, que mais profundamente moldam as suas atitudes e escolhas face às escolhas e práticas turísticas.

A aprendizagem da Geografia, conforme os dados analisados, não parece ter uma influência significativa na decisão dos alunos de participar do programa Erasmus +. Tanto no Grupo I quanto no Grupo III, a maioria dos estudantes que participaram não sentiu que a disciplina de Geografia influenciou a sua decisão. O maior interesse e participação no Erasmus +, por parte dos alunos do Grupo II, que não estudaram Geografia, indicia que o desejo de participar em programas de mobilidade pode estar relacionado a outros fatores. Fatores como a motivação e a curiosidade em aprender e experienciar novas culturas, línguas e modos de vida podem ser fontes de justificação, bem como o desejo de desenvolver habilidades e competências pessoais, culturais e profissionais. É importante considerar que a não participação no programa Erasmus + pode também ser influenciada, por fatores alheios à vontade dos alunos, como a falta

de vagas disponíveis, restrições financeiras, falta de permissão dos pais, desconhecimento do programa, ou questões de seleção, logísticas e burocráticas. Estes fatores podem ter limitado a participação dos estudantes, independentemente do seu interesse ou motivação.

A ausência de uma correlação entre a influência da disciplina e a participação no programa de mobilidade sugere que, enquanto a disciplina de Geografia, que efetivamente leciona conteúdos diretamente relacionados com a mobilidade e o conhecimento do espaço, outros aspetos pessoais dos estudantes desempenham um papel fundamental na decisão de participar.

É importante destacar que a amostra deste relatório engloba apenas estudantes adolescentes com idades compreendidas entre 12 e 18 anos. A idade e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento cognitivo e emocional podem influenciar as respostas e percepções, sobre a influência da Geografia nas suas escolhas de viagem. À medida que desenvolvem o seu sentido crítico, os estudantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda das conexões entre o conhecimento geográfico e as suas experiências turísticas.

Alinhado com os objetivos específicos propostos, a pergunta 10 (Qual é o teu destino de sonho?) (cf. Gráficos 11,12, 13) e a pergunta 9 (Qual é o tipo de turismo que preferes?) (cf. Gráficos 10), é averiguada a análise da influência da aprendizagem da Geografia nos estudantes, no interesse e na motivação para explorar destinos geográficos. Os resultados relativos aos destinos de sonho, revelam que os alunos do grupo II e III têm uma visão do mundo menos concentrada na Europa e na América (destinos mais comuns) e mais significativo no continente asiático, exprimindo conhecimentos geográficos mais vastos, conhecimento de outras culturas, que lhes permite ter outro tipo de escolhas turísticas preferenciais. Isto reforça a ideia de que a aprendizagem da Geografia poderá influenciar indireta e inconscientemente as preferências turísticas dos estudantes, ampliando os seus horizontes para destinos globais diversos. No entanto, poderá ser o conhecimento geral do mundo e as experiências pessoais dos estudantes que desempenham um papel mais significativo nas escolhas turísticas. Relativamente

aos tipos de turismo, de forma geral, em todos os grupos, o ranking de preferências dos inquiridos centrou-se no Turismo Balnear, Turismo de Aventura e Turismo Cultural. A maior diversidade de escolhas no grupo I pode indicar que uma educação geográfica obrigatória e em anos iniciais de exposição à disciplina integral fomenta uma maior curiosidade e abertura a diferentes tipos de turismo. A predominância do Turismo de Aventura nos grupos II e III pode ser vista como um reflexo da procura por experiências que suscite emoções extremas e desafiadoras, característico de adolescentes e jovens adultos, enquanto a preferência pelo Turismo Balnear no grupo I pode sugerir um interesse por preferências dos tipos de turismo mais característicos em Portugal.

O estudo não só investiga as preferências turísticas individuais dos estudantes, mas também analisa as suas preocupações com questões globais, ao decidir para onde viajar. A maioria dos estudantes, nos grupos I e III, não expressou preocupações com questões globais, enquanto uma parte significativa do grupo II indicou ter essas preocupações, destacando uma diferença relativamente aos outros grupos. Esta tendência levanta questões sobre os motivos pelos quais muitos jovens não consideram questões globais ao escolher um destino turístico. Uma possível explicação, pode ser a idade e o nível de desenvolvimento de formação cívica dos alunos, já que podem não estar plenamente cientes das complexidades e impactos dessas questões globais nos mais diversos destinos.

Enquanto muitos estudantes não consideram questões globais como determinantes nas suas escolhas de viagem, a disciplina de Geografia parece ter uma influência limitada nesse aspeto. O grupo II, que não tem a disciplina de Geografia, demonstrou uma preocupação ligeiramente maior com questões globais na tomada de decisão de viagem, o que pode indicar uma sensibilidade natural dos jovens para esses temas, independentemente da instrução formal da disciplina. Por outro lado, os grupos I e III, que incluem estudantes com a disciplina de Geografia, mostraram uma menor preocupação, sugerindo então outros fatores, tal como a idade, já referida anteriormente. Apesar da Geografia, abordar temas como conflitos armados, desastres naturais e gestão de resíduos, pode ser necessário ajustar como esses temas são

ensinados para garantir que sejam percebidos como extremamente importantes e impactantes pelos estudantes no contexto atual.

Em suma, é fundamental promover uma conexão mais direta entre a teoria ensinada e as experiências pessoais dos estudantes. Visitas de estudo, projetos práticos e debates que estimulem o pensamento crítico e interações com profissionais da área poderiam ajudar os estudantes a entender como é que os conceitos geográficos se aplicam no mundo real e influenciam decisões socioeconómicas e políticas. Dessa forma, envolveria os alunos de maneira mais profunda com os temas em questão, como também dar-lhes-ia preparação para compreender os desafios globais do século XXI de maneira mais eficiente.

Considerações finais

Durante o desenvolvimento deste estudo, tornou-se evidente a necessidade de reconhecer as limitações que surgiram ao longo do processo. Uma parte do relatório que poderia ter sido abordada, de forma mais eficiente, seria o enquadramento conceptual. Em vez de focar predominantemente na história e no desenvolvimento da disciplina de Geografia e do Turismo, teria sido mais proveitoso enquadrar também teoricamente como é que os estudantes atualmente adquirem conhecimento, considerando as mudanças no comportamento e no seu interesse pela aprendizagem, permitindo uma análise mais contextualizada do tema e dos objetivos abordados e enriquecendo assim, a base teórica do estudo. Não obstante, é necessário ressaltar que nenhum outro estudo investigou o tema abordado neste relatório.

Uma das principais limitações deste estudo é o tamanho e a composição da amostra. A amostra utilizada foi relativamente pequena e desproporcional entre os diferentes grupos, o que pode ter influenciado a representatividade e a generalização dos resultados. Mesmo procurando três contextos diferentes da presença e não presença da disciplina de Geografia, deveria ter sido ampliado o estudo para um maior número de turmas e com maior número de estudantes nesses contextos. Por exemplo, alguns grupos de estudantes tinham significativamente mais participantes do que outros, o que pode ter enviesado os resultados e as conclusões. Para melhorar a robustez e a validade dos resultados, poderia se ter expandido também a pesquisa para incluir uma amostra maior e mais equilibrada a nível de escala geográfica, abrangendo outras escolas e freguesias do concelho. O que garantia uma diversidade maior de contextos e experiências dos estudantes e proporcionaria uma compreensão mais profunda dos diferentes contextos que influenciam o conhecimento e as decisões turísticas dos estudantes, contribuindo para uma visão mais abrangente e representativa dos impactos da disciplina de Geografia.

Outra limitação significativa deste estudo, diz respeito à análise das variáveis socioeconómicas e educativas dos encarregados de educação. Embora tenham sido recolhidas informações sobre as habilitações académicas dos pais e os escalões ASE dos

estudantes, (que são altamente relacionados com o estatuto económico dos encarregados de educação), estas variáveis não foram analisadas de forma aprofundada. Os objetivos deste estudo focaram-se noutros domínios; contudo, a recolha dessa informação foi realizada com o intuito de potencialmente auxiliar na análise de dados diretamente relacionados com o tema central.

Para investigações subsequentes e futuras, poder-se-ia explorar mais aprofundadamente essas variáveis, procurando correlações entre o estatuto socioeconómico dos estudantes e a influência da aprendizagem de Geografia nas suas práticas turísticas e entender como é que o setor profissional, o contexto socioeconómico e as expectativas dos familiares ao ensino dos estudantes afetam o envolvimento escolar, as perceções e as escolhas dos estudantes. Além disso, analisar as escolhas, as decisões e práticas turísticas, considerando influências externas, como, por exemplo, com quem os estudantes frequentemente viajam, poderia deferir dados adicionais sobre como é que as relações interpessoais e as relações familiares moldam as preferências de viagem dos jovens.

Outra sugestão seria diferenciar a amostra por grupos etários e analisar se existe correlação entre os jovens com maior idade e um nível mais elevado de conhecimento geral, dessa forma, poderia ajudar a determinar se a exposição prolongada ao ensino de Geografia e outras disciplinas ao longo dos anos letivos influencia diferentemente as escolhas e decisões de turismo dos estudantes, conforme eles avançam na adolescência e no início da idade adulta.

Adicionalmente, seria relevante analisar os motivos pelos quais os estudantes não participaram no programa Erasmus +. Esta análise poderia revelar barreiras socioeconómicas, educativas ou outro tipo de limitações internas, ou externas (inerentes ao processo de candidatura), que influenciam a participação dos jovens em programas de mobilidade.

Para enriquecer futuras investigações, seria pertinente incluir questões adicionais relacionadas com a escolha dos destinos de viagem que abordem implicitamente as questões globais. Ao questionar aos estudantes de forma indireta (por exemplo, "Nos

próximos 5 anos escolherias a Rússia ou Israel como destino turístico?))), permite que eles reflitam sobre o impacto das questões globais no destino de viagem através de exemplos concretos. Dessa forma, possibilita respostas mais refletidas, o que proporciona uma compreensão mais profunda de como é que os desafios globais influenciam as preferências turísticas dos jovens. Esse tipo de abordagem contribui para uma análise mais abrangente do papel do conhecimento geográfico, no contexto das decisões de viagem dos estudantes.

Como complemento final, recomendar-se-ia a inserção de outras perguntas ao questionário que esclareçam, também de forma indireta, se os conteúdos da disciplina de Geografia influenciam o conhecimento adquirido pelos estudantes. Tal como acontece no ponto supracitado, perguntar diretamente pode levar os alunos a subestimar o impacto da disciplina e negar a sua influência, já que podem confundir os conhecimentos adquiridos na disciplina com outros adquiridos por via de informações difundidas ou não se lembrarem de onde ouviram essas informações pela primeira vez. Essa atitude é visível na aprendizagem de outras disciplinas, onde os estudantes frequentemente não reconhecem a origem específica dos seus conhecimentos.

Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas e a webgrafia utilizados para fundamentar teoricamente este estudo irão englobar bibliografia crítica, como livros e artigos científicos; fontes documentais, como documentos orientadores educativos; e fontes estatísticas, como o Instituto Nacional de Estatística e legislação.

Fontes estatísticas

INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Grupo etário e Estatuto (indivíduo no agregado doméstico privado); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. [Consultado em 08 de junho de 2024]

INE - Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos. (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Recenseamento da população e habitação. Censos 2021. [Consultado em 08 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011648&contexto=bd&selTab=tab2

INE - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos. (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Recenseamento da população e habitação. Censos 2021. [Consultado em 08 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011660&contexto=bd&selTab=tab2

INE – Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos. (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Recenseamento da população e habitação. Censos 2021. [Consultado em 08 de junho de 2024]. Disponível em WWW:<URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011661&contexto=bd&selTab=tab2

INE - Estatísticas do Turismo: 2000. Lisboa: INE, 2001. [Consultado em 22 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.ine.pt/xurl/pub/130231> . ISSN 0377-2306. ISBN 972-673-534-3.

INE - Estatísticas do Turismo: 2010. Lisboa: INE, 2011. [Consultado em 22 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.ine.pt/xurl/pub/122844488> . ISSN 0377-2306. ISBN 978-98925-0112-3.

INE - Estatísticas do Turismo: 2021. Lisboa: INE, 2022. [Consultado em 29 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.ine.pt/xurl/pub/22122921> ISSN 0377-2306 . ISBN 978-989-25-0606-7.

INE - Estatísticas do Turismo: 2022. Lisboa: INE, 2023. [Consultado em 29 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.ine.pt/xurl/pub/72384938> . ISSN 0377-2306. ISBN 978-989-25-0644-9.

INE - Proporção de hóspedes não residentes (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. [Consultado em 29 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001818&contexto=bd&selTab=tab2

Fontes documentais

Conselho Nacional de Educação - Reformas e bases da educação – legado e renovação (1835-2009). Lisboa, p.1-1049, 2017. [Consultado em 09 de jan de 2024]. Disponível em WWW: <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes/1258-reformas-e-bases-da-educacao-legado-e-renovacao-1835-2009>

Direção-Geral da Educação – Metas de Aprendizagem, s.d. [Consultado em 02 de fev de 2024] Disponível em WWW: <https://metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/sobre-o-projecto/apresentacao/index.html>

Direção-Geral da Educação - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania s.d. [Consultado em 02 de fev de 2024] Disponível em WWW: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>

Direção-Geral da Educação – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória s.d. [Consultado em 02 de fev de 2024] Disponível em WWW: <https://www.dge.mec.pt/noticias/perfil-dos-alunos-saida-da-escolaridade-obrigatoria>

Bibliografia crítica

ALEXANDRE, Fernando - Metas curriculares do 3.o ciclo do ensino básico de geografia: que contributo para o desenvolvimento de competências ambientais? [Em linha] (2014) [Consultado em 30 de jan de 2024. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10400.2/4792>. ISBN 978-989-96810-2-6.

AZHAR, Musarat [et al.] - Impact of parental education and socio-economic status on academic achievements of university students. **European Journal of Psychological Research**. [Em linha]. 1:1 (2014) 1-9. [Consultado em 04 de jul. de 2024] Disponível em WWW:<URL:<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=ce368197b1724402ef241ddeb2c4eac5fedcb88f>

CLAUDINO, Sérgio - A educação geográfica em Portugal e os desafios educativos, Giramundo, Rio de Janeiro, **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**. [Em linha] 1(2), 7-19, (2014). [Consultado em 09 de jan de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5489966>

CLAUDINO, Sérgio - O ensino da Geografia em Portugal: tradições e desafios. GEOFORO: **Foro Iberoamericano sobre Educación, Geografía e Sociedad**. [Em linha] (2009). [Consultado em 30 de jan. de 2024] Disponível em WWW:<URL:<https://geoforoiberoamericano.blogspot.com/2009/06/o-ensino-da-geografia-em-portugal.html>

CLAUDINO, Sérgio - O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspetiva. **Inforgéo**. [Em linha] Lisboa, n. 15, p. 169-190, 2000. [Consultado em 09 de jan de 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/60362260/O_Ensino_De_Geografia_Em_Portugal_Uma_Perspectiva?source=swp_share

CLAUDINO, Sérgio. Teaching Geography in Portugal: Going back to the future. Review **Problems of Education in the 21st Century**. [Em linha] v. 27, n. 27, p. 30-38, 2011.

Disponível em WWW:<URL:
https://www.scientiasocialis.lt/pec/node/files/pdf/vol27/30-38.Claudino_Vol.27.pdf

CORREIA, Rita - Gazeta dos Caminhos de Ferro (1888-1971). Hemeroteca Municipal de Lisboa. [Em linha] 1-9. (2009) [Consultado em 25 de abril de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/GazetaCF.pdf>

COSTA, Carlos; BRANDÃO, Felipa; COSTA, Rui; BREDÁ, Zélia. - Turismo nos países lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios. [Em linha] Lisboa: Escolar, 2014. [Consultado em 25 de abril de 2024]. Disponível em WWW:<URL: https://www.researchgate.net/publication/278015978_Turismo_nos_paises_lusofonos_Conhecimento_estrategia_e_territorios_-_Volume_I/references. ISBN: 978-972-592-411-2

COSTA, Eugénia Pereira; PALMEIRA, Rita - A Atividade Turística em Portugal, Em Análise, [Em linha] **BMEP**, 2013 - GEE [Consultado em 22 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.gee.gov.pt/pt/estudos-e-seminarios/artigos-category/576-a-atividade-turistica-em-portugal-em-analise-bmep-de-outubro-de-2013>

CUNHA, Licínio - Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios. **Fluxos & Riscos n.º1** [Em linha] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Pp. 127 – 149. 2010. [Consultado em 29 de abril de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://core.ac.uk/download/pdf/48576342.pdf>

CUNHA, Licínio – **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspetivas**, 1ª ed. Lisboa: LIDEL, 2017.350 p. ISBN 9789897520693.

FERNANDES, Mário Gonçalves - Manuais escolares de geografia antes do livro único. [Em linha] Porto: Manuais escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto: catálogo da exposição na B. P. M. P., 2008, p. 79-86 (1826-1947). 2008. Disponível em WWW:<URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21764>

MAGALHÃES, Maria - Mudanças curriculares em História e Geografia: paradigma, modelos e prática. [Em linha] Porto : Universidade do Porto, 2016. 440 p. Relatório de

estágio. [Consultado em 09 de jan de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://hdl.handle.net/10216/86863>.

MAIA, Nautília - O Turismo como Factor de Integração Europeia: Portugal 1950 – 1973. [Em linha] Universidade de Aveiro. 2005. [Consultado em 30 de abril de 2024]Disponível em WWW:<URL: <https://ria.ua.pt/handle/10773/4570>.

MARQUES, Mariana – O impacto da Guerra no Turismo. [Em linha] ISG. Novo Seminário. 2022 [Consultado em 29 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.isg.pt/2022/03/17/impacto-da-guerra-no-turismo/>

MARTINS, Pedro (2011) Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal. [Em linha] Lisboa. [Consultado em 30 de abril de 2024]Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10362/7093>.

MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - O turismo em Portugal: que passado? Que futuro? [Em linha] Escola Superior de Educação de Portalegre. 2005. Disponível em WWW:<URL: https://www.researchgate.net/publication/260749673_O_turismo_em_Portugal_que_passado_Que_futuro [Consultado em 01 de maio de 2024]

NUNES, Carlos - Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o Turismo Balnear. [Em linha] Universidade de Coimbra. Coimbra. 2009. [Consultado em 02 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://hdl.handle.net/10316/13474>.

NUNES, Carlos Américo Ramos — Os Manuais Escolares de História e de Geografia do Secundário face ao Desafio das Tecnologias na Educação. [Em linha] Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2013 [Consultado em 09 de jan de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://recil.ensinulusofona.pt/jspui/handle/10437/4800>

Ó, Jorge Ramos do – **Ensino Liceal: 1836-1975**. [Em linha] Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009. [Consultado em 09 de jan de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10451/6296>

PEREIRA, Maria Gorete; BRAZÃO, José Paulo Gomes - Evolução curricular em Portugal: relações e tensões. 2013. A. Mendonça. (Org.). O futuro da escola pública (164-276).

[Em linha] Funchal: CIE-UMa. (ISBN: 978-989-97490-4-7). [Consultado em 30 de jan. de 2024] Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10400.13/857>. ISBN:978-989-97490-4-7.

RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos - Turismo: tendências de evolução. [Em linha] Revista Eletrónica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Aveiro. 2017. [Consultado em 03 de maio de 2024]Disponível em WWW:<URL: https://www.researchgate.net/publication/319344267_TURISMO_TENDENCIAS_DE_E_VOLUCAO

RIBEIRO, Elói - A Gazeta dos caminhos de ferro e a promoção do turismo em Portugal (1888-1940) [Em linha]. Universidade de Évora. 2006. [Consultado em 25 de abril de 2024] Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10174/15887>.

SARAIVA, José (1999) - **História Concisa de Portugal**. [Em linha] Publicações Europa – América. Men Martins. [Consultado em 03 de maio de 2024]ISBN 9789896662967.

VASCONCELOS, José Leite - 1936 Etnografia Portuguesa. **Tentame de sistematização**. [Em linha]. Vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, C.G. 12303 V. p. 562. Página cedida pela Biblioteca Nacional de Portugal. [Consultado em 14 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL:<https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=QP162237T9767.13410&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1000842~!8&ri=6&aspect=subtab15&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=+Etnografia+Portuguesa&index=.TW&uindex=&aspect=subtab15&menu=search&ri=6>

Webgrafia

Agrupamento de Canelas – **Projeto Educativo de Agrupamento**. 2023-2027. Disponível em WWW:<URL: https://agrcanelas.edu.pt/wp-content/uploads/2023/05/PEA_2023.pdf

Associação Portuguesa de Geógrafos – **Orlando Ribeiro**. 2024.[Consultado em 03 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.apgeo.pt/orlando-ribeiro>

Eco-Escolas – **Educação Ambiental para a Sustentabilidade nas Escolas**. 2024[Consultado em 03 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://ecoescolas.abaae.pt/>

Erasmus+ - **Plataforma de Resultados Erasmus +**. 2024. [Consultado em 03 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.erasmusmais.eu/>

Junta de Freguesia de Canelas – **História**. 2024.[Consultado em 03 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.ifcanelas.pt/freguesia/historia>

LUSA - **Portugal teve o melhor ano de sempre no turismo, diz Governo**. PÚBLICO. [Consultado em 29 de maio de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.publico.pt/2024/01/03/economia/noticia/portugal-melhor-ano-turismo-governo-2075562>

SIGTUR - **Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal** – 2024. [Consultado em 03 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

TravelBI by Turismo de Portugal - **Plano Estratégico Nacional do Turismo**. 2007. [Consultado em 23 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/politicas-e-estrategia/plano-estrategico-nacional-do-turismo-2007>

TravelBI. Turismo de Portugal - **2 anos de Pandemia - O Impacto Económico no Setor Turístico**. 2022 [Consultado em 29 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL:

<https://travelbi.turismodeportugal.pt/turismo-em-portugal/2-anos-de-pandemia-o-impacto-economico-no-setor-turistico-2022>

TravelBI. Turismo de Portugal – **Estratégia 2027**. 2023. [Consultado em 05 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/politicas-e-estrategia/estrategia-turismo-2027/>

TravelBI. Turismo de Portugal - **Plano Estratégico Nacional do Turismo (revisão)** 2013. [Consultado em 23 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/politicas-e-estrategia/plano-estrategico-nacional-do-turismo-revisao-2013>

TURIJOBS - **Guerra na Ucrânia: Impacto no turismo português** - Turiconsejos, 2022. [Consultado em 29 de maio de 202] Disponível em WWW:<URL: <https://www.turijobs.com/blog/pt-pt/guerra-na-ucrania-impacto-no-turismo-portugues/>

Turismo de Portugal - **Portugal é o 12º país mais competitivo do mundo no ranking de competitividade do turismo do Fórum Económico Mundial**. 2019. [Consultado em 03 de junho de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://www.turismodeportugal.pt/pt/Noticias/Paginas/portugal-12-pais-mais-competitivo-mundo-ranking-competitividade-turismo-forum-economico-mundial.aspx>

Visit Portugal - **Estoril**. 2024. [Consultado em 30 de abril de 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/estoril-1>

Legislação

Despacho N.º 110-A/2014, DR. n.º 2, Suplemento, Série - II, de 3 de janeiro

Despacho N.º 15971/2012, DR. Série - II, de 14 de dezembro

Despacho N.º 5122/2013, DR. Série - II, de 16 de abril

Despacho N.º 17169/2011, DR. Série - II, de 23 de setembro

Lei nº 46/86 - 14 oct. 1986. Versão Consolidada, Alterações [Consultado em 18 de janeiro de 2024] Disponível em WWW:<URL <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>

Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007.2007. [Consultado em 23 de maio de 2024] Disponível em WWW:<URL: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/53-2007-520229>

Anexos

Anexo 1 – Tabelas INE

Proporção de hóspedes estrangeiros (%) por Localização geográfica (NUTS – 2002); Anual

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Proporção de hóspedes estrangeiros (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual (1)								
	Período de referência dos dados								
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	50,5	50,1	52,8	52,7	52,6	51,9	52,7	52,7	53,6
Continente	49,1	48,3	50,6	50,9	50,7	49,9	51,0	50,7	51,7
Norte	36,7	34,5	36,8	35,6	35,2	32,9	35,1	33,4	35,1
Centro	30,4	29,9	31,9	32,5	32,0	30,3	32,2	31,8	33,7
Lisboa	62,1	61,8	62,3	62,2	61,9	62,0	64,0	62,7	62,8
Alentejo	23,6	24,1	26,4	25,0	26,8	26,4	26,5	27,4	28,3
Algarve	62,7	62,3	65,7	67,0	66,3	65,9	65,4	66,8	68,8
Região Autónoma dos Açores	38,5	38,7	39,4	39,1	41,2	41,6	35,6	34,8	31,1
Região Autónoma da Madeira	71,3	73,3	79,3	76,6	75,4	75,3	74,7	75,6	76,9

Proporção de hóspedes estrangeiros (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Nota(s):

(1) Os valores da coluna "Total" integram, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os do turismo no espaço rural e novas unidades de alojamento local, configurando uma quebra de série.

Proporção de hóspedes não residentes (%) por Localização geográfica (NUTS – 2013); Anual

Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)	Proporção de hóspedes não residentes (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual (3)								
	Período de referência dos dados (2)								
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	57,8	40,9	37,4	60,5	60,6	60,9	59,1	57,8	57,2
Continente	56,8	39,6	36,3	59,7	59,5	59,7	57,7	56,2	57,2
Norte	51,6	35,0	30,5	52,8	51,2	50,2	47,7	45,5	43,7
Centro	32,9	20,6	18,9	39,7	40,3	42,9	38,1	37,2	36,0
Área Metropolitana de Lisboa	71,1	57,0	54,5	72,9	72,7	72,2	70,2	68,7	67,9
Alentejo	29,7	19,1	17,4	34,1	35,4	33,5	31,6	31,0	30,0
Algarve	68,8	48,8	46,4	70,9	71,2	72,5	71,9	69,8	68,6
Região Autónoma dos Açores	51,3	32,6	24,4	49,6	50,6	49,6	49,1	48,5	51,5
Região Autónoma da Madeira	73,9	63,9	63,8	78,2	80,6	80,9	80,4	81,4	80,8

Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2021		
	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	62,26	63,08	61,54
Continente	62,54	63,44	61,75
Norte	57,92	58,53	57,38
Área Metropolitana do Porto	62,36	63,50	61,36
Vila Nova de Gaia	64,14	65,11	63,29
Canelas	64,23	64,08	64,37

Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2021		
	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	45,64	44,14	46,97
Continente	45,94	44,53	47,18
Norte	41,73	40,27	43,02
Área Metropolitana do Porto	46,16	45,25	46,96
Vila Nova de Gaia	47,74	46,73	48,61
Canelas	46,63	44,34	48,71

Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2021		
	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	8,13	7,35	8,92
Contínente	8,06	7,24	8,89
Norte	8,42	7,20	9,70
Área Metropolitana do Porto	9,56	8,45	10,69
Vila Nova de Gaia	11,18	10,12	12,24
Canelas	10,40	9,02	11,81

Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Anexo 2 - Formulário do questionário (frontispício)



A aprendizagem da Geografia e a influência na prática do turismo entre os estudantes do Básico e Secundário

O meu nome é Matilde Reis e estou atualmente a frequentar o segundo ano do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O presente questionário foi desenvolvido no âmbito da realização do meu relatório de estágio no referido mestrado e pretende investigar como é que a aprendizagem da Geografia afeta a atitude dos estudantes em relação às suas práticas de turismo, incluindo o interesse e a motivação para explorar destinos geográficos, assim como explorar as perceções dos estudantes sobre a importância da educação geográfica na preparação para viagens e na tomada de decisões turísticas; pelo que para tal a sua colaboração é fundamental.

A participação é voluntária e o anonimato e confidencialidade são garantidos. Não existem respostas certas ou erradas e os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito da presente investigação académica.

A tua participação é essencial, porque dela depende o sucesso do nosso projeto. Muito obrigada.

Responde, por favor, com máxima sinceridade.

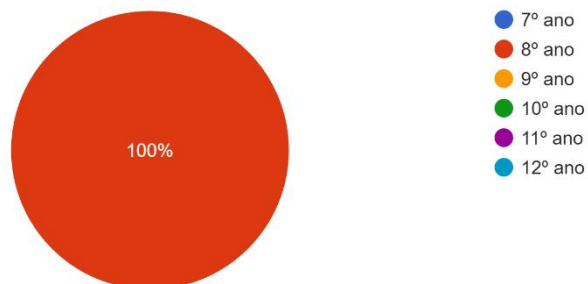
Caso necessites de algum esclarecimento adicional por favor entra em contacto através do seguinte e-mail: up201908249@up.pt.

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo 3 – Respostas dos questionários – GRUPO I

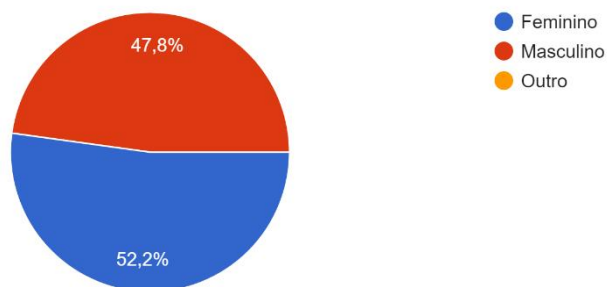
1. Qual é o ano escolar que frequentas?

23 respostas



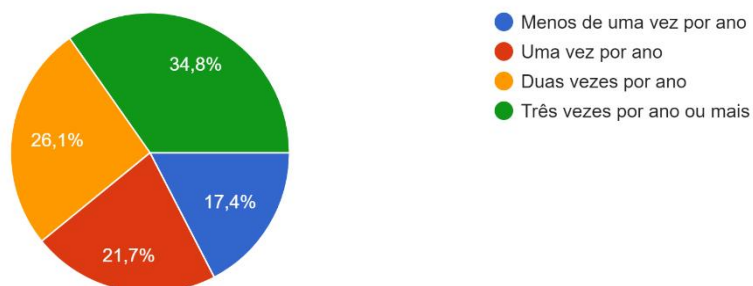
2. Qual é o teu género?

23 respostas



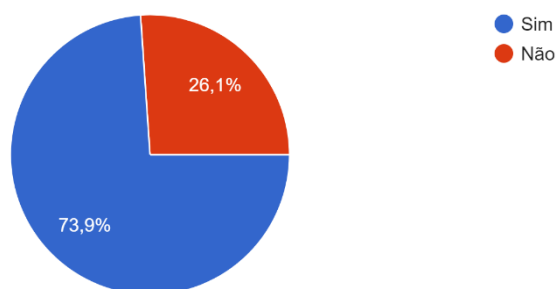
3. Quantas vezes viajas por ano?

23 respostas



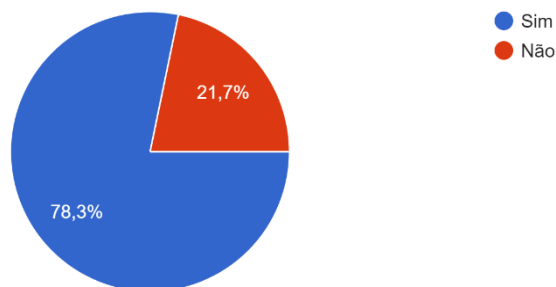
4. Praticas turismo nacional? (Dentro de Portugal: Continental e ilhas)

23 respostas



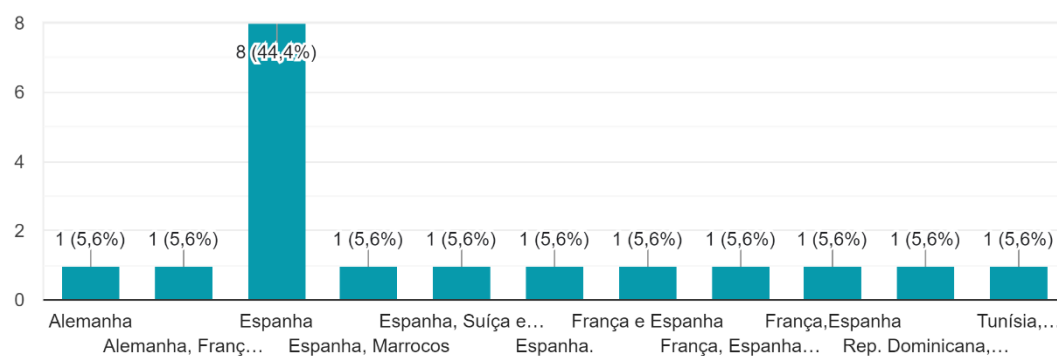
5. Já viajaste para fora de Portugal?

23 respostas



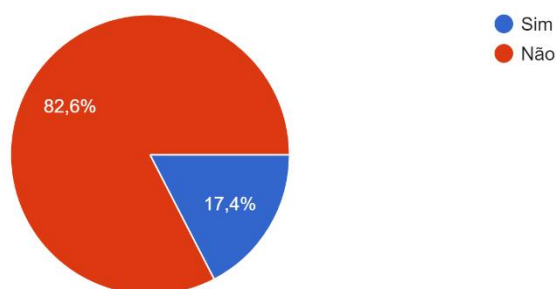
5.1 Se respondeste sim à pergunta anterior, que países já visitaste?

18 respostas



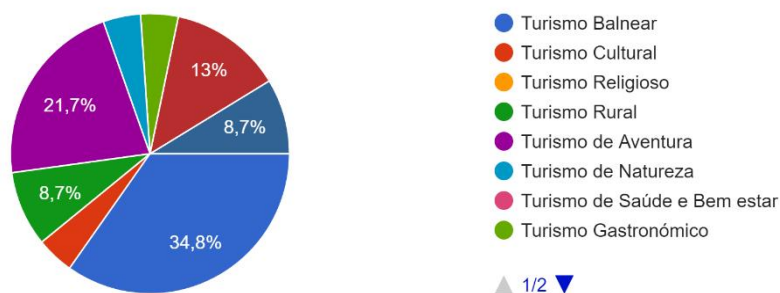
6. Já viajaste para fora da Europa?

23 respostas



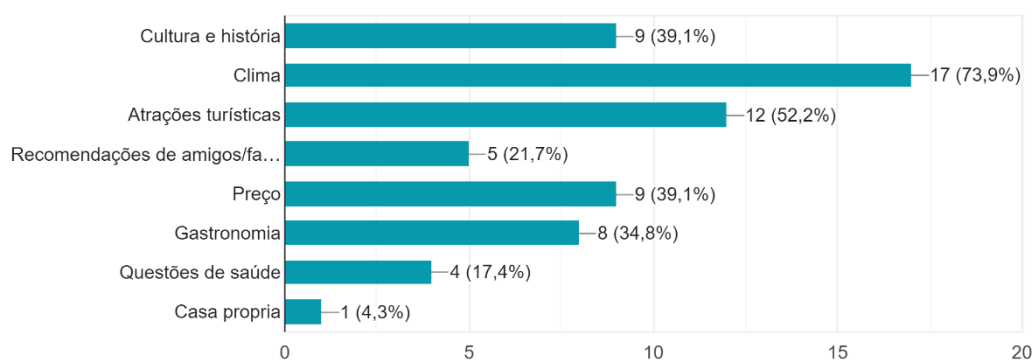
7. Qual é o tipo de turismo que tu e a tua família mais frequentemente praticam?

23 respostas



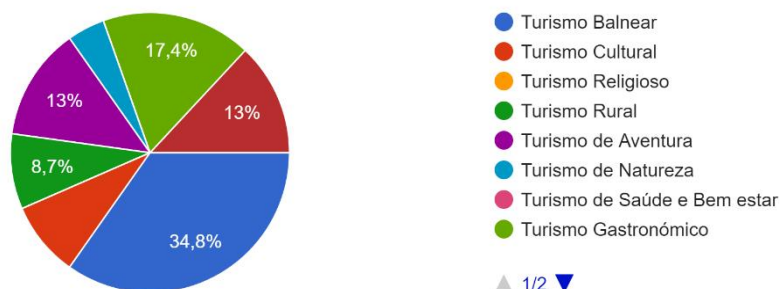
8. O que mais influencia a tua escolha (e da tua família) de destino de viagem? (Marca todas as que se aplicam)

23 respostas



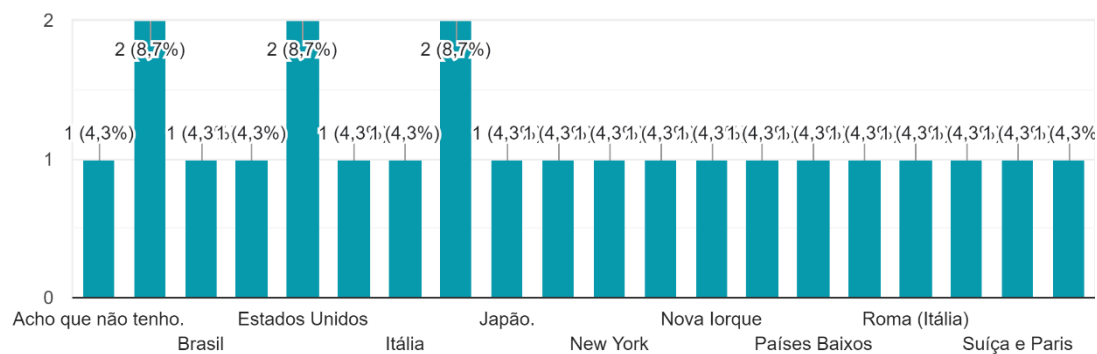
9. Qual é o tipo de turismo que tu preferes?

23 respostas



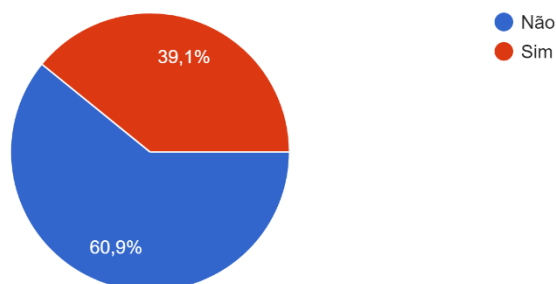
10. Qual é o destino de viagem dos teus sonhos?

23 respostas



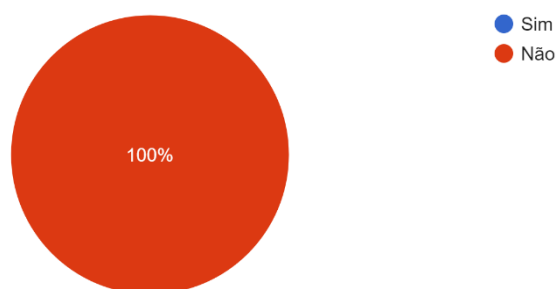
11. Achas que as aprendizagens na disciplina de Geografia influenciou e motivou as tuas escolhas (e as da tua família) de viagem?

23 respostas



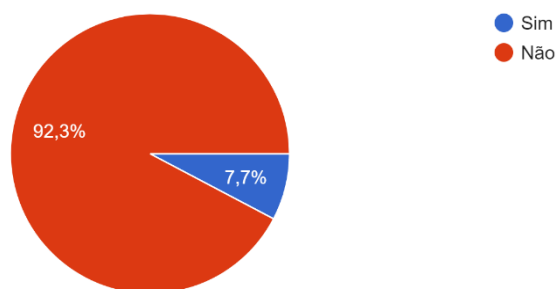
12. Já participaste do programa Erasmus?

23 respostas



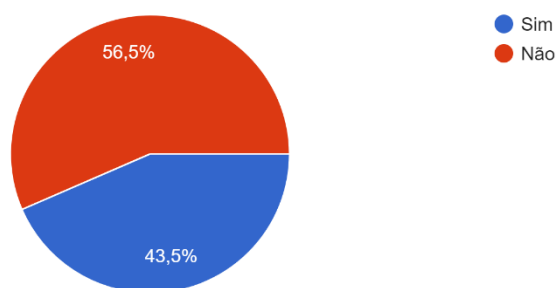
13. Se sim, a disciplina de Geografia influenciou a tua decisão?

13 respostas



14. Tens alguma preocupação com questões globais, como por exemplo, problemas ambientais ou conflitos armados na tomada de decisão do destino de viagem?

23 respostas



14.1 Se sim, que preocupações tens?

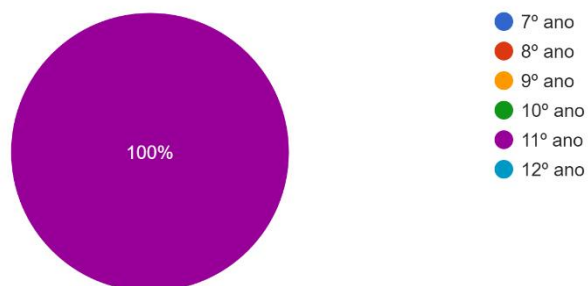
10 respostas

.
Poluição
Preocupação de fazer a reciclagem e não deitar lixo para o chão
Conflitos armados e ambientais
Tenho a preocupação de não ir para lugares com guerras ou conflitos
Se o país que eu vou está em guerra ou seja um sítio perigoso
Tenho a preocupação de ter cuidado com o nível de poluição por causa de doenças e também se há ou não guerras.
O estrago,os tiroteios e as gerras
Nunca ir para um local onde esteja em guerra ou exista tiroteios geralmente

Anexo 4 – Respostas dos questionários – GRUPO II

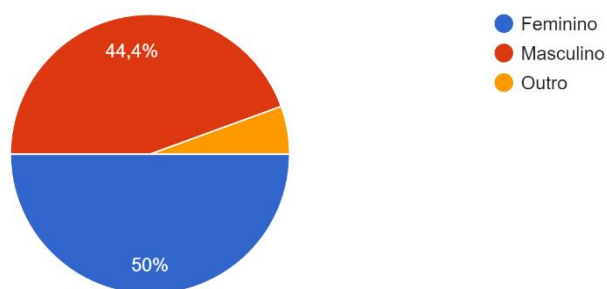
1. Qual é o ano escolar que frequentas?

18 respostas



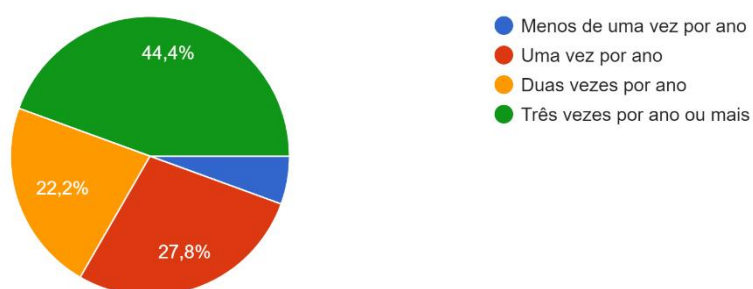
2. Qual é o teu género?

18 respostas



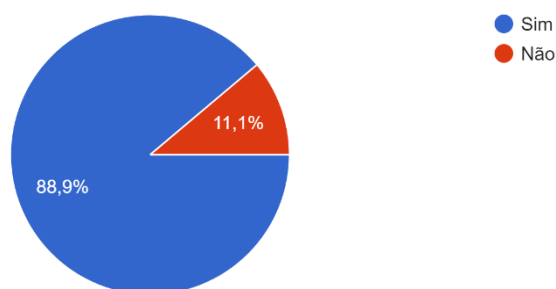
3. Quantas vezes viajas por ano?

18 respostas



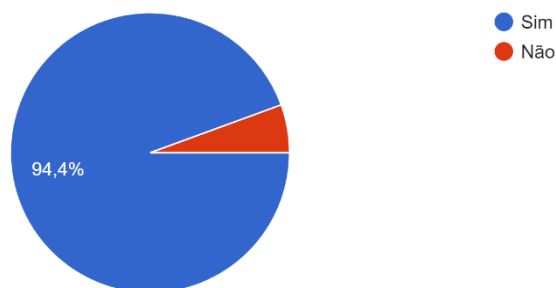
4. Práticas turismo nacional? (Dentro de Portugal: Continental e ilhas)

18 respostas



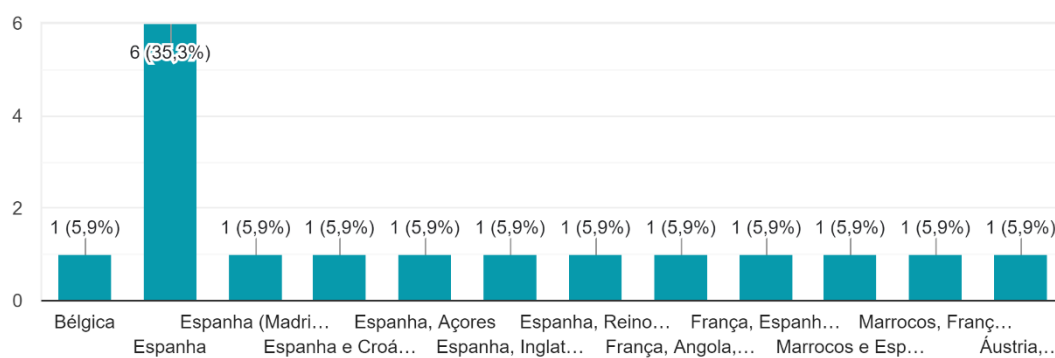
5. Já viajaste para fora de Portugal?

18 respostas



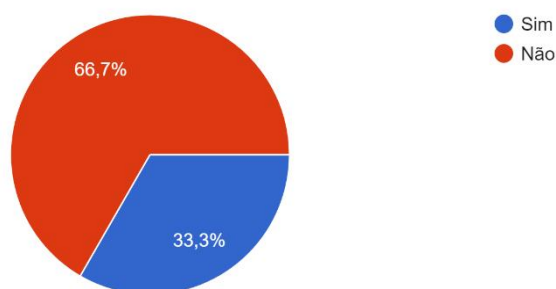
5.1 Se respondeste sim à pergunta anterior, que países já visitaste?

17 respostas



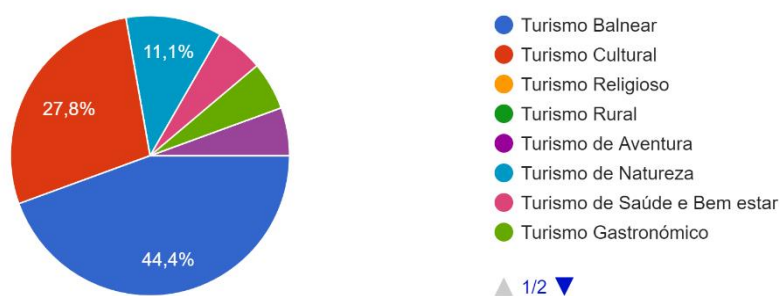
6. Já viajaste para fora da Europa?

18 respostas



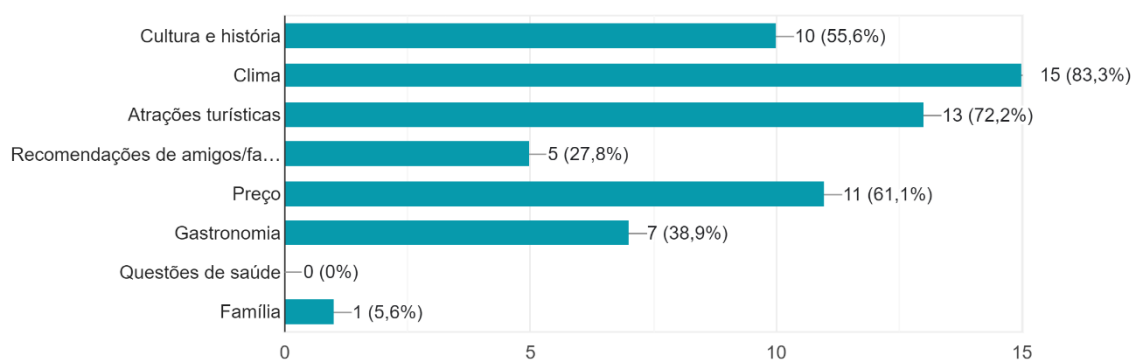
7. Qual é o tipo de turismo que tu e a tua família mais frequentemente praticam?

18 respostas



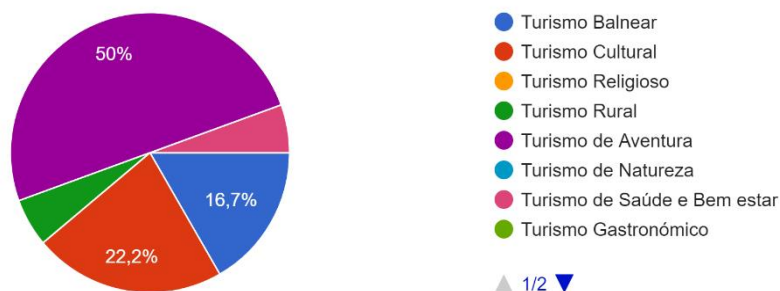
8. O que mais influencia a tua escolha (e da tua família) de destino de viagem? (Marca todas as que se aplicam)

18 respostas



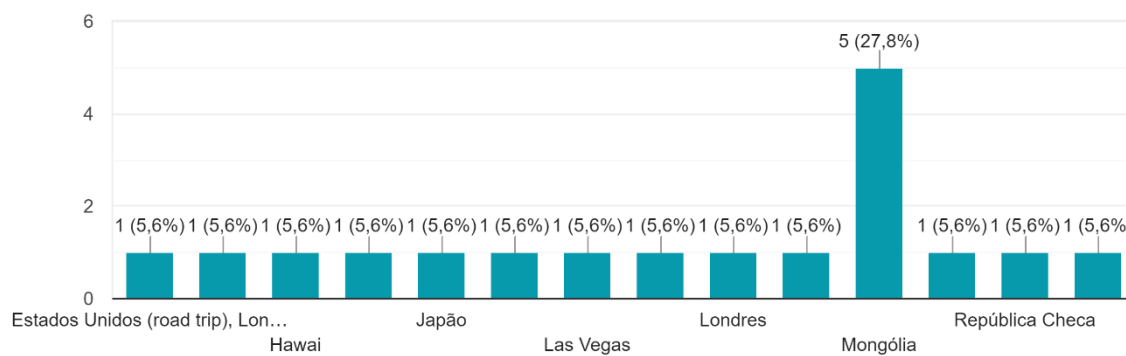
9. Qual é o tipo de turismo que tu preferes?

18 respostas



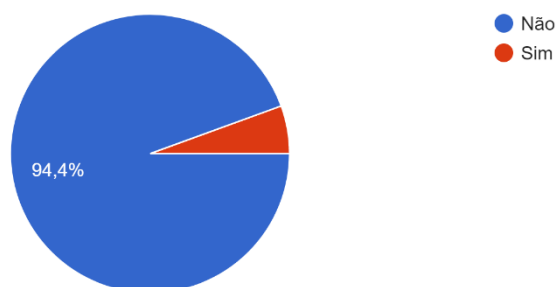
10. Qual é o destino de viagem dos teus sonhos?

18 respostas



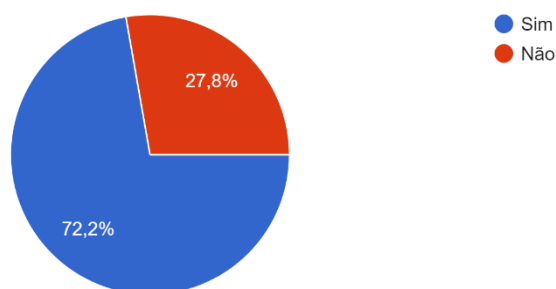
11. Achas que as aprendizagens na disciplina de Geografia influenciou e motivou as tuas escolhas (e as da tua família) de viagem?

18 respostas



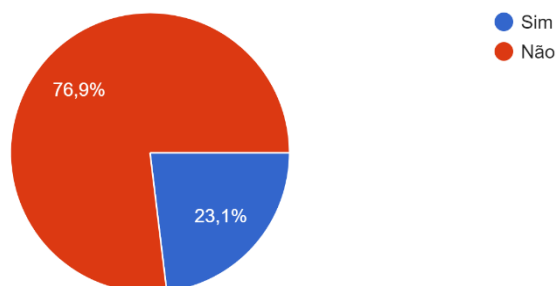
12. Já participaste do programa Erasmus?

18 respostas



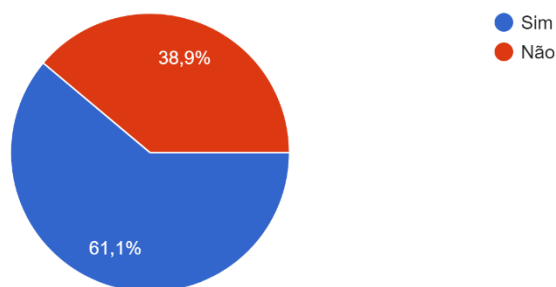
13. Se sim, a disciplina de Geografia influenciou a tua decisão?

13 respostas



14. Tens alguma preocupação com questões globais, como por exemplo, problemas ambientais ou conflitos armados na tomada de decisão do destino de viagem?

18 respostas



14.1 Se sim, que preocupações tens?

11 respostas

situações de guerra

Por exemplo, eu não iria para países que sejam propícios a catástrofes naturais.

Todos os referidos em cima

Todos os referidos na questão anterior

Guerras, tsunamis e terremotos

Todos os referidos

Conflitos armados

Conflitos armados

Se existe muita poluição, entre outros

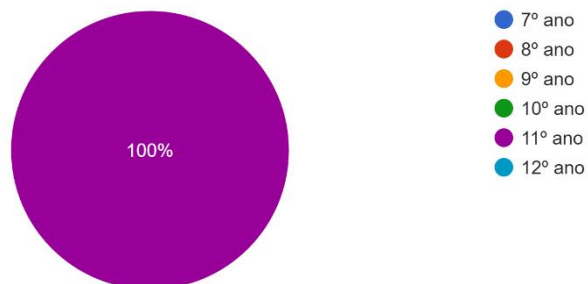
Não quero ir para um país em um momento de tensão ou guerra obviamente.

Nao quero ir para um país em guerra

Anexo 5– Respostas dos questionários – GRUPO III

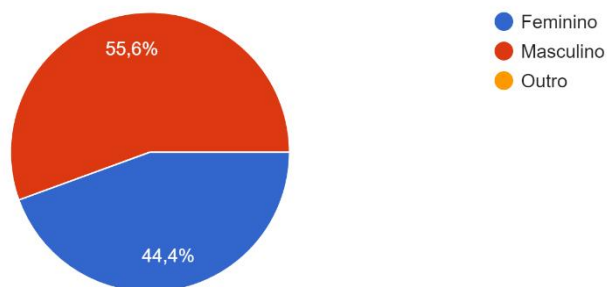
1. Qual é o ano escolar que frequentas?

9 respostas



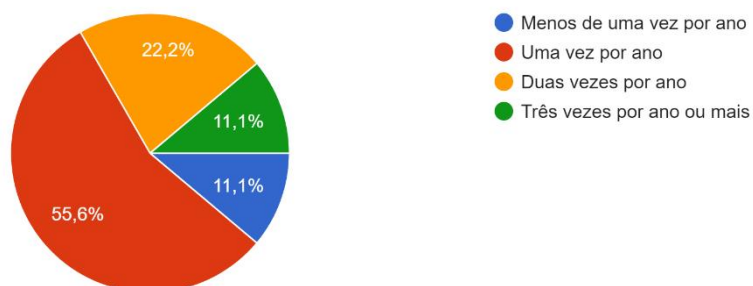
2. Qual é o teu género?

9 respostas



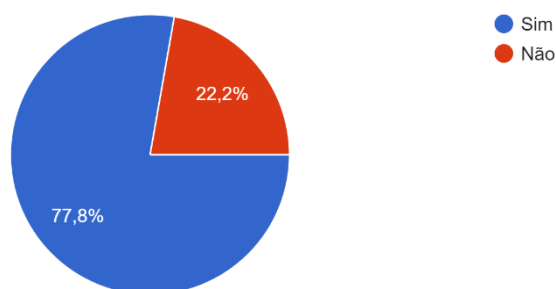
3. Quantas vezes viajas por ano?

9 respostas



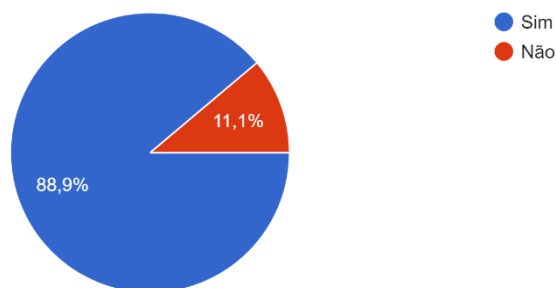
4. Práticas turismo nacional? (Dentro de Portugal: Continental e ilhas)

9 respostas



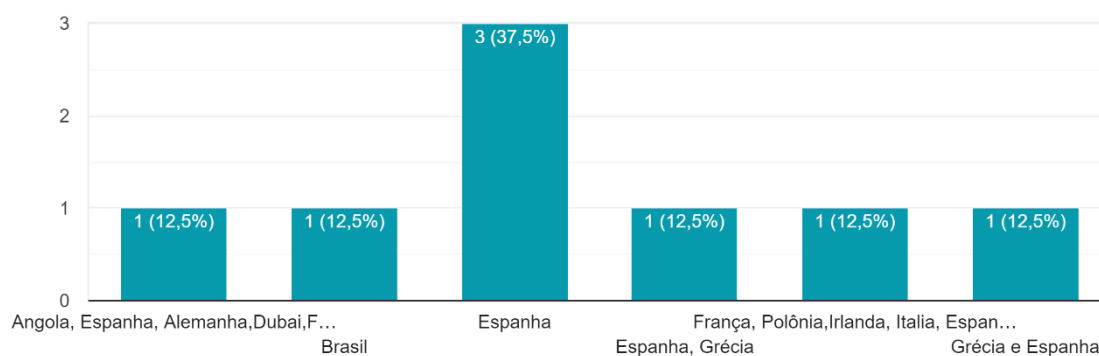
5. Já viajaste para fora de Portugal?

9 respostas



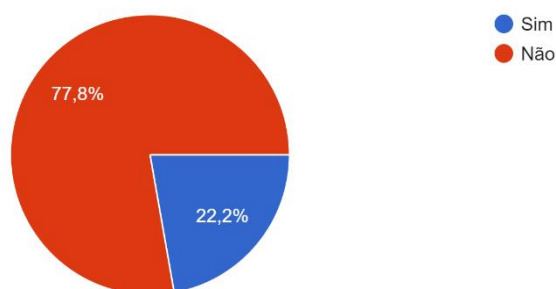
5.1 Se respondeste sim à pergunta anterior, que países já visitaste?

8 respostas



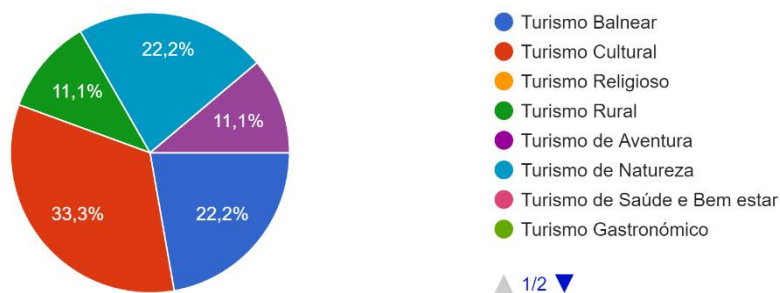
6. Já viajaste para fora da Europa?

9 respostas



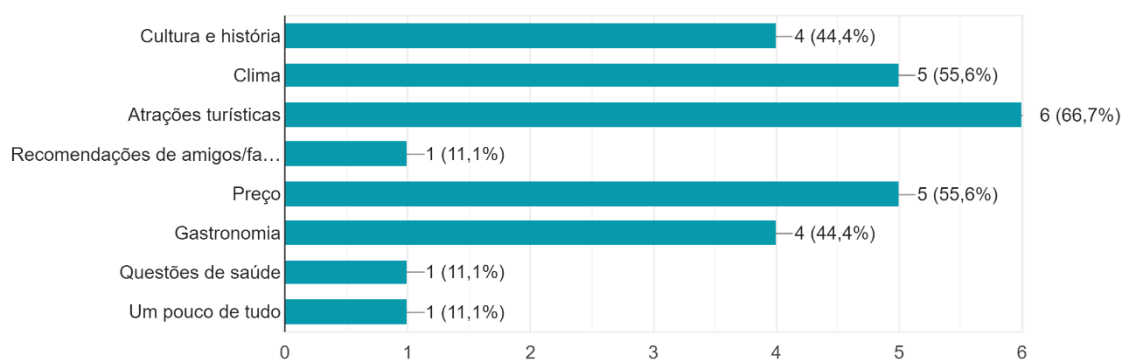
7. Qual é o tipo de turismo que tu e a tua família mais frequentemente praticam?

9 respostas



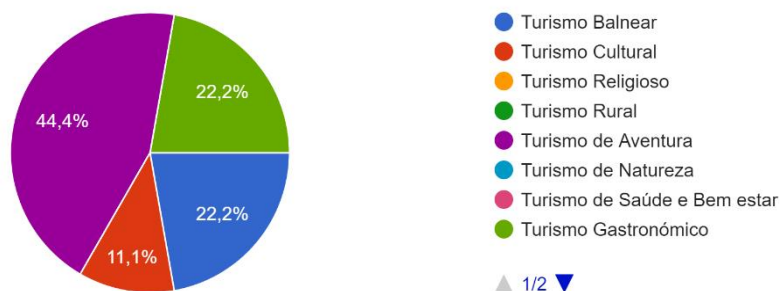
8. O que mais influencia a tua escolha (e da tua família) de destino de viagem? (Marca todas as que se aplicam)

9 respostas



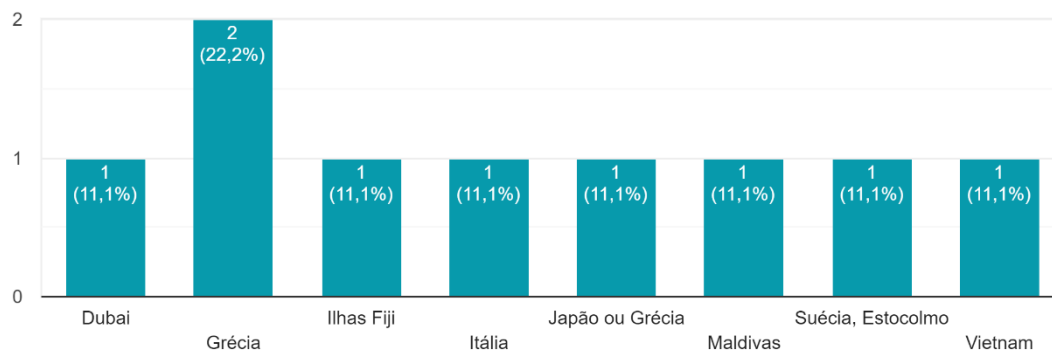
9. Qual é o tipo de turismo que tu preferes?

9 respostas



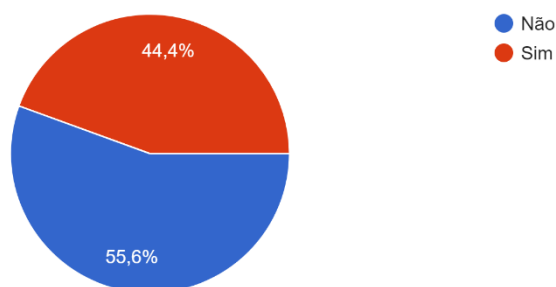
10. Qual é o destino de viagem dos teus sonhos?

9 respostas



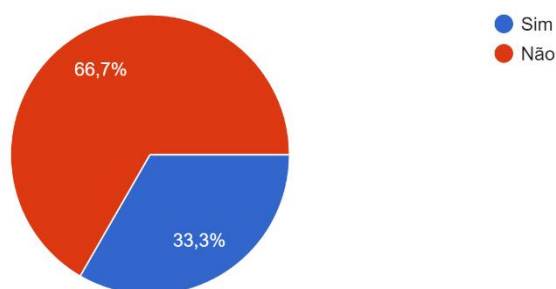
11. Achas que as aprendizagens na disciplina de Geografia influenciou e motivou as tuas escolhas (e as da tua família) de viagem?

9 respostas



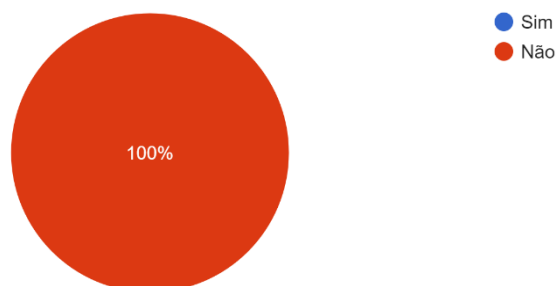
12. Já participaste do programa Erasmus?

9 respostas



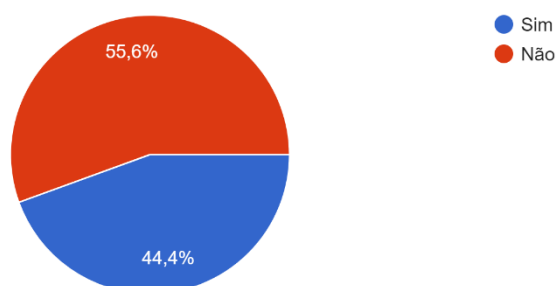
13. Se sim, a disciplina de Geografia influenciou a tua decisão?

5 respostas



14. Tens alguma preocupação com questões globais, como por exemplo, problemas ambientais ou conflitos armados na tomada de decisão do destino de viagem?

9 respostas



14.1 Se sim, que preocupações tens?

3 respostas

Segurança do país

Conflitos políticos

Guerras que causam destruição

-
- ¹ Conselho Nacional de Educação – **Reformas e bases da Educação – legado e renovação (1835-2009)**, p. 41.
- ² Ó, Jorge Ramos do – **Ensino Liceal: 1836-1975**, p. 15.
- ³ Ibidem, p. 19-21.
- ⁴ FERNANDES, Mário Gonçalves - **Manuais escolares de geografia antes do livro único**, p.80.
- ⁵ CLAUDINO, Sérgio - **O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspetiva**, p.185
- ⁶ Apud FERNANDES, Mário Gonçalves - **Manuais Escolares de Geografia: imagens, cartografia e divisões regionais**, p.3.
- ⁷ CLAUDINO, Sérgio; **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos**, p.7.
- ⁸ Ibidem.
- ⁹ FERNANDES, Mário Gonçalves - **Manuais Escolares de Geografia: imagens, cartografia e divisões regionais**, p. 5.
- ¹⁰ Ibidem, p. 5.
- ¹¹ Ibidem, p. 188.
- ¹² FERNANDES, Mário Gonçalves - **Manuais Escolares de Geografia: imagens, cartografia e divisões regionais**, p. 7.
- ¹³ CLAUDINO, Sérgio - **O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspetiva**, p.188.
- ¹⁴ Ibidem, p.189.
- ¹⁵ CLAUDINO, Sérgio - **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos**, p.9.
- ¹⁶ CLAUDINO, Sérgio - **O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspetiva**, p.188.
- ¹⁷ Ibidem, p.190,191.
- ¹⁸ Ibidem, p.189.
- ¹⁹ Ibidem, p.189-190.
- ²⁰ Ibidem, p.195.
- ²¹ Ibidem.
- ²² Ibidem, p.196-197.
- ²³ FERNANDES, Mário Gonçalves - **Manuais escolares de geografia antes do livro único**, p.82.
- ²⁴ CLAUDINO, Sérgio - **O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspetiva**, p.198.
- ²⁵ Ibidem.
- ²⁶ Ibidem, p. 197.
- ²⁷ <https://www.apgeo.pt/orlando-ribeiro>
- ²⁸ CLAUDINO, Sérgio; **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos**, p.10.
- ²⁹ Lei nº 46/86 de 14 de outubro.
- ³⁰ Lei n.º 115/97 de 19 de setembro.
- ³¹ CLAUDINO, Sérgio - **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos**, p.12.
- ³² Ibidem, p.12.
- ³³ Ibidem.
- ³⁴ PEREIRA, Maria Gorete; BRAZÃO, José Paulo Gomes. - **Evolução curricular em Portugal: relações e tensões**. p.167.

-
- ³⁵ CLAUDINO, Sérgio - **O ensino da Geografia em Portugal: tradições e desafios.**
- ³⁶ PEREIRA, Maria Gorete; BRAZÃO, José Paulo Gomes. - **Evolução curricular em Portugal: relações e tensões.** p.169.
- ³⁷ CLAUDINO, Sérgio - **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos,** p.13.
- ³⁸ <http://geoforoiberoamericano.blogspot.com/2009/06/o-ensino-da-geografia-em-portugal.html>
- ³⁹ <https://metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/sobre-o-projecto/apresentacao/index.html>
- ⁴⁰ Ibidem.
- ⁴¹ MAGALHÃES, Maria - **Mudanças curriculares em História e Geografia: paradigma, modelos e prática,** p.72;74.
- ⁴² CLAUDINO, Sérgio - **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos,** p.14.
- ⁴³ <https://metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/sobre-o-projecto/apresentacao/index.html>
- ⁴⁴ CLAUDINO, Sérgio - **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos,** p.14.
- ⁴⁵ Despacho N.º 17169/2011, DR. Série - II, de 23 de setembro
- ⁴⁶ Despacho N.º 5122/2013, DR. Série - II, de 16 de abril.
- ⁴⁷ Despacho N.º 110-A/2014, DR. n.º 2, Suplemento, Série - II, de 3 de janeiro.
- ⁴⁸ Despacho N.º 15971/2012, DR. Série - II, de 14 de dezembro.
- ⁴⁹ CLAUDINO, Sérgio - **A Educação Geográfica em Portugal e os desafios educativos,** p.14.
- ⁵⁰ MAGALHÃES, Maria - **Mudanças curriculares em História e Geografia: paradigma, modelos e prática,** p.79.
- ⁵¹ <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>
- ⁵² <https://www.dge.mec.pt/noticias/perfil-dos-alunos-saida-da-escolaridade-obrigatoria>
- ⁵³ CUNHA, Licínio – **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas,** p. XV.
- ⁵⁴ RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos - **Turismo: tendências de evolução.**
- ⁵⁵ SARAIVA, José - **História Concisa de Portugal.**
- ⁵⁶ <https://www.abreu.pt/abreu>
- ⁵⁷ COSTA, Carlos [et al.] - **Turismo nos Países da lusofonia: conhecimentos, estratégia e territórios,** p.25.
- ⁵⁸ NUNES, Carlos - **Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o Turismo Balnear,** p. 24.
- ⁵⁹ Ibidem, p. 61.
- ⁶⁰ Ibidem, p. 60. Cf. MARTINS, Pedro - **Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal,** p.13.
- ⁶¹ VASCONCELOS, José Leite - **Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização,** p. 562.
- ⁶² MARTINS, Pedro - **Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal,** p. 22.
- ⁶³ RIBEIRO, Elói - **A Gazeta dos caminhos de ferro e a promoção do turismo em Portugal (1888-1940),** p.6.
- ⁶⁴ Apud CORREIA, Rita - **Gazeta dos Caminhos de Ferro (1888-1971),** p. 1.
- ⁶⁵ MARTINS, Pedro - **Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal,** p. 35.
- ⁶⁶ NUNES, Carlos - **Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o Turismo Balnear,** p. 36.

-
- ⁶⁷ Ibidem, p. 37.
- ⁶⁸ CUNHA, Licínio - **Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios**, p.131.
- ⁶⁹ MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 119.
- ⁷⁰ <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/estoril-1>
- ⁷¹ Ibidem.
- ⁷² Ibidem.
- ⁷³ CUNHA, Licínio - **Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios**, p.138.
- ⁷⁴ MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 120.
- ⁷⁵ CUNHA, Licínio - **Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios**, p.139.
- ⁷⁶ MARTINS, Pedro - **Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal**. Lisboa, p.41.
- ⁷⁷ MAIA, Nautília - **O Turismo como Factor de Integração Europeia: Portugal 1950 – 1973**, p. 53.
- ⁷⁸ Ibidem, p.55.
- ⁷⁹ Ibidem.
- ⁸⁰ MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 121.
- ⁸¹ Ibidem.
- ⁸² MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 121-122. Cf. CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p. 283.
- ⁸³ RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos - **Turismo: tendências de evolução**, p.26.
- ⁸⁴ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p. 274.
- ⁸⁵ MAIA, Nautília - **O Turismo como Factor de Integração Europeia: Portugal 1950 – 1973**, p. 56.
- ⁸⁶ Ibidem, p.62.
- ⁸⁷ Ibidem, p.63.
- ⁸⁸ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p. 275.
- ⁸⁹ MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 122-123.
- ⁹⁰ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p. 275.
- ⁹¹ Ibidem, p.303.
- ⁹² MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 123.
- ⁹³ Ibidem, p. 123.
- ⁹⁴ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p. 276.
- ⁹⁵ MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 123.
- ⁹⁶ MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge - **O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?** p. 124.
- ⁹⁷ Cf. CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p.303.
- ⁹⁸ Ibidem.
- ⁹⁹ Ibidem.
- ¹⁰⁰ COSTA, Eugénia Pereira; PALMEIRA, Rita – **A atividade turística em Portugal**, p. 51.
- ¹⁰¹ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspectivas**, p. 279.

-
- ¹⁰² Ibidem, p.279.
- ¹⁰³ Ibidem, p. 279-280.
- ¹⁰⁴ Ibidem, p. 280.
- ¹⁰⁵ REPÚBLICA, Diário - Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007.
- ¹⁰⁶ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspetivas**, p.281.
- ¹⁰⁷ CUNHA, Licínio - **Turismo e Desenvolvimento, Realidades e perspetivas**, p.304.
- ¹⁰⁸ INE - **Estatísticas do Turismo** p.3-4.
- ¹⁰⁹ INE - **Proporção de hóspedes estrangeiros (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.**
- ¹¹⁰ INE - **Estatísticas do Turismo**, p.3-4.
- ¹¹¹ TravelBI - **2 anos de pandemia: o impacto económico no setor turístico**, p. 3.
- ¹¹² Ibidem.
- ¹¹³ <https://travelbi.turismodeportugal.pt/politicas-e-estrategia/estrategia-turismo-2027/>
- ¹¹⁴ Ibidem.
- ¹¹⁵ <https://www.turismodeportugal.pt/pt/Noticias/Paginas/portugal-12-pais-mais-competitivo-mundo-ranking-competitividade-turismo-forum-economico-mundial.aspx>
- ¹¹⁶ TravelBI - **2 anos de pandemia: o impacto económico no setor turístico. Turismo de Portugal.** p. 12.
- ¹¹⁷ INE - **Estatísticas do Turismo – 2022**, p.41. Cf. INE (2022) **Estatísticas do Turismo – 2021**, p.31.
- ¹¹⁸ <https://www.publico.pt/2024/01/03/economia/noticia/portugal-melhor-ano-turismo-governo-2075562>
- ¹¹⁹ <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>
- ¹²⁰ https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/information-hub-mne/Paginas/premios-e-distincoes-turismo-de-portugal.aspx
- ¹²¹ Ibidem, p. 304-309.
- ¹²² INE (2021)
- ¹²⁴ https://agrcanelas.edu.pt/wp-content/uploads/2023/05/PEA_2023.pdf
- ¹²⁵ AZHAR, Musarat [et al.] - **Impact of parental education and socio-economic status on academic achievements of university students**, p. 8.
- ¹²⁶ INE (2021) **Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021].**
- ¹²⁷ INE (2021) **Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] .**
- ¹²⁸ INE (2021) **Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021].**
- ¹²⁹ <https://www.montepio.org/ei/pessoal/pais-e-professores/acao-social-escolar-ase-como-funciona-este-subsidioescolar/>